

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ALESSANDRA CRISTINA COSTA MONTEIRO

ILUSTRAÇÃO E NATUREZA: Uma História Ambiental no Maranhão Setecentista?
(1773-1790)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz

São Luis- MA

2017

ALESSANDRA CRISTINA COSTA MONTEIRO

ILUSTRAÇÃO E NATUREZA: Uma História Ambiental no Maranhão Setecentista?
(1773-1790)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA), como requisito para a obtenção do título de Mestra em História Social.

São Luis - MA

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Monteiro, Alessandra Cristina Costa.

ILUSTRAÇÃO E NATUREZA : Uma História Ambiental no Maranhão Setecentista? 1773- 1790 / Alessandra Cristina Costa Monteiro. - 2017.

101 f.

Orientador(a): Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2017.

1. História Ambiental. 2. História Natural. 3. Maranhão. 4. Século XVIII. I. Muniz, Pollyanna Gouveia Mendonça. II. Título.

ALESSANDRA CRISTINA COSTA MONTEIRO

ILUSTRAÇÃO E NATUREZA: Uma História Ambiental no Maranhão Setecentista? (1773-1790)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA), como requisito para a obtenção do título de Mestra em História Social.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz (UFMA - Orientadora).

Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi (UFMA – Examinador interno).

Prof. Dr. Sávio José Dias Rodrigues (UFMA- Examinador externo)

São Luis - MA

2017

A Deus, que nos brinda com o milagre da vida!

Aos meus queridos pais, Fátima e José, pelo apoio e amor incondicional!

A minha querida irmã Natália, minha outra parte!

A meu esposo Márcio e nosso amado filho Pedro Lucas, presente de Deus!

À minha orientadora Pollyanna Muniz, pela compreensão, amizade e orientações desde a graduação.

A Jucileide Fonseca (*in memoriam*) por ter sido uma grande amiga e incentivadora da minha vida acadêmica. Para sempre te amarei!

AGRADECIMENTOS

Ao longo de todo o processo de elaboração desta dissertação, algumas pessoas foram fundamentais para a solidificação dos resultados aqui apresentados, pelo que muito lhes agradeço.

Em primeiro lugar minha gratidão a meu Deus, por absolutamente tudo: pela vida, pela minha família, amigos e pela força para chegar até aqui.

Aos meus pais: José Monteiro, homem honesto, ético, batalhador, corajoso e amigo; você foi (e é) o exemplo que eu precisava; Fátima, minha mãe, uma mulher generosa, paciente, de muita fé e perseverança para alcançar meus objetivos. Sou muito grata pelo apoio, pelas orações e pelo amor incondicional.

Agradeço também a minha irmã Natália Monteiro por acompanhar cada pedacinho da minha vida. Obrigada pelo companheirismo e por ser a minha melhor amiga. Sem você não existo!

A meu esposo, Márcio Rodrigues, que tem me acompanhado desde o Ensino Médio e com o qual compartilho minhas conquistas e dificuldades. Obrigada pela paciência e incentivo.

A meu amado filho, Pedro Lucas, que enche a minha vida de felicidade e orgulho. Um ano da tua existência foram os melhores dias da minha vida. Contigo aprendi o verdadeiro significado de amor incondicional. A você dedico todas as minhas vitórias. Te amo meu filho!

A outros familiares, de modo especial, José Pereira, meu “vovô velhinho”, pelo amor e dedicação a nossa família.

Meu sincero agradecimento ao Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi, que me acompanhou desde os tempos de graduação e com o qual muito aprendi. Agradeço pelas preciosas sugestões durante o debate do projeto de mestrado na disciplina de Seminário de Pesquisa, pela leitura atenta e pelas valiosas indicações quando do Exame de Qualificação.

Sou igualmente agradecida ao Prof. Dr. Sávio Rodrigues, pela generosidade e pela disponibilidade com que sempre se colocou quando por mim procurado. Sempre solícito e disposto a ajudar, agradeço muito pelas conversas informais, pelas indicações de leituras, observações, dicas e empréstimo de livros que foram essenciais neste processo.

Aos professores da UFMA, em especial: Marcus Baccega, Lyndon de Araújo Santos e João Batista Bitencourt, pelas orientações e discussões teórico-metodológicas durante as disciplinas ministradas no mestrado.

As “meninas do mestrado”: Antônia, Isa e Yane, pela forte amizade que construímos nestes dois anos. As conversas informais, as brincadeiras, os passeios e o companheirismo

foram fundamentais para eu suportar a saudade de casa. Com elas dividi os melhores momentos e também as mais variadas aflições e preocupações da elaboração de uma dissertação.

Aos meus outros amigos e companheiros do mestrado: Marcos, Francisco, Tayanná, Darlan, Carlos e Meriam. À Meriam e o Francisco, de maneira especial, devo meus sinceros agradecimentos por terem sido grandes amigos e com os quais dividi o sonho e a ansiedade de terminar o mestrado. Sou igualmente grata ao Flávio Costa da turma 2015, pela amizade construída, pelas valiosas sugestões, indicações bibliográficas e por estar sempre disposto a me ajudar.

A Remédio Martins, por gentilmente ter me acolhido em sua casa durante os dias que precisei ficar em São Luis para as aulas das disciplinas.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Maranhão – FAPEMA, pelo apoio financeiro, que possibilitou a compra de livros, visitas a Instituições de pesquisas bem como a divulgação dos resultados em eventos de diversas localidades. Sem este aporte esta pesquisa de mestrado não seria possível.

E a você, Pollyanna Muniz, minha orientadora, que não poupou esforços para a elaboração desta dissertação sugerindo-me rumos e novos caminhos a serem explorados. Agradeço pelas críticas pontuais e pelo acompanhamento sempre eficaz e rígido. A confiança construída em mais de seis anos de trabalho conjunto (desde a graduação até o mestrado) foram fundamentais para eu enfrentar os desafios do ofício do historiador, entre errar, refazer e acertar. A você devo muito do que aprendi.

In Memoriam: minha amiga Jucileide Fonseca; meus avós Terezinha Monteiro; Domingas Costa e Raimundo Sá.

“No futuro, é provável que o movimento ecológico tenha cada vez mais influência sobre a forma como a história é escrita”.

(Burke, 1992, p. 20)

1. RESUMO

Esta pesquisa busca conhecer a introdução das práticas científicas na Capitania do Maranhão na segunda metade do século XVIII no contexto da História Natural de Portugal. Na oportunidade, pensar as relações do homem com a natureza a partir do estudo das remessas de gêneros naturais enviados do Maranhão para a Europa, está entre as preocupações. Importa saber: Quais elementos da natureza estavam sendo enviados? Em que medida a natureza local atendia, ou não, as necessidades da História Natural de Portugal? Havia um projeto iluminista para o Maranhão Setecentista? É possível identificar impactos ambientais advindos da exploração desses recursos naturais? Estas são algumas das principais questões que orientam a pesquisa ora apresentada. Para tanto, pautamo-nos, pois, nos métodos de investigação da História Ambiental e utilizamos como fonte as correspondências trocadas entre os governadores da Capitania do Maranhão e o Secretário de Estado de Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro no período de 1773 à 1790.

Palavras – chave: História Natural. Maranhão. Século XVIII. História Ambiental.

1. ABSTRACT

This research seeks to know the introduction of scientific practices in the Captaincy of Maranhão in the second half of the 18th century in the context of Natural History of Portugal. In the opportunity, to think the relations of the man with the nature from the study of the shipments of natural sorts sent from Maranhão to Europe, is between the preoccupations. It matters: What elements of nature were being sent? To what extent did the local nature meet the needs of the Natural History of Portugal? Was there an Enlightenment project for Maranhão? Is it possible to identify environmental impacts arising from the exploitation of these natural resources? These are some of the main questions that guide the research presented here. In order to do so, we are guided in the methods of investigation of Environmental History and use as source the correspondence exchanged between the governors of the Captaincy of Maranhão and the Secretary of State for Marine and Overseas Business, Martinho de Melo e Castro in the period of 1773 to 1790.

Key - words: Natural History. Maranhão. XVIII century. Environmental History.

ABREVIATURA

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Quantidade de animais enviados por ano.....73

TABELA 1 - Resumo dos produtos naturais enviados do Maranhão para Lisboa (1773-1790)
.....78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA E NATUREZA.....	22
1.1 Homem e Natureza no Império português.....	22
1.1.1 <i>Natureza Ilustrada: A História Natural de Portugal</i>	27
1.2 História Ambiental: uma proposta de análise da relação homem-natureza	32
1.2.1 <i>A historiografia e a História Ambiental</i>	36
CAPÍTULO 2 – A ILUSTRAÇÃO E AS REFORMAS POMBALINAS.....	41
2.1 O século das Luzes	41
2.1.1 <i>O reformismo Ilustrado português</i>	43
2.2 As Viagens Filosóficas	51
2.2.1 <i>Observação e catalogação do mundo natural</i>	59
CAPÍTULO 3 – <i>FICO CERTO NO QUE V. EX^A. MEORDENA [...] SOBRE A REMESSA QUE DEVO FAZER: AS PRÁTICAS DE HISTÓRIA NATURAL NA CAPITANIA DO MARANHÃO</i>.....	63
3.1 A natureza do Maranhão colonial.....	63
3.2 Coletar, preparar e remeter: as práticas científicas no Maranhão setecentista.....	66
3.2.1 <i>Reino Vegetal e Agricultura</i>	80
3.2.2 <i>Por uma História Ambiental do Maranhão setecentista</i>	84
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS.....	89

1- INTRODUÇÃO

No Brasil, os efeitos da colonização imprimiram formas singulares de relacionamento da sociedade com a natureza, uma vez que sua economia esteve fortemente lastreada nos recursos naturais. Nesse sentido, as diferentes formas de relação da sociedade com o espaço no Brasil, derivadas em larga medida da colonização portuguesa na América, constituem objetos de investigação privilegiada para os historiadores.

A questão ambiental é apenas um capítulo recente de uma longa história de uso e exploração dos recursos naturais. Nessas circunstâncias, a História Ambiental pode atentar para as formas e uso de apropriação da natureza ao longo do tempo e espaço. Deste modo, entender as dimensões sociais e econômicas do aproveitamento da natureza está entre as preocupações desse novo campo de estudos.

José Augusto Drummond já havia proposto em 1990 uma revisão da história colonial e independente do Brasil, em chave ambiental¹, para identificar os tipos de sociedades que se formaram com a apropriação de diferentes produtos naturais e suas consequências, buscando o estudo da exploração dos recursos da natureza nas diversas práticas de colonialismo.

Fernando Novais por sua vez destaca a produção de gêneros tropicais para o mercado europeu, a exploração do trabalho escravo, a baixa produção econômica e a dilapidação da natureza como características do colonialismo². Para Paulo Martinez, agora examinado internamente, o conhecimento dos métodos de acumulação primitiva de capital, empreendida pela colonização portuguesa, pode ser ponto de partida para um programa de estudos de cunho teórico, metodológico e historiográfico e, principalmente, para pesquisas empíricas sobre a devastação ambiental no Brasil³.

Martinez acredita que a devastação ambiental é um traço fundamental na formação histórica da sociedade brasileira, uma vez que ela se encontra na constituição das relações entre os grupos sociais e na relação destes com a natureza⁴. Ele afirma que houve uma apropriação dos

¹ DRUMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** In: História e Natureza. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p.195.

² NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979 apud MARTINEZ, Paulo Henrique. História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006. p. 69.

³ MARTINEZ, 2006, p. 70.

⁴ Ibidem, p. 81.

meios de subsistência e de produtos existentes nesta porção do Novo Mundo, a terra, as florestas, os solos, os minerais, a fauna e a floresta. Todo um sistema de apropriação, [...] abateu-se sobre árvores e plantas, como o pau-brasil e a ipecacanha, as peles de antas e veados, o óleo das baleias, o salitre, o ouro e os diamantes, o cultivo de cana, do tabaco, do algodão e do café e a criação de rebanhos⁵.

Nessa mesma linha, Drummond destaca a forte relação entre a economia brasileira e os recursos naturais, e afirma “que todas as dimensões da nossa economia estão articuladas. Não podemos mais adiar um conhecimento histórico mais consistente em cada uma dessas dimensões”⁶.

Disso compreendemos que a Coroa portuguesa encontrou na exploração do solo, das matas, dos rios, plantas e animais das suas colônias, a base para sua organização socioeconômica. Desse modo, o historiador é colocado diante das peculiaridades do aproveitamento econômico do mundo natural nas possessões lusitanas na América, suas formas de percepção, estudo e de relacionamento entre os vários grupos sociais e os recursos naturais na colônia.

José Ribeiro Júnior apresentou na sua obra “Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro”, uma série de informações sobre a capitalização de recursos naturais nessa região no século XVIII, por intermédio das companhias de comércio. Segundo o autor, em 1772, a junta comunicava a criação da nova fábrica de antas o que demandou para Lisboa o envio “da maior porção que fosse possível de peles de veado – salgadas, espichadas e secas”⁷. Do mesmo modo, a utilização medicinal da ipecacanha alcançou em 1778, 1.268 arrobas exportadas para Lisboa⁸.

De maneira particular, uma maior sensibilidade voltada ao mundo natural foi dada na época da Ilustração, período em que foram estabelecidas novas relações entre o conhecimento e a sociedade, e a natureza passou, a partir daí, a ser objeto de observação. Assim, os Ilustrados se pautaram na utilização dos recursos naturais para o desenvolvimento do Estado. Com isso, um novo utilitarismo emerge com o pensamento das Luzes:

ganha sentido as classificações do mundo natural, das sociedades não-europeias, a geografia das plantas e animais, a História Natural, a diversidade das formas de vida nos vários continentes, entre outros aspectos que marcaram o interesse científico pela natureza e pelo meio físico⁹.

⁵ MARTINEZ, 2006, p. 71-72.

⁶ DRUMMOND, 1991, p. 195.

⁷ RIBEIRO Júnior, José. Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 159.

⁸ Ibidem, p. 107.

⁹ MARTINEZ, 2006, p. 46-47.

Contudo, a questão ambiental ou ecológica é algo recente. No século XVIII não havia de fato uma preocupação desses sujeitos com a degradação da natureza¹⁰. Entretanto, embora a discussão ecológica seja fruto dos nossos dias, Bloch nos deixa claro que as questões que os historiadores fazem ao objeto advém do tempo presente. Segundo o historiador o passado passa a ter um sentido a partir de sua interpretação no presente. Neste sentido, temas do presente condicionam e delimitam o retorno ao passado. Trata-se de compreender o presente pelo passado e, correlativamente, compreender o passado pelo presente. Precisamos, pois, “observar e analisar a paisagem de hoje”¹¹.

Ao longo de todo o período colonial, a natureza da América portuguesa despertou grande interesse na Europa em conhecer a diversidade de animais e espécies vegetais, geralmente reproduzidas em gravuras e mapas e descritas também em relatos fantasiosos. Sobretudo na segunda metade século XVIII, no período que se convencionou chamar século das Luzes¹², muitas foram as iniciativas de enviar formas de vida do Brasil para a Europa.

Nesse contexto, com a finalidade de reconhecimento territorial, humano, zoológico, botânico e mineral, os séculos XVIII e XIX são marcados pelo grande número de expedições filosóficas, realizadas por diversos países europeus¹³. Do mesmo modo, Portugal participou

¹⁰ Prestes ao analisar as práticas do naturalista Manuel Arruda da Câmara, pernambucano que realizou diversos levantamentos naturais na região Nordeste e onde encontramos alguns dentre os primeiros esforços para a conservação de espécies no Brasil, chegou a conclusão que, embora se possam encontrar os mesmos termos da Ecologia atual sendo usados pelos naturalistas do XVIII, deve-se ressaltar a mudança de seus significados. “Conservar” não quer dizer o mesmo nos dois períodos pois as implicações e motivações que levam à conservação são radicalmente distintas. “Desde que a Ecologia do século XX desenvolveu-se em torno do conceito de ecossistema, termos como “conservação”, “preservação” e “extinção” conduzem imediatamente às implicações e efeitos sobre os demais indivíduos da população e sobre as demais espécies da comunidade, noção não encontrada nem em esboço no naturalista Manuel Arruda da Câmara”. (PRESTES, Maria Elice Brzezinski. A investigação da natureza no Brasil colônia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 133).

¹¹ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹² “O Iluminismo foi um movimento cultural e intelectual do séc. XVIII, que tinha por características a emancipação do homem das concepções medievais predominantes nas práticas religiosas, sobretudo as católicas. Esse período histórico, também denominado [...] “século das luzes”, ilustração, *Aufklärung*, afirmava a Razão como elemento norteador do progresso e do bem-estar como projeto de vida, de mundo do homem europeu ocidental” (CALLONI, 2006, p. 11). Nesse sentido, “foi o momento da contraposição entre Antigos e Modernos, velhas práticas e velhos valores contra uma nova forma de ver o mundo, vinculada ao ser humano e o seu poder sobre o mundo natural” (GUIMARÃES, 2007, p. 68). Contudo, as manifestações iluministas não foram idênticas em todos os lugares, do mesmo modo que o termo “Iluminismo” é posterior ao século XVIII, pois é somente no século XIX que a historiografia vai empregar este termo para se referir ao contexto social do século passado. Ver capítulo 2.

¹³ LEITE, Miriam L. Moreira. Naturalistas viajantes. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: v. 1, n. 2, p. 7-19, 1995 apud PATACA, E.M; PINHEIRO, R. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan. | jun. 2005, p. 58.

intensamente desse processo, despachando diversas expedições científicas para as suas colônias na África e na América.

O destino da viagem dos europeus foi quase sempre as colônias, com sua natureza desconhecida e com imenso potencial de exploração. A busca por terras longínquas iria além do espírito aventureiro do viajante, alcançando principalmente suas razões práticas, como o diagnóstico das riquezas de suas colônias¹⁴.

Em Portugal, a História Natural tanto dos territórios do reino como das colônias foi impulsionada diretamente pelo Estado. Influenciados pelos ideais iluministas, construiu-se uma nova visão da natureza através da arte e da ciência, tendo em vistas um projeto de conhecimento racional e enciclopédico do mundo natural¹⁵.

Vemos assim que o interesse pela natureza ganhou força no setecentos, fato potencializado pela ampla circulação de textos impressos e pela criação de diversas instituições de divulgação, como as academias de ciências, jardins botânicos, periódicos e coleções particulares além dos gabinetes de História Natural¹⁶. Nas palavras de Maria Elice Prestes “as três últimas décadas do século XVIII representaram uma tentativa de se iniciar o desenvolvimento das ciências modernas no Império Português, à custa de investigações em todos os seus domínios, incluindo-se estas terras americanas”¹⁷.

Com isso, “as práticas de recolher, observar, preparar e remeter os produtos de História Natural foram essenciais para o projeto centralizador de criação de um museu metropolitano com espécimes de todas as regiões coloniais”¹⁸.

Ademais, “a ideia de a prosperidade de uma nação se basear na prática da agricultura, da indústria e do comércio, [...] , implicou a necessidade de inventariação dos recursos naturais, quer do reino quer das colônias”¹⁹. Segundo Wesley Kettle, a administração lusitana estava

¹⁴ PATACA; PINHEIRO, 2005, p. 59.

¹⁵ GUIMARÃES, Natally Nobre. O homem que viajava: o caráter dos homens que empreitaram a aventura científica do Século das luzes a partir da experiência Portuguesa. **Revista Vernáculo**, n. 19 e 20, 2007, p. 68.

¹⁶ CONCEIÇÃO, Gisele Cristina. **Estudos de Filosofia Natural: O olhar europeu sobre a fauna e a flora do Novo Mundo ao longo do século XVIII**, In. IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna, Porto, 2015, p. 02.

¹⁷ PRESTES, 1997, p. 12.

¹⁸ PATACA, E.M. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de história natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808). **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, pp. 125-138, 2011, p. 137.

¹⁹ BRAGA, Isabel Drumond. Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII, vol. 22, n. 41, p.551-565, set-dez., 2016, p. 556.

disposta a recompensar aqueles que estivessem dispostos a desenvolver a agricultura e o comércio em benefício da economia metropolitana²⁰.

De modo particular, a reforma universitária promovida em 1772 pelo Marquês de Pombal, marca o esforço da Coroa pelo desenvolvimento científico de Portugal, que contou com a alteração dos Estatutos da Universidade de Coimbra, criando as Faculdades de Matemática e de Filosofia Natural, além de prever a criação de um Jardim Botânico e de um Gabinete de História Natural. Dessa forma, o envio de animais, espécies vegetais e outros produtos naturais se enquadram no esforço maior de promover a História Natural de Portugal no contexto do Iluminismo²¹.

Essas reformas tinham, portanto, o objetivo de alterar as estruturas econômicas em Portugal, investindo no conhecimento da natureza, nas atividades manufatureiras, no comércio com as colônias e entre as mesmas, bem como as atividades produtivas no Ultramar, além de desenvolver as ciências e a educação²².

Com isso, espécies de animais e plantas serão enviados principalmente a partir da administração de Martinho de Melo e Castro enquanto Ministro de Estado e dos Negócios da Marinha e Ultramar que passará a solicitar para as Quintas de S. Mag^e. aves e bichos²³ de toda as qualidades e grandezas.

Neste contexto, as chamadas Viagens Filosóficas buscavam “a observação e interpretação da natureza nos diversos domínios da filosofia como a física, a química e a história natural”²⁴. Assim, “em um esforço corrente de modernização das ciências naturais em Portugal, as Viagens Filosóficas teriam por fim abastecer o Real Museu e o Jardim Botânico da Ajuda com produtos naturais e industriais e elaborar uma História Natural das Colônias”²⁵.

Remetiam-se para o Reino produções naturais e etnológicas, herbários, amostras de cascas de árvores, raízes e resinas, frascos com terra e sementes; remetiam-se caixotes

²⁰ KETTLE, Wesley Oliveira. UM SÚDITO CAPAZ NO VALE AMAZÔNICO (OU LANDI, ESSE CONHECIDO): Um outro significado da descrição das plantas e animais do Grão-Pará. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Pará, Belém, 2010, p. 81.

²¹ “[...] *Iluminismo, Ilustração*, ou ainda *Esclarecimento*, como o termo é por vezes traduzido, indica, através da metáfora da luz e da claridade, uma oposição às trevas, ao obscurantismo, à ignorância, à superstição, ou seja, à existência de algo oculto, enfatizando, ao contrário, a necessidade de o real, em todos os seus aspectos, tornar-se transparente à razão” (MARCONDES, 2007, p. 207).

²² VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Prática de Leitura:** Usos do Livro na América Portuguesa. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 411.

²³ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar o envio de aves e bichos para as quintas reais. AHU, Maranhão, Caixa 47, d. 4619. (26/04/1774).

²⁴ PATACA; PINHEIRO, 2005, p. 58-59.

²⁵ *Ibidem*, p. 64.

com plantas e gaiolas com pássaros, répteis, macacos, zebras, tabuleiros com borboletas, peixes e animais embalsamados, peles, enxofre, ferro, salitre, antimônio e bismuto ou, simplesmente, pedras²⁶.

Com tais Expedições Científicas, as Instruções de Viagens²⁷ assumiram papel central por tentar excluir o fator subjetivo que tornava pessoal o relato de viagem deixando-o vulnerável a diversas interpretações. O objetivo era estabelecer uma padronização num esforço para homogeneizar o olhar do naturalista²⁸.

Destarte, diversos documentos relacionados às viagens foram produzidos durante as expedições: diários, memórias, relatórios, desenhos, mapas e coleções de História Natural. Na opinião de Pataca e Pinheiro essas representações são fontes documentais sobre a natureza brasileira dos séculos XVIII e XIX, podendo ser estudadas por historiadores interessados em diversos ramos científicos abordados nessas viagens, como a geografia, botânica, zoologia, mineralogia, antropologia e arquitetura²⁹. Contudo,

não foram só os naturalistas ou os engenheiros cartógrafos e os matemáticos a fazer essas remessas. O material que, na segunda metade do Setecentos, veio enriquecer as coleções do Real Gabinete e Jardim Botânico da Ajuda, do museu particular da rainha ou da Academia das Ciências não foi apenas o recolhido durante as viagens científicas ao reino ou às colônias. [...] Foram, também, as remessas enviadas pelo vice-rei do Brasil, d. Luís de Vasconcelos e Sousa, e pelos governadores e capitães-generais de Minas Gerais, Cuiabá, Piauí, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Pará, Rio Negro ou, ainda, por Francisco da Cunha de Meneses, governador da Índia, e d. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, durante o período em que administrou Angola, e por tantos outros que se interessaram pelas produções naturais e curiosidades científicas nos diferentes pontos do Império³⁰.

Nessa perspectiva, sob a influência do Iluminismo e com as mudanças introduzidas durante a administração do Marquês de Pombal, a Coroa portuguesa renovaria seu interesse em suas possessões ultramarinas e nos seus produtos naturais, desenvolvendo esforços para melhor conhecê-los e utilizá-los. Entre outros aspectos, tais mudanças obrigavam os governadores das colônias portuguesas a enviar para Lisboa produtos naturais para várias instituições do Reino.

²⁶ ALMEIDA, A. V; PAPAVERO, N; TEIXEIRA, D. T. Animais enviados para Portugal, entre 1754 e 1805, pelos governadores da capitania de Pernambuco. Arquivos do NEHILP, São Paulo, v. 2, pp. 1-72, 2014, p. 08.

²⁷ Nessas instruções encontramos orientações de como recolher, preparar, remeter e conservar os produtos de história natural, ou seja, elas representam um modo de viabilizar o acompanhamento das expedições científicas a distância, uma vez “ditavam sobre quais produtos naturais e industriais a serem recolhidos e como deviam ser preparados, os locais a percorrer, as observações etnográficas que deviam ser feitas, a produção de viagem e desenhos, enfim, abordavam todo o instrumental teórico e prático dos naturalistas no trabalho de campo” (PATACA; PINHEIRO, 2005, p. 61).

²⁸ Ibidem, p. 62.

²⁹ PATACA; PINHEIRO, 2005, p. 59.

³⁰ DOMINGUES, Angela, 2001, p. 826 apud HEYNEMANN, Cláudia. Viagens filosóficas pela América portuguesa. In. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011, p. 06.

Entretanto, é importante lembrar que neste período a ciência busca se reafirmar, a partir da descoberta do mundo natural pela sua catalogação e observação. Ademais este momento representa também uma apropriação dos recursos naturais e dos seus domínios ultramar. Desse modo, o esforço desta pesquisa foi realizado no sentido de identificar os principais pontos de contato entre os recursos da natureza disponíveis e as práticas empregadas na exploração desses produtos.

O Estado do Maranhão, descrito nas crônicas e relatos de viajantes como uma região abundante em recursos naturais, situado num ambiente ecológico com características naturais diversificadas e singulares, teve a sua formação histórica intimamente ligada às práticas de exploração dos seus recursos naturais, o que mostra as potencialidades da capitania que serão exploradas antes e durante as Viagens Filosóficas.

Nesse sentido, o que proponho é analisar como a Capitania do Maranhão foi inserida no contexto da História Natural de Portugal e pensar uma História Ambiental para o Maranhão setecentista a partir de tais práticas científicas. Busco compreender a relação do homem com a natureza através das correspondências que mostram aspectos da Filosofia Natural por meio de remessas, listas e ordens do Ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro para os governadores do Maranhão.

Dessas práticas, algumas merecem destaque pela riqueza dos detalhes e também pelos impactos que resultavam para a natureza, com destaque a pesca das tartarugas e o corte de árvores. Trata-se de compreender as relações sociais que nortearam os usos, as apropriações e representações da natureza no Maranhão ao longo da segunda metade do século XVIII.

A fauna, flora e os minerais, eram vistos como produtos que interessavam a Coroa portuguesa que constantemente escreviam relatórios sobre os mesmos. Trata-se de investigá-los tendo como pano de fundo a administração régia. O desafio é reconhecer os recursos naturais. Abordar diferentes aspectos entre os sistemas sociais e sistemas naturais, dialogando com as questões econômicas e políticas da época.

Para tanto, pautamo-nos, pois, nos métodos de investigação da História Ambiental e utilizamos como fonte as correspondências trocadas entre os governadores da capitania do Maranhão e o Secretário de Estado de Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro no período de 1773 à 1790.

O recorte temporal coincide com a administração do Ministro de Estado de Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro e os governadores do Maranhão Joaquim de Melo e Povóas (1775), D. Antônio de Sales de Noronha (1779), José Teles da Silva (1784)

e Fernando Pereira Leite de Foios (1787) que foram os principais responsáveis pela introdução das práticas científicas no Estado³¹.

A partir do advento da Nova História e sua abertura a novos temas e abordagens, houve uma valorização e reconhecimento da necessidade de estudar as relações históricas entre as sociedades e seus ambientes. Do ponto de vista histórico, a História Ambiental tem favorecido sobremaneira esses estudos sobre a relação do homem com a natureza. Nesse sentido, esse campo de estudos como suporte temático e teórico será um dos eixos, já que permite “colocar” a sociedade na natureza.

Desse modo, no primeiro capítulo, **HISTÓRIA E NATUREZA**, há uma discussão historiográfica sobre a História Natural e a História Ambiental de um ponto de vista teórico-metodológico, a partir da reflexão de conceitos, das relações entre sociedade e natureza e também das perspectivas e pertinências da História Ambiental na atualidade. Ainda neste capítulo, partimos da análise do quadro teórico-conceitual de autores que dedicaram seus estudos a temática ambiental.

No segundo capítulo, intitulado, **A ILUSTRAÇÃO E AS REFORMAS POMBALINAS**, busco analisar a partir da política do Marquês de Pombal, as principais reformas promovidas por ele, no que diz respeito principalmente a reestruturação da Universidade de Coimbra e a criação do curso de Filosofia Natural. Além disso, compreender as chamadas Viagens Filosóficas ou Expedições Científicas é de fundamental importância para entender as diversas práticas científicas da época e a nova visão acerca do conhecimento da natureza no contexto do Iluminismo.

No terceiro e último capítulo, ***“Fico certo no que V. Ex^a. me ordena [...] sobre a remessa que devo fazer: as práticas de História Natural na Capitania do Maranhão”***, dou ênfase as práticas voltadas ao conhecimento do mundo natural das terras do Maranhão abordando as inúmeras tentativas dos governadores desta capitania para catalogar e remeter para a Coroa produtos da História Natural. Ainda neste capítulo dedico maior atenção a relação

³¹ Com a saída de Martinho de Melo e Castro do ministério, a coleta de informações sobre a natureza das colônias não cessou. Contudo, embora haja continuidades, o planejamento e a execução das viagens nesses dois momentos ocorreram também de forma diferenciada de acordo com as políticas dos ministros. Assim, durante a vigência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho como ministro dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, as orientações teriam sido modificadas para estar de acordo com novas diretrizes do Estado e com os resultados obtidos anteriormente. Com uma política voltada para a renovação da agricultura e a introdução de novas técnicas rurais, D. Rodrigo executou uma série de ações, como a requisição aos governadores das capitanias para elaboração de relatórios sobre os processos empregados no preparo e cultivo dos gêneros exportáveis, a ordenação para que se levantassem plantas nativas e minerais para serem enviados ao Reino etc. (DIAS, 1968, p. 105- 170 apud PATACA; PINHEIRO, 2005, p. 66).

do homem com a natureza e os sentidos atribuídos a ela presente nas correspondências analisadas.

Portanto, esta dissertação propõe-se a investigar as práticas de História Natural na Capitania do Maranhão no contexto da Ilustração. Na oportunidade, pensar as relações do homem com a natureza a partir das remessas de gêneros naturais enviados do Maranhão para a Europa, está entre as preocupações. Sobre esta questão, os resultados aqui apresentados não pretendem ser definitivos, mas antes apontar para a necessidade de pesquisas que valorizem os aspectos políticos, econômicos e também ambientais. Afinal, estes fatores são fundamentais para o entendimento de uma sociedade cuja formação está diretamente ligada ao aproveitamento de seus recursos naturais.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA E NATUREZA.

1.1 Homem e Natureza no Império português.

Natureza. Em sua definição mais ampla “indica o conjunto das coisas que existem, particularmente, os princípios constitutivos essenciais”³². Para Regina Horta o termo Natureza é uma criação cultural, e, portanto, humana³³. Robert Lenoble considera que apesar da natureza ter conservado seu aspecto físico ao longo tempo, o homem tem percebido essa mesma natureza de diferentes maneiras, cada observação fruto do seu tempo. Neste sentido, é a “cultura que cria e inventa essa ideia”³⁴. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico dos seres humanos que transforma-se ao longo do tempo.

Desse modo, das Grandes Navegações no século XVI, até a consolidação do pensamento ilustrado em Portugal no século XVIII, foram construídas, paulatinamente, novas perspectivas sobre a compreensão da natureza. Contudo, é durante o setecentos que vamos constatar uma maior preocupação do Estado e da sociedade com o mundo natural e a racionalização dos processos exploratório deste.

Os primeiros relatos sobre a natureza do Novo Mundo foram produzidos a partir das viagens de navegação e a expansão renascentista. Neste caso, os relatos da natureza são poucos extensos uma vez que é a procura de significados ocultos que interessa. Ademais,

“[...] diferentemente da História Natural posterior, a busca pelas semelhanças entre os seres vivos no Renascimento está voltada à procura de sua natureza íntima, de sua essência, a que se pode chegar através de sua *finalidade*. Se o campo de visão é vasto o bastante para abarcar tudo o que se interpõe *desde a lua até o âmago da terra*, o olhar é dirigido para atravessar os seres e trazer de seu interior o que importa ser conhecido”³⁵.

No Renascimento importava conhecer a ordem universal que envolvia todos e cada um dos seres e acontecimentos criados. “Desde os minerais aos astros do céu, os vegetais aos animais, dos seres visíveis aos invisíveis, dos homens aos anjos, impõe-se a todos a integração numa unidade harmonica [...]”³⁶. Já no século XVIII, a História Natural formulará e postulará o inventário minucioso e exaustivo dos seres vivos como um procedimento padrão a ser

³² KETTLE, 2010, p. 12.

³³ DUARTE, Regina Horta. História e Natureza. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

³⁴ LEACH, 1985, p. 14 apud KETTLE, 2010, p. 12.

³⁵ PRESTES, 1997, p. 31.

³⁶ Ibidem, p. 29- 30.

seguido³⁷. Com isso, a visão renascentista será modificada com a introdução da ciência moderna nas três últimas décadas do século XVIII a partir da Reforma da Universidade de Coimbra.

Nessas circunstâncias, “as relações que os homens estabelecem com o mundo natural são variadas e continuamente construídas, reconhecendo a cultura produzida a partir dessa interação como determinada pela ação e consciência humanas”³⁸. Assim, com o Iluminismo a compreensão da natureza e de toda a sua complexidade ganhou novas perspectivas e entendimento do que era o Mundo Natural. Neste contexto, qual o significado da natureza para o homem moderno do século XVIII?

A partir desse século a ciência na Europa será símbolo da racionalidade, do progresso material e do conhecimento utilitário³⁹. Para Camargo, a “Europa demonstrou no século XVIII um grande interesse pela Natureza porque viu nela possibilidades e condições para atender as necessidades concretas da população em termos econômicos, políticos e sociais”⁴⁰.

Desde o século XVI havia, portanto, “um mercado de ávidos e curiosos eruditos por uma flora e fauna exuberante e exótica”⁴¹. Contudo, ao longo do século XVIII podemos acrescentar a essa curiosidade a necessidade de transformar a Natureza em produtos rentáveis aos cofres das Coroas⁴².

Isso significa que o Iluminismo “operou a transformação do homem de um mundo idealizado para outro desencantado pela razão, o processo de racionalização das potências míticas da natureza que desembocaria em uma racionalidade científica”⁴³. Com isso, a administração imperial sob influência do Iluminismo valorizou explicações pragmáticas e racionais para a natureza e sociedade.

Conforme Rossana Verran, “a idéia de domínio da natureza através da ciência deu ao homem a certeza de que poderia planejar seu futuro, utilizando racionalmente os recursos que

³⁷ A partir de documentos produzidos sobre a natureza, Prestes contrapõe dois momentos distintos: os primeiros relatos sobre a natureza do Brasil-Colônia no século XVI, ao que se produziu nas últimas décadas do século XVIII, quando buscou-se um estudo mais sistemático da natureza como resultado da reforma do ensino superior que introduziu a ciência moderna em Portugal (PRESTES, 1997, p. 11).

³⁸ KETTLE, 2010, p. 12.

³⁹ COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira. UM MARANHÃO ILUSTRADO? História e natureza na correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2016, p. 17.

⁴⁰ CAMARGO, Téa. Colecionismo, Ciência e Império. In: CEDOP – IV Jornada Setecentista, pp. 576-587, 2005, p. 557. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/jornadas/vi-jornada-setecentista-2005>>. Acesso em: 05/01/2017.

⁴¹ KETTLE, 2010, p. 107.

⁴² Ibidem.

⁴³ CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. Verney e a questão do Iluminismo em Portugal. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005, p. 14.

a natureza oferece seria possível criar um futuro em que os problemas da humanidade estariam resolvidos. É a idéia de progresso”⁴⁴. Acreditava-se no conhecimento científico e no progresso técnico para controle sobre a natureza em favor do homem uma vez que o conceito de Progresso representava “a fé na evolução do conhecimento humano e no domínio da natureza”⁴⁵.

Raymond Williams considera essa percepção pragmática, encontrada nos catálogos e inventários sobre o mundo natural setecentista, inclinada a racionalidade, uma atitude resultante do acúmulo de interpretações do homem sobre a natureza, “uma fabricação humana possuidora de sua historicidade”⁴⁶. Passamos assim “de uma natureza divina, mãe generosa ou misteriosa, terrível, exótica, deslumbrante, estática, à uma Natureza progressivamente desmistificada, racional, mecânica, utilitária, dinâmica, conquistada”⁴⁷.

ainda no século XVIII, a concepção sobre o uso da fauna e da flora será modificada em função da participação ativa dos governos na sua difusão pelo mundo. De fato, antes dos Setecentos não havia uma política sistemática de catalogação de ervas e plantas do ultramar. O século XVIII, assim, se configura como um período fértil na redescoberta do mundo natural, sobretudo do sertão⁴⁸.

Segundo Yuri Simoni, com o desenvolvimento científico no período moderno, a floresta antes vista como um lugar de temor, agora é um local que deveria ser usado e moldado conforme as necessidades dos homens. Não é à toa que, no Iluminismo, a vitória do homem sobre a natureza aparece como um dos temas centrais. Nessa perspectiva, terminologias como “posse”, “conquista” e “domínio”, passam a ser constantes⁴⁹.

Para esse autor, o antropocentrismo e a observação empírica do período setecentista ajudavam a criar um “pensamento no qual os animais e as plantas foram criados por Deus para o uso e conveniência humana”⁵⁰. A razão deveria ser empregada para transformá-la em benefício dos homens⁵¹. Neste cenário, a fauna e a flora deixam de ser simplesmente criaturas

⁴⁴ VERRAN, Rossana Samarini. Inventário científico do Brasil no século XVIII: a contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da natureza e dos índios. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 49.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ WILLIAMS, 1989, p. 67 e 72 apud KETTLE, 2010, p. 13.

⁴⁷ CAMARGO, 2005, p. 578.

⁴⁸ COSTA JUNIOR, 2016, p. 28.

⁴⁹ SIMONI, Yuri. **O natural não natural**: a concepção de criação da Natureza pelo homem moderno e sua inserção na cidade (séculos XVIII e XIX). In. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009, p. 03.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ SOUZA. Fabíula Sevilha de. Temas e Métodos para uma História Ambiental do Brasil Império, In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011, p. 07.

de Deus para se transformarem em produtos naturais, alterando também as relações entre homem e o mundo natural⁵².

Nesse sentido, “o domínio da natureza era a condição necessária para a emancipação humana”⁵³. “Conhecê-la significava dominar e fazê-la útil ao reino. Trata-se de um período em que natureza e história ocupavam lugar privilegiado na cultura europeia para favorecimento do ser humano, isto é, o domínio natural aparece como uma medida civilizatória. Desse modo, por trás deste aspecto existia uma ideologia utilitarista⁵⁴. Tal utilitarismo era uma característica do ideal fisiocrata e iluminista”⁵⁵.

Entretanto, o reconhecimento utilitário do espaço geográfico não era o único objetivo das práticas científicas, buscava-se também dominar outros aspectos. Bourguet acredita que

a ciência no século XVIII não era vista apenas no seu sentido utilitário. Ela também se tornou objeto de deleite e prazer, inclusive para que sua utilidade pudesse ser captada por todos. Só assim se compreende o lugar central que a história natural ocupou na organização do universo mental do século das Luzes. Ao lidar com objetos que suscitavam curiosidade e provocavam encantamento, a história natural fez com que um público não especializado se tornasse testemunha e cúmplice do processo de formação do conhecimento sobre o mundo que lhe cercava. O consumo das novidades trazidas pela história natural poderia transformar-se em mero sinal de demonstração de gosto e de exibição de moda, dessa forma, a ciência moderna estava igualmente sendo divulgada⁵⁶.

Opinião parecida revela Verran ao afirmar que “[...] há, nas explorações do século XVIII, dois objetivos: um, de satisfazer o gosto enciclopédico de classificação e de elaboração de inventários e de taxonomias; outro, de procurar plantas novas para a aculturação, visando objetivos econômicos e utilitaristas”⁵⁷.

Para Kettle o conhecimento sobre a Natureza foi fundamental nesse contexto de ocupação territorial, pois as atividades econômicas que ofereciam sustentação à execução da política pombalina tinham como suas fontes de recursos as espécies naturais⁵⁸. Gilese da Conceição por sua vez, acredita que as informações obtidas sobre o ambiente natural das

⁵² HEYNEMANN, 1999, p. 103, apud KETTLE, 2010, p. 110.

⁵³ VERRAN, 2006, p. 146.

⁵⁴ Ibidem, p. 153.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ BOURGUET, 1997, p. 214 apud VERRAN, 2006, p. 162.

⁵⁷ VERRAN, 2006, p. 102.

⁵⁸ KETTLE, 2010, p. 54.

colônias foram necessárias também para que o Estado português pudesse demarcar as fronteiras em relação a Espanha⁵⁹. Com isso,

os objetivos de tal política eram múltiplos, e muitas vezes conciliavam o objetivo utilitarista com a busca pelo conhecimento científico, e iam, desde a intenção de racionalizar e superar as dificuldades relativas à produção de bens em território colonial, quanto à de consolidar e sustentar o ainda corrente processo de expansão e domínio territorial⁶⁰.

O mundo natural suscitava assim interesse por ser uma questão primordial para o desenvolvimento da colônia, do reconhecimento territorial do ambiente americano e do desenvolvimento científico⁶¹.

Kettle mostra que a natureza foi utilizada também nesta época como um lugar no qual os “agentes históricos poderiam expressar suas qualidades, manifestando seus atributos e habilidades, projetando-os como súditos capazes de servir ao Império português, no intuito de serem beneficiados com uma melhor posição na sociedade colonial”⁶².

Para Conceição, “o poder estava conectado com o conhecimento sobre os espaços geográficos, as populações, a fauna, a flora e os minerais”⁶³. Nesse sentido, “a relação entre poder e o conhecimento estava relacionado aos recursos naturais do Reino e das colônias, ao reconhecimento dos territórios interiores do Brasil, suas fronteiras e populações indígenas”⁶⁴.

O Estado, “ao legitimar as práticas científicas passava a fortalecer o seu espaço de afirmação de poder e, neste contexto, colocava-se frente aos possíveis riscos diante da concorrência das grandes potências coloniais europeias”⁶⁵. Ademais, o Estado servia-se da ciência para legitimar a sua intervenção e presença junto dos povos. “Era preciso inovar, conhecer e solidificar presença em toda a vasta extensão de seu império”⁶⁶. Sendo assim, as ciências para além de uma forma de conhecimento era, também uma forma de domínio⁶⁷.

⁵⁹ CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da. *Natureza Ilustrada: Estudos sobre Filosofia Natural no Brasil ao longo do século XVIII: História e Ciência: Ciência e Poder na Primeira Idade Global*, Porto, 2016, p. 142-179, p. 158.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 151.

⁶¹ *Ibidem*, p. 152.

⁶² KETTLE, 2010, p. 14.

⁶³ CONCEIÇÃO, 2016, p. 155.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ LIMA, Péricles Pedrosa. *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009, p. 185. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/514/3/20177_ulfl064849_tm.pdf>. Acesso em: 22/12/2016.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 188.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 86

Notamos, portanto, que as ciências para além de uma forma de conhecimento eram, também, uma forma de legitimar a intervenção do Estado, isto é, uma forma de domínio: “domínio da natureza pelo homem, dos recursos minerais pelo Estado [...]”⁶⁸. Nesse sentido, é inegável o interesse do Estado em buscar mecanismos para serem utilizados pela Coroa para potencializar o conhecimento e a utilização da natureza das colônias para o comércio e para as ciências.

A maneira como a natureza da América portuguesa era observada foi descrita em inúmeros documentos produzidos nesta época que relatavam sobre o ambiente natural das colônias: as espécies de animais, plantas, clima, hidrografia e geografia. Entretanto, “a representação do Novo Mundo, com sua natureza distinta e nunca vista, com seus habitantes igualmente estranhos, não foi de fácil assimilação. Representar o que nunca antes tinha sido visto, [...], não era uma tarefa simples”⁶⁹.

Nesse contexto, as correspondências da época trocadas entre governadores e a administração imperial nos permitem encontrar um considerável envio de amostras dos reinos vegetal e animal além do incentivo a pesquisa de novas espécies com valor comercial. Além disso, esses documentos nos possibilitam entender que o interesse colonial exercido sobre a América portuguesa foi econômico, cultural e também científico.

1.1.1 – Natureza Ilustrada: A História Natural de Portugal.

No século XVIII, a História Natural como uma ciência vai incorporar novas perspectivas sobre o domínio da natureza pelo homem⁷⁰. Esse novo campo de investigação propunha uma busca pela verdade na própria natureza rompendo com o saber baseado nos princípios cristãos e nos filósofos da antiguidade. A Filosofia Natural baseava-se em objetos passíveis de observação, mensuração e classificação. Com isso, “foi necessário ver, ao invés de ler; verificar, ao invés de comentar”⁷¹. Deparamo-nos, pois, com uma ciência fundamentada na razão, na experimentação e observação da natureza.

Para Guimarães

o bem comum, o nacionalismo, e a idéia de utilitarismo estão intrincados ao definir a História Natural para o Estado português, um conceito não pode ser isolado do outro,

⁶⁸ LIMA, 2009, p. 185.

⁶⁹ VERRAN, 2006, p. 144.

⁷⁰ GUIMARÃES, 2007, p. 72.

⁷¹ VERRAN, 2006, p. 17.

para que faça sentido dentro da dualidade da modernidade contra a antiguidade, e de Portugal contra as outras nações dentro da corrida científica⁷².

De modo geral, a História Natural ou Filosofia Natural “baseava-se em um amplo levantamento dos produtos naturais dos reinos vegetal, animal e mineral, com a finalidade de descobrir novas espécies e contribuir para o desenvolvimento científico”⁷³ do país. Além disso, buscava “avaliar as potencialidades econômicas, fazer observações geográficas sobre a Terra, o ar e água que trouxessem novos elementos explicativos do funcionamento terrestre”⁷⁴. Para Camargo,

o naturalismo econômico inaugurou em Portugal uma ação conjunta entre Estado e Ciência, no sentido de aprofundar o conhecimento dos três reinos da natureza do Império com vistas aos aportes científicos, tecnológicos e aos altos ganhos econômicos e políticos que daí poderiam advir⁷⁵.

Com isso, os conhecimentos deveriam atingir um nível técnico estabelecido por meio de regras e uma nova maneira de elaborar o conhecimento que deveria ser verificável e útil. Conforme Heynemann,

a discussão desenvolvida nos séculos XVII e XVIII, delimita o lugar da história natural em torno das linhagens da filosofia clássica, lidas à luz de outros desdobramentos como racionalismo e empiria; dedução e indução; sistemas e experimentação e outros pares de “oposições” que se constroem na teoria científica moderna”⁷⁶.

Havia naquele momento a necessidade de conhecimento territorial com investimento à pesquisa e educação. Segundo Figueirôa, Silva e Pataca, “o projeto de uma história natural das colônias tomou uma dimensão imperial”⁷⁷. Isso porque pôr em ação tal projeto poderia trazer novos conhecimentos para o adiantamento das ciências.

Neste contexto, a mineralogia, associada a seus estudos sobre composição química e métodos de extração, que vinha sendo articulada à época se desenvolve enquanto um dos principais ramos da História Natural no Império luso-brasileiro⁷⁸. Paralelo a isso, a agricultura

⁷² GUIMARÃES, 2007, p. 79.

⁷³ FIGUEIRÔA, Silvia. F. de M; SILVA, Clarete Paranhos da; PATACA, Ermelinda Moutinho. Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, vol. 11(3): 713-29, set.-dez. 2004, p. 717.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ CAMARGO, 2005, p. 584.

⁷⁶ HEYNEMANN, 2003, p. 02.

⁷⁷ FIGUEIRÔA; SILVA; PATACA, 2004, p. 716.

⁷⁸ SOUZA, 2011, p. 07.

passa a ser vista “como um esforço do homem para criar produtos agrícolas, sem ficar unicamente sujeito às ofertas da Natureza, subordinado à sua prodigalidade ou à sua avareza”⁷⁹.

Deste modo, o Estado ao concentrar esforços principalmente nos setores agrícolas e minerador, com investimentos no ensino, no patrocínio de explorações científicas, e em investigações em torno da História Natural, buscava não só a difusão da ciência e dos novos conhecimentos, mas também novas possibilidades de desenvolvimento e progresso para o Império, pois o Reino vivia uma emergente crise em alguns setores de exploração.

No caso específico do Brasil, “Portugal vivia o declínio da mineração concentrada no ouro e nos diamantes e os novos esforços procuravam alterar este quadro, buscar alternativas em um projeto português de reformas fundamentadas pela ciência”⁸⁰. Sendo assim, para além do objetivo científico, buscava-se também desenvolver a “racionalização da agricultura, a introdução de novas técnicas que rentabilizariam e tornariam mais produtivas as actividades agrícolas, mineralógica e industrial, tal como eram habitualmente praticadas”⁸¹.

Nessa perspectiva, “a ciência e a técnica permitiriam transformar o Novo Mundo à imagem do Velho e, sobretudo, potencializá-lo e explorá-lo em benefício próprio”⁸². Verran afirma que com base nas ideias iluministas seria importante para a agricultura do Reino investir no desenvolvimento de novas espécies vegetais, no transplante para a América de espécies asiáticas e na criação de uma grande variedade de plantas como: cravo, canela, baunilha, pimentas, corantes, essências aromáticas, salsaparrilha, entre outras⁸³.

Raminelli resume bem o papel da História Natural. Para ele,

seguiram-se duas vias, uma visando à criação de jardins botânicos e de aclimação de plantas e outra cujo objetivo era a formação de museus de história natural que viabilizassem uma educação dita filosófica, isto é, uma educação que deveria promover o avanço da ciência, sem esquecer um terceiro caminho paralelo aos anteriores: o das explorações geográficas com vista à delimitação de fronteiras, durante o qual se procedia à recolha de todo tipo de materiais e de informações⁸⁴.

Desse modo, ao longo do século XVIII, as coleções de História Natural foram ocupando lugar de destaque no interior dos Museus. Entre as coleções encontramos plantas secas, animais empalhados, minerais, conchas, restos fossilizados, etc. Contudo, vários autores tratam do “atraso” português na implantação da Filosofia Natural em Portugal.

⁷⁹ SILVA, 1986, p. 473.

⁸⁰ LIMA, 2009, p. 189.

⁸¹ DOMINGUES, p. 27 apud LIMA, 2009, p. 22.

⁸² Ibidem, p. 24.

⁸³ VERRAN, 2006, p. 11.

⁸⁴ RAMINELLI, 2008, p. 84-97 apud BRAGA, 2016, p. 555.

Na opinião de Camargo, trata-se de

um colecionismo eclético que acompanhou um crescimento progressivo do interesse pelos objetos da Natureza. Que caminhou ao lado da crescente especialização das ciências naturais, fornecendo-lhe subsídios e chegou ao final do período não mais como prática somente privada, mas alargada e institucionalizada através do "naturalismo econômico" numa ação conjunta entre Estado e Ciência⁸⁵.

A fim de estudar as possibilidades de desenvolvimento dos setores agrícola e minerador, “um conjunto de ações coordenadas pelo governo português mobilizou dezenas de naturalistas — muitos deles nascidos nas próprias colônias da América Portuguesa, da África ou da Ásia e típicos representantes da época das luzes [...]”⁸⁶.

Com isso,

numa clara tentativa de superar a crise nos setores de mineração e agricultura, o Estado reformista procurou [...] homens que pudessem, por meio dos seus conhecimentos nas áreas de mineração e mineralogia, não somente inventariar os recursos minerais, mas propor formas para seu melhor aproveitamento⁸⁷.

“Vemos que o lugar que a história natural ocupará então, nas coleções privadas e, progressivamente, nos gabinetes públicos e museus do século XVIII, descreve uma história não apenas do ato de colecionar, mas da própria história natural e da escrita da história”⁸⁸. A partir daí, “houve um enriquecimento memorável dos conhecimentos, das possibilidades, juntamente com uma tecnicidade em diferentes campos: na mineração, no comércio, na medicina, botânica, topografia, educação, e por fim, um desenvolvimento poético e afetivo”⁸⁹.

Portanto, os Ilustrados buscavam nos recursos naturais o desenvolvimento do Estado. Com isso, foram estabelecidas novas relações entre o conhecimento e a sociedade, a partir daí, a natureza passou a ser objeto de observação. Nesse contexto, tendo em vistas um projeto de conhecimento racional e enciclopédico do mundo natural, a natureza da América portuguesa despertou grande interesse na Europa em conhecer a diversidade de animais e espécies vegetais, sobretudo na segunda metade século XVIII.

Nessa perspectiva, “o mundo natural passou a ser observado, coletado e classificado por uma ciência própria, a Filosofia Natural”⁹⁰. Com isso, “as práticas de recolher, observar,

⁸⁵ CAMARGO, 2005, p. 557.

⁸⁶ FIGUEIRÔA; SILVA; PATACA, 2004, p. 714.

⁸⁷ Ibidem, p. 716.

⁸⁸ HEYNEMANN, 2003. p 03.

⁸⁹ LIMA, 2009, p. 189.

⁹⁰ GUIMARÃES, 2007, p. 68.

preparar e remeter os produtos de História Natural foram essenciais para o projeto centralizador de criação de um museu metropolitano com espécimes de todas as regiões coloniais”⁹¹.

Além deste período ser um momento em que a ciência tenta se reafirmar, buscando desvendar o mundo natural pela sua catalogação e observação, ele representa também uma postura de apropriação dos recursos naturais dos seus domínios ultramar⁹². Para Conceição, na América portuguesa a Coroa estabeleceu um vasto controle territorial, num processo de longa duração com implicações extensas do ponto de vista econômico, comercial e também ambiental⁹³.

Isso significa que a apropriação e exploração do ambiente natural da capitania do Maranhão nos dá pistas para entender a interação entre sociedade e natureza no século XVIII. Nesse sentido, o recorte temporal desta pesquisa é marcado pelo momento em que a documentação nos possibilita acompanhar a inserção do Maranhão no rol das práticas científicas da Europa. Neste momento, a natureza, tida como principal objeto de investigação, é investida de papel fundamental.

Portanto, seria possível a elaboração de uma História Ambiental do Maranhão a partir da análise da dinâmica de construção e consolidação de uma postura legitimadora da exploração perdulária e dilapidadora da natureza? Ademais, a História Ambiental pode utilizar-se do ramo da História Natural no exame de interação entre sociedade e natureza enquanto processo histórico?

⁹¹ PATACA, 2011, p. 137.

⁹² DUARTE, 2005.

⁹³ CONCEIÇÃO, 2016, p. 145.

1.2 História Ambiental: uma proposta de análise da relação homem-natureza.

Nas últimas décadas acompanhamos em diversos setores da sociedade intensos debates acerca da questão ambiental. Nessa perspectiva, um dos temas em alta entre os historiadores é o da História Ambiental. Esse campo historiográfico nasceu à medida que se intensificavam as discussões sobre a crise global, da consciência ambiental e da necessidade de preservação do meio ambiente. Ou seja, numa época de revalidação da relação homem e natureza a partir das conferências e movimentos ambientalistas em escala mundial.

Segundo Duarte, “o fato dos historiadores terem dirigido suas indagações de forma tão sistemática em direção a natureza, a ponto de criarem um novo “ramo” de estudos, demonstra muito bem como a produção do conhecimento histórico se faz em sintonia com seu tempo”⁹⁴.

Para Martinez, esse campo historiográfico coloca em destaque o papel social do historiador na construção de novas perspectivas profissionais e de relacionamento com a sociedade, podendo inaugurar um movimento de criação intelectual autônomo, original e conectado no tempo presente⁹⁵.

Nesse contexto, as disciplinas foram desafiadas a superar paradigmas e a incorporar variáveis ambientais ao seu repertório legítimo de pesquisa, visto que o advento desse campo historiográfico “abre uma nova indagação sobre tempo e sobre as temporalidades que definem os processos ecológicos e as identidades culturais que se interagem com os processos econômicos e tecnológicos e que marcam o curso da história moderna”⁹⁶.

Nas palavras de Peter Burke, os historiadores estão “avançando em território não familiar”⁹⁷, o que explica, em parte, as dificuldades nesse campo de pesquisa. Opinião parecida revela Martinez ao falar do risco de “naturalização” dos processos sociais: “o desafio é, também, continuar a ser historiador, sem descaracterizar o trabalho empreendido por esta disciplina”⁹⁸, isto é, “abordar as questões ambientais com métodos e instrumentos específicos do ofício dos historiadores. Em resumo, ser, antes de tudo, História”⁹⁹.

Desse modo, nascida na década de 1970, criada e sistematizada por historiadores norte- americanos, a História Ambiental tem ganhado espaço nas discussões historiográficas

⁹⁴ DUARTE, 2005, p. 31.

⁹⁵ MARTINEZ, 2006, p. 25.

⁹⁶ LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. Revista esboços, n 13, UFSC, 2003, p.12.

⁹⁷ BURKE, Peter. A Escola dos Annales 1929 – 1989, A Revolução Francesa da Historiografia (1929-1968). São Paulo: UNESP, 2ª Edição, 1992, p 21.

⁹⁸ MARTINEZ, 2006, p. 32.

⁹⁹ Ibidem, p. 63.

atuais, por “ligar explicitamente a história natural à história social e examinando as interações entre ambas”¹⁰⁰, uma vez que não é mais possível pensar a sociedade sem ancoragem no mundo natural¹⁰¹. Em outras palavras, o objetivo é analisar as relações da sociedade com o ambiente, entendendo tratar-se de fenômenos complexos que ocorrem em um tempo que não é exclusivamente natural e sim, humano.

Para o norte-americano Donald Worster, “agora chega um novo grupo de reformadores, os historiadores ambientais, que insistem em dizer que podemos ir mais fundo ainda, até encontramos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história”¹⁰². Segundo o mesmo, “devemos de vez em quando deixar os parlamentos, as salas de parto e as fábricas, abrir todas as portas e vagar pelos campos e florestas, ao ar livre”¹⁰³. Compreende que “a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana”¹⁰⁴.

Conforme Drummond, “sua originalidade está na sua disposição explícita de “colocar a sociedade na natureza” e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza”¹⁰⁵. Contudo,

devem ser levadas em conta as necessidades intelectuais e materiais exigidas pelo estudo da história como a delimitação de seu objeto teórico, as problemáticas a serem pesquisadas, as questões interpretativas que se abrem, as fontes e a documentação disponível, e a historiografia existente sobre as temáticas ambientais¹⁰⁶.

Enrique Leff lembra bem a necessidade de “abordar as inter-relações da complexidade ambiental, interrogando o tempo humano desde diferentes racionalidades culturais”¹⁰⁷. Para tanto, a História Ambiental permite ver essa complexidade na história passada, e mobiliza uma ação prospectiva para a construção de uma racionalidade ambiental; é um saber que estabelece o vínculo entre um passado eco-destruidor e um futuro sustentável¹⁰⁸.

Desse modo,

[...] essa tendência rejeita premissas como o fato de a experiência humana ter se desenvolvido sem a imposição de limites naturais, de os humanos terem se constituído em uma espécie distintas e de as conseqüências ecológicas de seus feitos passados

¹⁰⁰ DRUMMOND, 1991, p. 181.

¹⁰¹ Ibidem, p. 180.

¹⁰² WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198- 199.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ DRUMMOND, 1991, p. 185.

¹⁰⁶ MARTINEZ, 2006, p. 17.

¹⁰⁷ LEFF, 2003, p. 14.

¹⁰⁸ Ibidem.

poderem ser esquecidas. Assim, seu objetivo principal é o de aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetadas pelo seu ambiente natural e, inversamente, como elas afetaram esse ambiente e com que resultados¹⁰⁹.

Assim, “os homens produzem a sua História imprimindo na natureza a sua marca: diques, estradas, ferramentas, casas; assim como em uma atividade dinâmica e reflexiva, elabora conhecimento sobre esta produção”¹¹⁰. Por isso, Socorro Cabral chama a atenção para que se construa um nexos maior entre a sociedade, cultura e natureza onde se deu tais acontecimentos¹¹¹.

Tal como mostra Duarte, “compreender a historicidade das relações entre a sociedade e natureza pode, certamente, dar-nos instrumentos para assumir uma postura mais crítica frente aos debates sobre o ambiente”¹¹².

Worster indica três níveis de abordagens da História Ambiental: o primeiro, trata de como a natureza se organizou e funcionou no passado; outra abordagem diz respeito ao domínio sócioeconômico interagindo com o ambiente através do trabalho, ferramentas e relações sociais, pelas diversas formas em que os povos produziam bens a partir de seus recursos naturais; e por último, as percepções, valores étnicos, lei, mitos e outras estruturas de significação, que em nível intelectual tornam-se parte do diálogo de um indivíduo ou grupo com a natureza¹¹³.

Já Drummond ao destacar alguns traços da história ambiental, chama a atenção para a grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e seu ambiente¹¹⁴. Segundo ele,

as seções de manuscritos da Biblioteca Nacional e de vários Institutos Históricos e Geográficos contam com inúmeros relatos e crônicas de viagem inéditos, alguns deles pertinentes aos séculos XVII e XVIII [...], essas são fontes privilegiadas para os historiadores ambientais, e o Brasil, pela sua tropicalidade e pela diversidade dos seus ecossistemas, atraiu e continua a atrair centenas de viajantes e cientistas estrangeiros oriundos de países temperados, treinados para observar paisagens e aspectos da natureza¹¹⁵.

¹⁰⁹ MACEDO, Helder A. Medeiros de. Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, jan-jun, 2007, p. 41.

¹¹⁰ ALMEIDA, Jozimar Paes de. História Ambiental: constituindo um campo de estudos. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo*, julho 2011, p. 02.

¹¹¹ CABRAL, Maria Socorro Coelho. *Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão*. São Luis, SIOGE, 1992.

¹¹² DUARTE, 2005, p. 32.

¹¹³ WORSTER, 1991, p. 05.

¹¹⁴ DRUMMOND, 1991, p. 183.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 194.

Para Drummond ainda, alguns sinais da atividade humana são importantes para o historiador ambiental. Assim, “um rio assoreado que os documentos dizem ter sido navegável no passado pode ter sido afetado por uma agricultura; uma encosta nua, com fendas erosivas, terá sido outrora coberta de mata ou de plantações comerciais”¹¹⁶. Dessa maneira, “esses “documentos” são conclusivos em si mesmos, embora possam e até devem ser confirmados pela documentação tradicional”¹¹⁷.

Neste ponto, uma questão se destaca: a importância de explorar as interações entre o quadro de recursos naturais e os diferentes estilos de vida das sociedades humanas. Nessa perspectiva, a História Ambiental concentra-se na análise da relação que o homem estabelece com o mundo natural, e tem se preocupado com os usos que o homem fez dos recursos naturais no passado.

Nessa perspectiva, trabalhar com o conceito de ambiente não fica restrito ao espaço, mas integra também os homens e mulheres que criam e constituem o espaço. Considerando que as questões tratadas pela História Ambiental encontram-se na interação entre natureza e cultura, o historiador para dispor de instrumentos para tal estudo deve buscar na geografia, na biologia e demais ciências apoio teórico-metodológico. Trata-se assim, de “um campo que sintetiza muitas contribuições e cuja prática é inerentemente interdisciplinar”¹¹⁸.

A esse respeito, Martinez afirma que “a História Ambiental é uma abordagem das questões ambientais no tempo e que encontra no meio ambiente o seu objeto de investigação”¹¹⁹. Chegamos a um ponto importante desta pesquisa: a noção de ambiente. O conceito de ambiente utilizado nesta proposta situa as questões da sociedade e natureza e das relações do espaço como lugar e como território.

Nesse contexto, o ambiente é uma construção social, ou ainda, uma construção cultural, constituindo um importante estimulante para a compreensão das sociedades, por conter um grande potencial para a construção do conhecimento histórico.

Além disso, o estudo do ambiente é interdisciplinar. Para Martinez, sendo este um objeto interdisciplinar surge, então, um primeiro e importante problema para a História Ambiental: ela converte-se em um campo aberto a experimentações¹²⁰. Entretanto, a história possui uma vasta experiência de diálogo e de trabalho interdisciplinar que facilita suas

¹¹⁶ DRUMMOND, 1991, p. 184.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ibidem, p. 185.

¹¹⁹ MARTINEZ, 2006, p. 20.

¹²⁰ Ibidem, p. 20.

aproximações no estudo das relações do ser humano com a natureza no passado¹²¹. Conforme Duarte, a interdisciplinaridade é uma das maiores tônicas da autodenominação da história ambiental¹²².

A História Ambiental do Brasil brota no seio de uma disciplina já bastante consolidada, a História, mas sobretudo da História Econômica e do pensamento social dos chamados “interpretes do Brasil”. Encontra sólido amparo, ainda na Geografia Histórica, na História Regional, nos estudos de etnologia e nas análises empreendidas pelo Materialismo Histórico sobre as estruturas econômicas e sociais brasileiras¹²³.

Nessa perspectiva, a História Ambiental tem ganhado espaço nas discussões atuais, especialmente porque traz compromissos políticos e morais, mas do que meramente acadêmicos. Segundo Worster, é um “esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido”¹²⁴.

A história ambiental nasceu portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados¹²⁵.

Desse modo, “a pesquisa e a reflexão sobre o passado ambiental, no Brasil, podem convertê-lo em um ativo e fecundo laboratório do ofício de historiador”¹²⁶. “Ao renovar a visão do passado, a História Ambiental pode ainda, descortinar uma visão crítica do presente”¹²⁷.

1.2.1 A historiografia e a História Ambiental.

Na historiografia clássica já encontramos autores que atentaram para especificidades da natureza brasileira. Sérgio Buarque de Holanda observou que as relações com a natureza no Brasil estiveram marcadas por uma conduta de geração de “riquezas que custa ousadia, não

¹²¹ MARTINEZ, 2006, p. 21

¹²² DUARTE, 2005, p. 33.

¹²³ MARTINEZ, 2006, p.48-49.

¹²⁴ WORSTER, 1991, p. 02.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ MARTINEZ, 2006, p. 37.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 26.

riqueza que custa trabalho”¹²⁸. Enquanto isso, Caio Prado sublinhou o caráter predatório e perdulário do aproveitamento das riquezas da terra como característica permanente nas atividades econômicas da colonização¹²⁹.

Em outros casos, a natureza aparece como objeto de investigação profundamente marcada pelo fantasioso e/ou pelo utilitarismo econômico, havendo uma aproximação entre o discurso da natureza e o paraíso. É o caso da obra *Relação sumária das cousas do Maranhão*, publicada pela primeira vez em 1624. Nela Simão Estácio da Silveira difundiu a idéia de uma região de terra farta, “porque têm boníssimas águas, muitos pescados, muito excelentes terras, muitas madeiras, muitas frutas, muitas caça”¹³⁰. É o primeiro livro a propagandar a natureza maranhense no século XVII. Assim, enaltecendo a natureza e a fartura do Maranhão a propaganda de Simão objetivava trazer colonos para esta região.

Do mesmo modo, Capistrano de Abreu em “*Capítulos de história colonial: 1500-1700 e os caminhos antigos e povoamento do Brasil*” detém-se numa preciosa análise dos aspectos físicos do território brasileiro, abordando sua formação geológica, suas bacias hidrográficas, seu relevo, vegetação e sua fauna, num esforço de mostrar as condições encontradas e transformadas pelos colonizadores¹³¹.

Devemos ressaltar que a questão ambiental não estava presente nas preocupações dos homens daquela época. Entretanto, esses autores ao criarem sentidos para a natureza seus relatos tornaram-se ponto de partida para muitas discussões atuais, uma vez que o historiador trabalha com as fontes a partir de perguntas que se formulam no presente. Assim, tais autores “dialogavam com o Brasil do seu tempo”, por isso, muitas vezes seus escritos estão calcados no elogio de uma natureza grandiosa e inesgotável. Uma questão é evidente: suas análises fornecem subsídios pertinentes sobre a história das sociedades humanas ao privilegiar a construção cultural e histórica do meio natural.

Para Martinez, as fontes e documentação para uma História Ambiental podem ser essas já utilizadas e conhecidas pela historiografia, porém, examinadas agora sob novas lentes do historiador. Nesse sentido, a reflexão da memória coletiva, fortemente marcada seja pelo fantasioso, seja pelo utilitarismo econômico, e que apresentou o Brasil como portador de

¹²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 44.

¹²⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense LTDA, 1957, p. 16.

¹³⁰ SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação Sumária das cousas do Maranhão*. 8ª ed. São Paulo: Editora Siciliano, 2001, p. 39.

¹³¹ ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1700 e os caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 5. Ed. Brasília: Editora da UnB, 1963.

riquezas infinitas e inesgotáveis, como a exuberância da vegetação, abundância da água, diversidade da fauna e da flora e a fertilidade do solo, apresenta-se como um grande potencial de pesquisa¹³².

Obras mais recentes também têm dado destaque ao papel da natureza na vida humana. Na obra clássica, *Ferro e Fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*¹³³, considerada o grande marco da História Ambiental no Brasil, Warren Dean chamou atenção para a destruição dessa área, processo acelerado a partir da interação entre os colonizadores e a natureza americana. O autor mostra que não sendo capazes de compreender a magnitude de sua descoberta, foram movidos por cobiça e virtude neste continente, sem se deixarem levar por compaixão ou mesmo por curiosidade¹³⁴. Penetraram a Mata Atlântica para voltar com relatos delirantes sobre esmeraldas e ouro, produzindo tamanha devastação entre seus moradores primitivos, que, no prazo de um século, quase todos estavam mortos e sua sociedade em ruínas.

Não se trata aqui apenas de uma história natural, mas de uma história do Brasil revista a partir das relações entre sociedade e meio ambiente. Com isso, Warren Dean foi enfático ao sublinhar os conhecimentos dos ciclos econômicos do país - açúcar, pecuária, ouro, café, industrialização - sob um novo ângulo, a partir do qual tais ciclos ganharam outros significados.

Ainda nesse sentido, o livro de José Augusto Padúa, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1788)*¹³⁵, também se insere na recente historiografia ambiental. O autor analisa cerca de 150 textos da época, produzidos por mais de 50 autores, reconstituindo pela primeira vez, de maneira lúcida e abrangente, a crítica ambiental nos séculos XVIII e XIX, praticamente esquecida na história do pensamento social brasileiro. Um alerta para a questão ambiental no Brasil¹³⁶.

Além disso, a História Ambiental ganhou bastante espaço com obras que, embora sejam consideradas recentes, já se tornaram clássicos e referências obrigatórias para os pesquisadores desse campo historiográfico. Nessa linha se inserem: “*O Brasil e a luta pela borracha*”¹³⁷, de Warren Dean; *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do*

¹³² MARTINEZ, 2006, p. 28-29.

¹³³ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia de Letras, 1998.

¹³⁴ DEAN, 1998.

¹³⁵ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1788)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ DEAN, Warren. *O Brasil e a luta pela borracha*. São Paulo: Editora Nobel, 1990.

*Estado do rio de Janeiro*¹³⁸, de José Augusto Drummond; *Entre árvores e esquecimentos: História Social nos sertões do Brasil*¹³⁹ e *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*¹⁴⁰, ambos de Victor Leonardi.

Há uma *História Ambiental Paulista*, reunida numa coletânea recente de estudos ambientais sobre o estado de São Paulo, no qual são abordadas as relações entre os habitantes e a natureza paulista entre os séculos XVI e XX. Essa obra abrange aspectos como a história cotidiana das populações, seus modos de viver e trabalhar, os conflitos sociais, as migrações, a organização familiar, o convívio urbano, participação política e as manifestações culturais, todos organizados segundo a perspectiva de desenvolvimento sustentável, no qual os autores se propõem a incorporar a dimensão histórica no conhecimento do meio ambiente¹⁴¹.

Do mesmo modo, em 2012, foi lançado o livro *História ambiental no sul do Brasil*¹⁴², que reúne vários estudos dessa nova geração de História Ambiental, cujo escopo é a apropriação da natureza pelo homem, elemento fundamental para a compreensão da dinâmica de qualquer sociedade.

O livro apesar de estruturado em temas como uso da terra, águas, florestas, animais e percepções sociais sobre a natureza, não buscou fazer uma análise de cada um desses elementos, isso porque nenhum deles pode ser entendido isoladamente. Contudo, foi o mundo moderno que procurou simplificar o mundo natural, de maneira que cada elemento passasse a ser pensado isoladamente dos demais. Nesse sentido, o desafio proposto pela coletânea é restabelecer os fios da complexidade que conectam terras, águas, florestas, animais e humanos¹⁴³.

Portanto, dada a formação econômica e social do Brasil, e as características físicas do seu território, a natureza foi objeto singular na historiografia. Assim, diversos historiadores dedicaram atenção a extração de produtos naturais, como o pau-brasil, a borracha, as madeiras, etc.

Um dos centros mais produtivos dessa Nova História tem sido os EUA. Contudo, a França também se destacou uma vez que os historiadores, sobretudo aqueles ligados a Escola dos Annales, há décadas vem chamando atenção para a questão do ambiente. De todo modo,

¹³⁸ DRUMMOND, José Augusto. Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 1997.

¹³⁹ LEONARDI, Victor. Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil. Editora Universidade de Brasília e Editora Paralelo 15 - Brasília DF, 1996.

¹⁴⁰ LEONARDI, Victor. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: UnB/Paralelo 15, 1999.

¹⁴¹ MARTINEZ, 2007.

¹⁴² KLANOVICS, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de. História Ambiental no Sul do Brasil: apropriações do mundo natural. São Paulo: Alameda, 2012.

¹⁴³ Ibidem.

tanto os historiadores norte-americanos quanto os ligados a Escola dos Annales, tiveram seu interesse revigorado pelo ambiente, a partir dos movimentos populares na década de 1960 e dos primeiros anos da década seguinte.

CAPÍTULO 2 – A ILUSTRAÇÃO E AS REFORMAS POMBALINAS.

2.1 O século das Luzes.

O século XVIII, conhecido como o século das Luzes, foi marcado por um conjunto de transformações no pensamento filosófico que se refletiu nas artes, nas ciências, nos costumes, na política, etc., se destacando ainda pela centralidade da ciência e da racionalidade crítica no questionamento filosófico. O conhecimento científico valorizado no Iluminismo era concebido como fundamental para a felicidade dos homens por trazer descobertas úteis para a sociedade.

Suas origens podem ser encontradas no Renascimento e na Revolução Científica do século XVII. É importante ressaltar que

as vertentes mais radicais das Luzes, [...] fustigavam a religião católica, denunciando instituições que esmagavam as massas populares, a intolerância religiosa – dentro do que se situava a crítica contumaz à Inquisição –, o fanatismo, a escritura sagrada, as exorbitâncias do poder real, os privilégios do rei e da nobreza e a infalibilidade papal, o monopólio comercial, o escravismo, o peso fiscal [...] ¹⁴⁴.

Para Carlos Villalta, no pensamento ilustrado “o ponto de partida teria sido deslocado da certeza fundamental para a experiência e observação”¹⁴⁵. Com isso, homens de ciência lançaram-se à observação, à experiência e ao estudo da natureza.

Thomas Hankins acredita que Razão e Natureza são duas palavras essenciais para compreender as transformações científicas do período ilustrado. Isso porque, para ele, estava na relação entre a razão, produto do intelecto humano, e a natureza, que ainda trazia tantos mistérios e respostas a serem desvendadas, a compreensão do funcionamento do universo e a criação de novos paradigmas que pudessem trazer luz aos mais variados campos do saber¹⁴⁶.

Neste sentido, “o racionalismo das luzes contribuía para que sentimentos de atraso e decadência que até então eram percebidos como constituintes de uma identidade natural passassem a ser atribuídos a causas artificiais passíveis de serem corrigidas, principalmente através da educação”¹⁴⁷.

¹⁴⁴ VILLALTA, 1999, p. 108-109.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 89.

¹⁴⁶ HANKINS, 2010 apud CONCEIÇÃO, 2016, p. 162.

¹⁴⁷ CAMARGO, 2005, p. 579.

Neste contexto, a Ilustração trouxe a rediscussão de elementos do Antigo Regime como absolutismo, colonialismo, monopólio comercial e escravidão e atingiu um amplo espaço geográfico não se limitando a países europeus, mas chegando também as Américas.

Para Carvalho, o termo Iluminismo largamente utilizado na historiografia quase sempre é apresentado de forma vaga ou muitas vezes utilizado para caracterizar a época do século XVIII de forma geral¹⁴⁸. Contudo, o Iluminismo “variou conforme as diferenças de nacionalidade, de credo e de religião, havendo, portanto, diferentes Ilustrações, vividas por homens e mulheres, por brancos e também sob a influência das tradições indígenas”¹⁴⁹.

Nessas circunstâncias, a Ilustração foi “heterogênea no espaço, no tempo e nos temas; marcada pela presença de contradições evidentes nas posições de seus grandes pensadores; não compreendendo um programa intelectual coerente e preciso”¹⁵⁰. Desse modo, Villalta defende o Iluminismo como

“[...] um amplo leque de ideias e debates que se fizeram presentes no século XVIII, afetando a vida cultural, política e social em suas transformações [...]. Associando-se a outras transformações históricas e congregando forças sociais díspares, as Luzes [...] colaboraram para o desencantamento do mundo, para a afirmação da capacidade do homem de controlar a natureza e seus semelhantes, diminuindo a força da religião e das tradições sobre a vida social”¹⁵¹.

Carvalho aponta outro problema: a generalização desse processo para toda a Europa, como se todos os cantos estivessem compartilhando deste despertar da humanidade ao mesmo tempo. Entretanto, as transformações relacionadas com o Iluminismo não se processaram num mesmo tempo, num mesmo ritmo, em todos os países e regiões¹⁵².

No entanto, há que considerar diferenças locais significativas, uma vez que em diversas partes da Europa, como Inglaterra, Alemanha, Escócia, França, Itália, características próprias eram desenvolvidas. Por isso, por “Iluminismo não se pode entender um sistema coerente e homogêneo de pensamento, nem sequer com o mínimo de unidade para classificar uma ‘escola filosófica’”¹⁵³, uma vez que abarca uma multiplicidade enorme de sentidos, ideias e campo de estudos.

¹⁴⁸ CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 15.

¹⁴⁹ LIMA, 2009, p. 09.

¹⁵⁰ VILLALTA, 1999, p. 94.

¹⁵¹ Ibidem.

¹⁵² CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 17.

¹⁵³ GRESPAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15.

Nesse sentido, “o iluminismo foi também uma prática, pela qual ideias eram produzidas, difundidas, criticadas e modificadas”¹⁵⁴. Foi nesse cenário que com uma “realidade sociologicamente multifacetada, unificando as elites, alcançando as camadas populares, as Luzes envolveram debates intensos e a defesa de ideias diametralmente opostas”¹⁵⁵.

Portanto, a Ilustração em voga no século XVIII, longe de ter sido um movimento uniforme, apresentou diversas tendências. Adota-se, enfim, uma noção plural de Iluminismo. Neste contexto, não houve um só, foram vários. Assim, diante dos vários Iluminismos da Europa, sugere-se a existência de um Iluminismo português¹⁵⁶.

2.1.1 Portugal e a reforma pombalina.

A historiografia de maneira geral tem destacado que o século XVIII foi o período da História Natural e Portugal e suas colônias não ficaram à margem desse processo. Nesse contexto, os estudos sobre a História Natural nos territórios do Reino e do Ultramar são importantes pois marcam a adesão do Império português ao discurso científico da época.

Fato marcante deste período é o esforço da Coroa portuguesa para inventariar por meio da ciência as riquezas naturais do Reino e de suas colônias. Com isso, os inventários do mundo natural se colocariam como as chaves para a nova apreensão do mundo¹⁵⁷.

Nesse sentido, “o Iluminismo reformista do Império português voltava-se para a natureza de seus territórios à luz dos pressupostos considerados científicos”¹⁵⁸. Portanto, a partir do reinado de D. José I e com a ascensão de Pombal, constatamos um conjunto de mudanças com inspiração iluminista cujo objetivo era modernizar Portugal. Ademais, estas reformas serão praticadas em Portugal e também em todos os seus domínios, como no Brasil.

O terremoto de Lisboa no dia 1º de novembro de 1755, responsável por abalar e destruir parcialmente a cidade de Lisboa, ajudou Pombal a se consolidar como ministro e reformador. Para Kenneth Maxwell, “foi o terremoto que deu a Pombal o impulso para o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais de vinte e dois anos, até a morte do rei, em

¹⁵⁴ GRESPAN, 2003, p. 17.

¹⁵⁵ VILLALTA, 1999, p. 83.

¹⁵⁶ Ver: CARVALHO, Flávio Rey de. Um Iluminismo Português? A reforma da Universidade de Coimbra de 1772. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

¹⁵⁷ Ver: FIGUEIRÔA, Sílvia. F. de M; SILVA, Cláudia Paranhos da; PATACA, Ermelinda Moutinho. Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, vol. 11(3): 713-29, set.-dez. 2004.

¹⁵⁸ COSTA JUNIOR, 2016, p. 16.

1777”¹⁵⁹. Com isso, Pombal “quis civilizar a nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la; quis difundir a luz das ciências filosóficas e, ao mesmo tempo, elevar o poder real do despotismo”.¹⁶⁰

Nesse contexto, a Coroa portuguesa desenvolveu uma política reformista em várias áreas, da economia a educação e inclusive no aparato censório. Entretanto, Portugal não buscava romper com a fé e a igreja que eram a base de sustentação do poder monárquico. Por isso, sob o Reformismo Ilustrado, a Coroa “fez uma corporação seletiva das ideias das Luzes, rechaçando aquelas que ameaçavam as prerrogativas absolutas do trono, o domínio colonial e a religião”¹⁶¹. Com isso, nas palavras de Villalta, “a Ilustração constituiu, ao mesmo tempo, referência e alvo de ataque”¹⁶².

“A fé não constituiu necessariamente um obstáculo às novas experiências e as novas descobertas; pelo contrário, a fé foi adaptada ao momento, era ela, por fim, um atributo divino que impulsionava o pragmatismo iluminista português”¹⁶³. Por isso, o Iluminismo em Portugal nunca foi essencialmente anticlerical. De modo geral, as medidas intervencionistas buscavam em favor das elites portuguesas e do Estado, controlar diversas atividades, fossem elas políticas e/ou econômicas.

Isso significa que a introdução da História Natural em Portugal foi caracterizada pela “introdução e aceitação de novos ideais no interior de sua produção filosófica, sem apresentar significativas rupturas ou oposição aos dogmas defendidos pelos católicos”¹⁶⁴. Com isso, há uma “tentativa de conciliação de valores espirituais comuns ao cristianismo aos métodos modernos”¹⁶⁵.

Nas palavras de Domingues, em Portugal parece que há uma certa continuidade de valores, isso porque a Coroa portuguesa procurava adaptar-se ao contexto do período, promovendo e desenvolvendo reformas inspiradas na Ilustração, e ao mesmo tempo, contraditoriamente, mantinha o antigo regime¹⁶⁶.

O reformismo buscava conciliar a valorização da Razão e das ciências à anteposição de obstáculos ao que soava como ameaça ao absolutismo monárquico, à religião

¹⁵⁹ MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 24.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 2.

¹⁶¹ VILLALTA, 1999, p. 22.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ LIMA, 2009, p. 190.

¹⁶⁴ GOVASKI, Patrícia. Teodoro de Almeida e a Filosofia Natural em Portugal, na segunda metade do século XVIII, In: Revista Cantareira - edição 19 / jul-dez, 2013, p. 40.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 43.

¹⁶⁶ LIMA, 2009, p. 188.

católica e à manutenção do Império Colonial, cerceando a influência das vertentes mais radicais da Ilustração¹⁶⁷.

Neste sentido, “queria-se uma cultura moderna, sob a égide do Estado secular, sustentada por uma base espiritual religiosa”¹⁶⁸. Desse modo, vemos que Portugal, assim como outros países em que o catolicismo era muito forte, tentou harmonizar “elementos na aparência inconciliáveis: a fé e a ciência, a tradição filosófica e a inovação racional e experimental, o teocentrismo e o antropocentrismo”¹⁶⁹. Isto não significa, no entanto, que alguns pensadores ou mesmos populares se manifestassem contrários à igreja ou à fé cristã¹⁷⁰.

Nestes países procurou-se

limitar o poder jurisdicional da Igreja e assumir a defesa da filosofia moderna difundindo-se a secularização. Ao mesmo tempo renovou-se a actividade científica fundando Academias e promovendo a publicação de obras inspiradas nessa filosofia, assim como propagou-se a instrução pública mediante uma série de reformas pedagógicas de carácter essencialmente secular¹⁷¹.

Com isso fica claro que “o seu espírito não era revolucionário nem anti-histórico, nem irreligioso como o francês, mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o Iluminismo italiano: um Iluminismo essencialmente católico e cristão”¹⁷². Deparamo-nos, pois, com um ambiente português onde “o convívio com avanços e retrocessos, com atitudes conservadoras e de vanguarda deixaram à mostra um universo cultural de carácter extremamente antagónico”¹⁷³.

Esta tentativa oficial de reforma ilustrada, por parte do Estado, é entendida em Portugal como a corporificação das idéias ilustradas, ainda que para alguns seus esforços tenham sido mais regalistas, em prol do fortalecimento do regime absolutista, do que reflexos de um pensamento propriamente ilustrado¹⁷⁴.

Deste modo, Ilustração e Religião não foram campos excludentes. Para Costa, no contexto do século XVIII, isso pode significar que “religião e ciência coexistem, mas que terão

¹⁶⁷ VILLALTA, 1999, p. 22.

¹⁶⁸ GAUER, 1996, p. 430 apud CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 09.

¹⁶⁹ FALCON, 1982, p. 430-1 apud VILLALTA, 1999, p. 111.

¹⁷⁰ VILLATA, 1999, p. 111.

¹⁷¹ LIMA, 2009, p. 13.

¹⁷² MONCADA, 1950, p. 7-8 apud LIMA, 2009, p. 14.

¹⁷³ CAMARGO, 2005, p. 578.

¹⁷⁴ ARRUDA, Paulo H. de M. As Reformas Pombalinas na Universidade de Coimbra: algumas considerações. In. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Paraná, 2009, p. 5570- 5571. Disponível em: < http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3341_1811.pdf >. Acesso em: 24/01/2017.

seus espaços próprios, sendo a religião mais para o âmbito privado e a ciência para as expectativas públicas, processo de mudança longo e de modo algum linear”¹⁷⁵.

Nessas circunstâncias, era necessário manter o equilíbrio dentro do Reformismo português uma vez que, como dito anteriormente, abria-se o caminho para a entrada do pensamento crítico da Ilustração, no entanto, pretendia-se conter seus excessos mais danosos, como a contestação ao absolutismo e ao sistema colonial. Para tanto, criou-se em 1768 a Real Mesa Censória que se preocupava com as ideias de alguns pensadores da Ilustração que poderiam colocar em risco o delicado equilíbrio do Reformismo Ilustrado português, desempenhando assim, o papel de fiscalizador e opressor¹⁷⁶.

Assim sendo, “os reformistas portugueses não poderiam ser caracterizados como livres pensadores, pois seu desejo de reformas e amplitude intelectual estava restrito ao interesse do Estado”¹⁷⁷. Permitia-se, por exemplo, “a leitura de algumas obras, mantendo-se a proibição de outras. O controle directo do Estado dos livros e publicações consideradas perturbadoras em matéria religiosa, política e civil, era a nova face da censura”¹⁷⁸.

Villalta atribui aos estrangeirados¹⁷⁹ a primeira manifestação ilustrada em Portugal¹⁸⁰. Supõe-se que eles ao retornarem ao Brasil exerceram uma influência real e decisiva junto aos seus concidadãos, sendo os veículos por excelência de difusão dos novos ideais¹⁸¹.

Verney, autor do livro *Verdadeiro Método de Estudar*, é um exemplo de estrangeirado que atacou vários pilares da sociedade e da cultura portuguesa, sem, contudo, afrontar a religião católica e o papado¹⁸². Verney tornou-se umas das referências das reformas ilustradas adotadas pela Coroa portuguesa, opondo-se, entre outras coisas, aos métodos de ensino dos jesuítas¹⁸³. Obras como essa influenciaram a Reforma da Universidade de Coimbra causando grande impacto na comunidade letrada portuguesa, tornando-se a base para as mudanças no âmbito do ensino por criticarem o ensino realizado pela Companhia de Jesus.

¹⁷⁵ COSTA JUNIOR, 2016, p. 15.

¹⁷⁶ LIMA, 2009, p. 43.

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Conceição esclarece que os estrangeirados eram “homens da elite portuguesa que deixavam seu país em busca de conhecimento em Universidades espalhadas pela Europa, e que voltavam imbuídos dos pensamentos iluministas que visavam uma reestruturação nas bases de pensamento científico em todas as áreas de conhecimento” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 04).

¹⁸⁰ VILLALTA, 1999, p. 112.

¹⁸¹ FALCON, Francisco J. C. Luzes e Revolução na Colônia. Estud. av. vol.2 no.2 São Paulo May/Aug, 1988, p. 80.

¹⁸² VILLALTA, 1999, p. 113.

¹⁸³ Ibidem, p. 114.

A administração imperial entendia que “era preciso, por todas as razões, retirar os jesuítas do controle das terras e das nações indígenas. Era necessário traçar a fronteira brasileira. O Estado necessitava disso. A coesão do Brasil significava naquele momento a força de Portugal”¹⁸⁴.

Com a expulsão dos jesuítas do sistema de ensino, a implantação das Aulas Régias nos “Estudos Menores” foi a primeira medida de reforma no ensino português. Isto significa que o ensino deveria ser responsabilidade do Estado e não da Igreja, dentro do espírito da política adotada, que previa a separação entre os assuntos religiosos e o ensino. Isso provocou, no entanto, um vazio quase total no campo das atividades pedagógicas do Reino português, visto que anteriormente o ensino era praticamente dominado pelos jesuítas¹⁸⁵.

Contudo, a atuação do Estado contra os jesuítas não significava nem de longe um ideal anti-religioso, tratava-se apenas da preocupação em impor limites e definir papéis tanto para a Igreja, a qual deveria caber apenas a esfera espiritual, quanto para o Estado e a sociedade que deveriam secularizar-se¹⁸⁶.

De modo geral, o Iluminismo português – racionalizador, centralizador, secularizador – não era laico; e não era demasiadamente adepto da “extensão das liberdades individuais”¹⁸⁷. Para Catroga o projeto pombalino não se inscreveu em nenhuma luta de libertação nacional: “a veia regalista conduzia um processo de secularização das instituições e dos costumes. Tal percurso traduziu-se como a Modernidade possível para o mundo lusitano”¹⁸⁸.

A segunda fase da reforma empreendida por Pombal diz respeito as reformas na Universidade de Coimbra, iniciadas em 1772, com a entrega dos novos Estatutos¹⁸⁹. De acordo com Pataca, tais reformas marcam bem a consolidação das ciências modernas em Portugal¹⁹⁰. As ações de Pombal neste campo são relevantes “porque via as reformas educacionais como

¹⁸⁴ BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 5, n. 44 maio/ago, 2010, p. 296.

¹⁸⁵ VERRAN, 2006, p. 57.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 54.

¹⁸⁷ MAXWELL, 1996, p. 170.

¹⁸⁸ CATROGA, 2006, p. 360 apud BOTO, 2016, p. 284.

¹⁸⁹ Nos Estatutos são apresentados “os pré-requisitos para o ingresso dos estudantes nos cursos; sua duração; as disciplinas; os respectivos conteúdos a serem ministrados e o encadeamento curricular das mesmas. São descritos, ainda, os métodos de ensino, indicados os autores, as obras de referência permitidas ou proibidas e os tipos de exames e de exercícios aos quais os alunos seriam submetidos. Ademais, destaca-se a preocupação em definir conceitos relevantes, como Direito Natural, razão cristã, Filosofia, Filosofia Natural, entre outros”. (CARVALHO, 2005, p. 02).

¹⁹⁰ PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)*. Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

um meio de dar continuidade ao impulso modernizador, ao transformar e reformar a mentalidade dos funcionários públicos portugueses”¹⁹¹. Neste contexto,

três medidas foram tomadas, sendo a primeira a reformulação dos Estudos Maiores: a Filosofia substituiu a Faculdade de Artes; com a criação da Faculdade de Filosofia, introduzia-se o estudo das ciências (lógica, metafísica, ética, história natural, física experimental e química). Com isso, a Universidade de Coimbra adquiriu maior importância no cenário europeu. A segunda medida foi a implantação de um imposto, o Subsídio Literário¹⁹², que servia para pagar a remuneração dos professores, comprar livros para uma biblioteca, organizar um museu de variedades, construir um gabinete de física experimental, pagamento de professoras de ler e escrever para meninas órfãs e pobres, criação de um jardim botânico, criação de duas academias – de ciências físicas e belas artes. A terceira medida foi o relançamento, na prática, das Aulas Régias: em 1772, foi feita uma lei que ordenou o seu estabelecimento nas principais cidades do Reino¹⁹³.

Houve assim a reorganização das três faculdades tradicionais que compunham a Universidade de Coimbra: as Faculdades de Teologia, Cânones, Leis e de Medicina. Além disso, foram criadas as Faculdades de Filosofia¹⁹⁴ e a de Matemática que substituíram o antigo “Colégio das Artes” administrado pelos jesuítas. As novas ideias da ciência moderna tiveram, portanto, sua expressão mais significativa com a Reforma na Universidade de Coimbra e a implantação dos cursos de Matemática e Filosofia Natural. Com isso, “a Universidade, a partir da reforma, acabou sendo um organismo estatal, exclusivamente a serviço dos ideais ético-políticos do próprio Estado”¹⁹⁵.

Conforme Maxwell, foram três os objetivos principais da ação pombalina no que diz respeito ao ensino: “trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo”¹⁹⁶. Nessas circunstâncias “o Iluminismo foi também um movimento de fé: fé na razão, no futuro, na flecha de um tempo, no comércio entre os homens e, finalmente,

¹⁹¹ MAXWELL, 1996, p. 159.

¹⁹² O imposto do Subsídio Literário instituído em 1772 constituiu nas palavras de Fernandes “instrumento decisivo na consecução da Reforma pombalina dos Estudos Menores. O “estabelecimento de fundos” destinados a permitir a subsistência dos professores aparece como meio indispensável em ordem à estabilidade e regular funcionamento do sistema de ensino”. (FERNANDES, 1994, p. 77). Segundo Carrato, “este imposto, cuja jurisdição pertencia a Real Mesa Censória, recaiu sob o consumo de vinho, aguardentes e carnes-verdes” (CARRATO, 1968, p.133 apud PIMENTA; MERLO, 2013, p. 1).

¹⁹³ VERRAN, 2006, p. 59.

¹⁹⁴ “A Faculdade de Filosofia Natural, contava com os cursos de Filosofia Racional e Moral (Lógica, Ética e Metafísica) no primeiro ano; de História Natural (Zoologia, Botânica e Mineralogia), acompanhada da disciplina de Geometria na Faculdade de Matemática, no segundo ano; de Física Experimental no terceiro e de Química Teórica e Prática no quarto ano” (PRESTES, 1997, p. 71).

¹⁹⁵ GAUER, 2001, p. 125 apud CARVALHO, 2005, p. 68.

¹⁹⁶ MAXWELL, 1996, p. 104.

fé na educação”¹⁹⁷. Ademias, a necessidade de conhecer o território levou ao investimento em pesquisa e educação.

Seria através da educação que se formariam administradores capacitados para os cargos de instituições sólidas responsáveis por gerenciar de forma pragmática o Império. Para Pombal, estava patente que o desenvolvimento, econômico e científico, estavam relacionados. Assim sendo, era de urgência que se formassem mentes pensantes nos moldes das Luzes¹⁹⁸.

Tratava-se de “formar uma elite na colônia capaz de participar de uma aristocracia de mérito, destinada a substituir a nobreza de sangue, mas sem abalar as estruturas vigentes, e habilitada para colaborar, ao mesmo tempo, no projeto do império luso-brasileiro”¹⁹⁹.

Desse modo, o Estado português empenhou-se na tentativa de reformular as bases teórico-metodológicas do ensino ministrado na Universidade de Coimbra. Buscava-se valorizar os aspectos técnico, experimental e científico no ensino e criar uma faculdade voltada para o ensino das Ciências Naturais e Físico-Químicas. A Faculdade de Filosofia criada nesta época se destinava ao ensino dessas ciências e as matérias lecionadas nas disciplinas abrangiam o conhecimento da Natureza nos seus diversos aspectos.

Com o objetivo de reforçar os elos entre a Colônia e o Reino, Pombal chegou a incentivar e conceder bolsas a alunos originários do Brasil para que pudessem estudar em Coimbra²⁰⁰. Ademais, o interesse da Coroa propiciou a elaboração de um novo Estatuto para a Universidade de Coimbra, assim como a fundação da Academia Real de Ciências, do Jardim Botânico de Lisboa e o de Coimbra.

Pode-se dizer que a reforma dos estudos gestada e executada por Pombal, em suas diferentes etapas, revolucionou a estrutura do ensino português. Fechou os colégios da Companhia de Jesus. Expulsou os jesuítas do Reino e de seus domínios – sob pretexto de que eles teriam participado de alguma maneira de um suposto atentado contra o rei. Confiscou seus bens. Muitos membros da Companhia foram deportados²⁰¹.

Não é demasiado pensar que é a partir destas reformas - expulsão dos jesuítas, criação do Colégio dos Nobres, da Real Mesa Censória, e da reforma da Universidade de Coimbra que ganhou impulso a História Natural que vinha se desenvolvendo em Portugal durante todo o

¹⁹⁷ BOTO, 2010, p. 282.

¹⁹⁸ COSTA JÚNIOR, 2016, p. 22.

¹⁹⁹ NEVES, 2003, p. 32 apud ARRUDA, 2009, p. 5574.

²⁰⁰ LIMA, 2009, p. 87.

²⁰¹ BOTO, 2010, p. 293.

século XVIII. Todas essas transformações contribuiriam para o solapamento do Antigo Regime e a constituição da sociedade moderna.

Como vimos, com o apoio e incentivo ao desenvolvimento das ciências, a Coroa almejava a sobrevivência de valores do antigo regime fundamentais para Portugal e para a manutenção de suas estruturas, isto é, da monarquia e do império. Com isso, tal esforço tinha como principal beneficiário o próprio Estado que com ações baseadas no pragmatismo buscava entre outras coisas o melhoramento do Reino. O pragmatismo do século XVIII foi uma característica marcante das reformas portuguesas ao lado do ecletismo.

Portanto, a Coroa portuguesa participou de forma ativa no processo de renovação cultural e científica, com financiamentos e incentivos para a realização de viagens e expedições no Reino e nas suas colônias, tanto em África como na América, que resultaram em tentativas de reformulação e inventariação do que se sabia sobre mundo natural, em Portugal e nos espaços coloniais.

Essas viagens aconteceram durante as administrações dos Ministros da Marinha e Negócios Ultramarinos. Inicialmente no consulado Pombalino entre 1755 e 1777, em seguida na administração de Martinho de Melo e Castro (1777-1795) e por fim na administração de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1795-1802).

[...] não só visando a difusão da ciência e dos novos conhecimentos, o Estado vivia uma emergente crise em alguns sectores de exploração no ultramar. Na tentativa de buscar novos horizontes e novas alternativas para a sua economia, o Estado agia no ensino, no patrocínio de explorações científicas, investigações em torno da História Natural, seja no Reino ou além mar²⁰².

Nesse contexto, “tudo era passível de observação, experimentação, catalogação, descrição, classificação, e por fim, análises quanto aos usos, fossem eles ligados a ciência ou a economia. E estes processos impulsionaram a produção científica ao longo do século XVIII”²⁰³.

O Brasil neste período tornou-se a base da economia de Portugal e por isso tornou-se objeto preferencial de estudos científicos, seja pela sua imensa diversidade na fauna e na flora, seja pela mineralogia ou ainda pelas civilizações autóctones que apresentava²⁰⁴. Além disso, “o ultramar português aparecia como um campo de potencialidades cujo estudo contribuiria, de forma marcante, para o conhecimento do mundo natural e da própria humanidade”²⁰⁵.

Portanto,

²⁰² LIMA, 2009, p. 189.

²⁰³ CONCEIÇÃO, 2016, p. 148.

²⁰⁴ LIMA, 2009, p. 83.

²⁰⁵ DOMINGUES, 1992, p. 184 apud LIMA, 2009, p. 86.

[...] todo esse novo saber científico que chegava à Portugal vindo de diferentes partes do reino se destinava a uma aplicação eminentemente prática e não só à inventariação, catalogação ou ao reconhecimento das potencialidades naturais. Deveriam tais conhecimentos contribuir para o desenvolvimento económico do reino, para o incremento da indústria, manufacturas e comércio [...]²⁰⁶.

2.2 As Viagens Filosóficas e a interpretação da natureza.

Os ventos geraes q' refrigerão este continente, [...] as abundantes chuvas, o sol com um calor moderado naquele grão de latitude, em q' na África he ardentíssimo, os rios mais largos, [...] as muitas lagoas, os matos imensos [...]. Tenho dito as (riquezas) do Brasil merecem já hua muito séria atenção²⁰⁷.

O fragmento da carta escrita por Manuel Antônio Leitão Bandeira²⁰⁸ ilustra bem a preocupação dos homens do período em conhecer as riquezas naturais da terra. Esse esforço se deu no sentido de tirar proveito da natureza para o desenvolvimento do Estado português. Embora não haja registros de expedições científicas para o Maranhão nesta época, já encontramos nesse período registros de práticas voltadas para a introdução da História Natural na Capitania a partir da exploração da natureza, como é o caso de Manuel Antônio Leitão Bandeira²⁰⁹.

As políticas de incentivo às investigações filosóficas iniciaram a partir do reinado de D. José I (1750 – 1777) e continuaram no reinado de D. Maria I (1777- 1816), período que avançaram e se intensificaram as expedições coordenadas e financiadas pela Coroa. Nesse sentido, os séculos XVIII e XIX são marcados pelo grande número de Viagens Filosóficas²¹⁰ realizadas por diversos países europeus em busca de produtos naturais do Reino e de suas

²⁰⁶ LIMA, 2009, p. 84.

²⁰⁷ CARTA de Manuel Antônio Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a orictologia e mineralogia da América e riquezas dos reinos vegetal e animal existentes na capitania do Maranhão. AHU, Maranhão, Cx. 76, d. 6511. (10/09/1790).

²⁰⁸ Manuel Antônio Leitão Bandeira, Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi nomeado em 1784 Ouvidor-Geral da Capitania do Maranhão exercendo também os cargos de Corregedor e Provedor da Comarca do Maranhão.

²⁰⁹ Costa nos mostra que antes do Governo de Dom Diogo de Sousa Coutinho (1798) havia indivíduos que buscavam a exploração da natureza local. Contudo, eram quase sempre pessoas sem formação específica, religiosos, funcionários públicos ou militares de carreira o que resultava em análises consideradas não científicas. Somente no governo de Dom Diogo que dois pesquisadores ganhariam destaque, o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e o vigário de Valença, o padre Joaquim José Pereira que estudando a região remeterão consideráveis amostras de minérios, fauna e flora para a Lisboa. (COSTA JUNIOR, 2015, p. 39-40).

²¹⁰ Carvalho explica que o motivo de escolher o termo “Filosóficas” está relacionado a criação da Faculdade de Filosofia onde se estudava, em disciplinas separadas, a Física, a Química e a História Natural, embora, obviamente, não independentes (CARVALHO, Rómulo de. A história natural em Portugal no Século XVIII. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 86).

colônias. Carvalho define como uma “atividade de grande animação no século XVIII na qual participamos com bastante relevo²¹¹”.

O destino desse material proveniente dos três reinos da natureza, era os Museus de História Natural que se tornaram nessa época os principais abrigos de espécies de todo mundo. Assim, o abastecimento destes com coleções era umas das consequências da busca por recursos naturais para sustentar com matéria-prima a agricultura e a indústria emergente.

Ademais, as Viagens coincidem com o momento em que a Coroa Portuguesa estava também preocupada com a demarcação territorial da colônia. Com isso, deparamo-nos, pois, com a associação entre objetivos científicos dessas viagens e também os objetivos políticos e financeiros em busca do reconhecimento e definição do território.

Para Portugal assegurar seus domínios na América era fundamental para suprir a escassez de recursos da Metrópole. Neste contexto, o Brasil era visto como a possibilidade de um retorno ao período de grandiosidade e riqueza de Portugal. Buscava-se, portanto, o povoamento do território, aproveitamento da natureza além da preocupação com os limites. Neste cenário, um tratado que definisse os limites territoriais da colônia portuguesa pareceu essencial²¹².

O tratado de Madri marca bem esse momento em que a administração colonial passou a ter maior interesse em explorar as colônias americanas do Norte. Com isso, importava garantir os limites territoriais, legitimá-los e tornar a região economicamente interessante para a Metrópole²¹³.

Para Figueirôa, Silva e Pataca,

museus, academias científicas, jardins botânicos constituíram tentativas de gerenciar a explosão empírica de materiais produzidos por meio da disseminação mais ampla dos antigos textos, da maior mobilidade de pessoas e objetos, das viagens de exploração e por formas mais sistemáticas de comunicação, troca e apropriação²¹⁴.

Neste esforço tanto de indivíduos como de instituições e a Coroa portuguesa em grande parte como o agente de suporte e de financiamento, a regra era coletar produtos naturais e artificiais para suprir o Museu Nacional e possibilitar o estudo das Ciências Naturais que levaria ao avanço de todos os ramos da economia. Guimarães lembra que antes mesmo das expedições

²¹¹ CARVALHO, 1987, p. 86.

²¹² KETTLE, 2010, p. 48.

²¹³ Ibidem, p. 56.

²¹⁴ FIGUEIRÔA; SILVA; PATACA, 2004, p. 714-715.

dos naturalistas, funcionários administrativos, militares e outros indivíduos esclarecidos já enviavam objetos para equipar o complexo da Ajuda²¹⁵.

Nesse período, Portugal participou intensamente desse processo despachando diversas viagens para suas colônias na América e na África cujo objetivo era “a observação e interpretação da natureza nos diversos domínios da Filosofia Natural como a física, a química, a zoologia, a botânica e a mineralogia”²¹⁶. É importante lembrar que as expedições científicas e seus resultados inserem Portugal e suas colônias no contexto científico do período.

Pataca e Pinheiro ao analisar as Viagens Científicas realizadas no Império português, identificaram três momentos decisivos: “uma preparatória, um segundo momento constituído pela viagem em si, e, por último, o trabalho posterior às atividades de campo”²¹⁷. A primeira fase compreendia algumas atividades essenciais para o direcionamento dos viajantes nas colônias, como a elaboração de instruções e a realização de viagens preparatórias em instituições portuguesas, como no Jardim Botânico da Ajuda, na Universidade de Coimbra e na Academia de Ciências de Lisboa.

Nessas circunstâncias, após a reforma da Universidade de Coimbra, as Viagens Científicas dos estudantes da Universidade pelo Reino de Portugal passaram a ser constantes. Tal medida tinha a finalidade de “preparação prático-perceptiva e de levantamento dos recursos naturais do País”²¹⁸.

As viagens no Reino permitiam um treinamento dos alunos. Eram realizadas em paisagens conhecidas, podiam ser realizadas em um tempo curto, com pouco dispêndio de recursos e contavam com uma boa infra-estrutura das instituições científicas portuguesas que as patrocinavam. Como exercício de treinamento para viagens mais longas, os naturalistas iriam visitar um local já conhecido para o treinamento prático e perceptivo, que posteriormente seriam fundamentais na exploração de um ambiente geográfico desconhecido²¹⁹.

Esta prática era importante para a formação dos naturalistas e também para o abastecimento do Gabinete de História Natural dessa Faculdade. Além disso, Vandelli²²⁰

²¹⁵ GUIMARÃES, 2007, p. 72.

²¹⁶ PACATA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-79, outubro, jan-jun. 2005, p. 59.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ PATACA, 2006, p. 70.

²¹⁹ *Ibidem*.

²²⁰ “Vandelli é um dos estrangeiros contratados pela coroa portuguesa para compor o quadro de intelectuais da Universidade de Coimbra após a incorporação da Filosofia Natural. Cabia a ele preparar os naturalistas para as viagens e administrar o Jardim Botânico da Ajuda”. (GUIMARÃES, 2007, p. 12).

utilizou informações obtidas durante essas viagens realizadas pelos alunos da Faculdade de Filosofia para a elaboração das expedições para a colônia²²¹. Vandelli defendia assim,

a prática das viagens como um meio de levantamento dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico [...]. Na viagem o naturalista deveria fazer a análise das terras, associando a constituição química dos terrenos ao cultivo de vegetais, como uma prática para o desenvolvimento da agricultura. A descrição de plantas e animais com a especificação de seus usos e aplicações econômicas, poderiam ser utilizados para o desenvolvimento da agricultura e da medicina. O estudo dos minerais com a enumeração de terras, pedras, sais, enxofres, fósseis, semi-metais e metais serviria para a elaboração de cartas mineralógicas, utilizadas posteriormente no planejamento da extração mineral. A análise de águas medicinais do reino teriam como aplicação a “*medicina hidrológica*” [...]. Por fim, os naturalistas deveriam averiguar o estados dos bosques para o planejamento da extração de lenhas que já estavam se tornando escassas próximo à Lisboa²²².

Os primeiros estudantes que se formaram na Faculdade de Filosofia, em meados de 1776-1777, começaram a ser empregados em Viagens Filosóficas no Reino. Essas viagens serviriam como instrumental teórico e prático para a execução das viagens científicas nas colônias²²³. Assim, “o olhar dos naturalistas e artista estava sendo preparado para se confrontar com a natureza brasileira, eles estavam sendo instruídos sobre a geografia e a história natural brasileira”²²⁴.

Foi desse modo que em 1779 Vandelli elaborou as instruções de viagens que serviram de guia para os naturalistas que partiriam posteriormente para as colônias, de modo especial para o Brasil, e também para o Reino. A partir daí, as viagens tornam-se mais sistemáticas estabelecendo os novos exames de história natural das colônias portuguesas e do Reino.

Domingos Vandelli redigiu um manuscrito que seria uma espécie de instrução, intitulado *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*. Posteriormente, Vandelli iria complementá-la com outras instruções manuscritas. Por exemplo, *Memória sobre a viagem do Pará para o Rio das Amazonas, da Madeira, até Matto Grosso, voltando pelo Rio dos Tocantins para o Pará, voltada para a viagem filosófica que se dirigiu à Amazônia brasileira*.

²²¹ PATACA, 2006, p. 29.

²²² Ibidem, p. 30- 31.

²²³ PATACA; PINHEIRO, 2005, p. 61.

²²⁴ PATACA, 2006, p. 90.

Embora a autoria deste manuscrito tenha sido atribuída a Alexandre Rodrigues Ferreira²²⁵, por alguns de seus trechos, já foi constatado que ele foi confeccionado pelo próprio Vandelli²²⁶.

Ademais, com o objetivo de orientar os empregados do Real Museu de Ajuda para a coleta, preparação e remessa de produtos naturais para abastecer o museu, os naturalistas da instituição redigiram em 1781 as instruções *Método de recolher, preparar, remeter, e conservar os produtos naturais seguindo do plano, que tem concebido, e publicado alguns naturalistas, para o uso dos curiosos que visitam os sertões, e costas do mar*.

Portanto, elaboradas por Vandelli e seus discípulos, discutidas e reformuladas na Academia de Ciência de Lisboa, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra e no Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, as instruções foram a primeira etapa para a execução das Viagens, servindo como guia para os viajantes no campo.

A preparação dos membros das Viagens Filosóficas compreendia a escolha dos locais a serem percorridos, as funções atribuídas a cada membro das expedições e o que observar e recolher, isso direcionaria os trabalhos de campos e os resultados obtidos. Contudo, além da preparação dos naturalistas através das viagens no Reino, era importante e necessário o treinamento em experimentações laboratoriais no Laboratório de Química do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda²²⁷.

Nesse período de preparação das Viagens Científicas, o laboratório assumiu assim, papel importante uma vez que esta etapa compreendia também a preparação de reagentes e utensílios que acompanhariam os naturalistas em suas viagens. Foi dessa forma que aos poucos as observações de campo foram complementadas e embasadas pelos ensaios de laboratório²²⁸.

Figueirôa, Silva e Pataca chamam atenção para a troca de informações entre naturalistas e artistas tanto no campo como nos espaços institucionais, em um processo que chamou de socialização de experiências que foi fundamental nessa fase de elaboração das Viagens Filosóficas²²⁹.

²²⁵ Patrocinada pela Coroa portuguesa, a viagem filosófica mais conhecida em território brasileiro é a de Alexandre Rodrigues Ferreira realizada pela Amazônia brasileira entre os anos de 1783 e 1792. Durante dez anos, período de duração da viagem, o naturalista mapeou rios, descreveu a agricultura, fez contato com as diversas nações indígenas, explorou possíveis jazidas minerais, observou a situação político-econômica dos colonos. Buscava, portanto, o conhecimento das potencialidades naturais brasileiras além de resguardar a riquíssima natureza, no caso a região amazônica, da cobiça de outros países (GUIMARÃES, 2007, p. 82).

²²⁶ PATACA, 2006.

²²⁷ Ibidem, p. 118.

²²⁸ Ibidem, p. 220.

²²⁹ FIGUEIRÔA; SILVA; PATACA, 2004, p. 718.

Ademais, essas Viagens eram motivadas por dois fatores principais: interesses pessoais dos próprios naturalistas que almejam a consolidação de suas carreiras; assim como do Estado, que por vezes as financiava em busca de relações diplomáticas, desenvolvimento científico e o levantamento dos recursos naturais²³⁰.

Neste contexto, a figura do viajante-naturalista ganha destaque pois representava a ligação entre as colônias e as instituições portuguesas, isto é, jardins botânicos, museus e hortos, o que tornava importante a formação e seleção do corpo técnico das viagens. Dessa maneira, a escolha dos viajantes estava ligada a fatores sociais e políticos, além dos cientistas e profissionais, sendo geralmente pessoas que compunham as elites dirigentes²³¹.

Esta escolha era realizada também a partir de algumas qualidades dos viajantes, como a qualidade do corpo, dote da alma, instrução política e instrução filosófica²³². Além disso, eram muito amplos os conhecimentos filosófico ou científico que um viajante deveria possuir, adquiridos principalmente durante a sua formação universitária em Filosofia Natural.

Domingos Vandelli, destaca a trigonometria plana, e risco das plantas e pinturas como conhecimentos indispensáveis ao naturalista. Assim, o ideal de naturalista, seria, então, “um sujeito que possuía talentos, habilidades e conhecimentos muito diversos, numa abordagem essencialmente enciclopédica”²³³, o que na prática, nem sempre era viável.

No caso de Portugal, a maioria dos viajantes naturalistas recebiam formação na Universidade de Coimbra, onde cursavam a cadeira de História Natural nos cursos de matemática, filosofia, leis e medicina. Por isso encontramos nesse quadro matemáticos, naturalistas, magistrados filósofos e médicos.

De acordo com Vandelli, uma viagem deveria ser composta por um naturalista, um engenheiro ou matemático e um desenhista, caso o naturalista não tivesse as habilidades destes três profissionais. O desenhista era essencial, pois nesta época o desenho como instrumento descritivo tornou-se extremamente necessário para o estudo geográfico e naturalista uma vez que complementava os textos que estavam sendo produzidos, principalmente no campo da botânica²³⁴.

Com isso, “sob um enfoque multidisciplinar e de completa integração entre os diversos elementos das representações, há que se considerar também a integração entre texto e imagem

²³⁰ PATACA; PINHEIRO, 2005, p. 59-60.

²³¹ Ibidem, p. 60.

²³² PATACA, 2006, p. 11.

²³³ Ibidem, p. 12.

²³⁴ Ibidem, p. 138.

nos produtos dos estudos científicos das expedições, para o maior entendimento das mesmas”²³⁵. Nesse sentido, Vandelli defende que o corpo técnico fosse composto de

[...] uma associação entre as habilidades dos matemáticos no reconhecimento territorial, com o conhecimento dos naturalistas em química e história natural, indispensáveis para a avaliação das potencialidades naturais e das possibilidades de exploração dos recursos naturais [...] ²³⁶.

Naturalistas que se encontravam nas colônias e não possuíam a prática do desenho solicitavam o auxílio de um desenhista, uma vez que a falta deste prejudicava os resultados de suas pesquisas. Nesse sentido, “a falta de desenhistas comprometia o estudo da botânica, direcionando a prática do campo para outras áreas, como a mineralogia, por exemplo, onde os registros gráficos não eram tão necessários”²³⁷.

Ademais, dependendo de sua atividade, a figura do naturalista podia ser categorizada em dois grandes: os viajantes naturalistas e os naturalistas de gabinetes, esta última classificação correspondia àqueles que comandavam as viagens permanecendo nas instituições científicas do Reino²³⁸.

Quando os naturalistas retomavam as suas instituições de origem, como os Museus de História Natural, os resultados eram “condicionados por uma série de fatores como as relações políticas e científicas [...], os interesses estatais de publicação das obras; técnicas de representação e reprodução de imagens e textos; etc.”²³⁹.

Principalmente entre os anos de 1780 e 1792 as viagens realizadas nas colônias portuguesas eram patrocinadas pela Coroa Portuguesa ou pelos governadores das capitâneas. Entre os anos 1792 a 1796 encontramos poucos registros de viagens com patrocínio estatal. Isso se deve certamente a morte de Júlio Mattiazzi que comandava as expedições científicas à distância.

Somente após 1796, quando D. Rodrigo de Souza Coutinho assume o Ministério da Marinha e Negócios Ultramarinos que a coleta de informações sobre a natureza das colônias voltou a operar com bastante intensidade. Neste momento, foram despachadas novas expedições científicas e enviadas ordens de patrocínio a viagens de naturalistas que já se

²³⁵ PATACA, 2006, p. 138.

²³⁶ Ibidem, p. 76-77.

²³⁷ PATACA, 2006, p. 148.

²³⁸ Ibidem, p. 13.

²³⁹ Ibidem, p. 8-9.

encontravam nas colônias. Com isso, as orientações aos viajantes foram em parte modificadas, de acordo com novas políticas de Estado e com os resultados obtidos no ministério anterior²⁴⁰.

Pataca destaca que durante a administração de Martinho de Melo não havia o objetivo de transplantar e aclimatar plantas das colônias para Portugal, ou vice-versa²⁴¹. Havia na verdade o desejo de suprir um Museu Nacional com plantas secas ou somente herbários que seriam reconhecidas e classificadas pelos naturalistas nos grandes sistemas classificatórios da época como de Lineu²⁴².

Era nos Museus de História Natural e Jardins Botânicos que as coleções enviadas das colônias e coletadas em território português eram conservadas e analisadas sob a direção de Vandelli, cujo diretor era o Ministro da Marinha e Ultramar Martinho de Mello e Castro. Contudo, algumas coleções de animais eram enviadas para o Rio de Janeiro para a “Casa de História Natural”, popularmente conhecida como “Casa dos Pássaros”, o primeiro museu de história natural do continente americano, criado em 1784 por Luís de Vasconcelos e Sousa. Neste local os animais eram preparados e montados, mas divididos apenas por famílias, sem determinação de gêneros ou espécies.

Outros estabelecimentos científicos, como o Laboratório Químico, a Casa do Risco²⁴³ e o Museu de História Natural, foram construídos junto ao Jardim Botânico da Ajuda com o objetivo de receber coleções, fazer análises, além de elaborar desenhos de produtos que fossem remetidos das colônias.

Desse modo, com a criação dos museus e jardins botânicos de Coimbra e Ajuda e da Academia Real das Ciências de Lisboa, Vandelli pôde concretizar seu projeto de uma história natural das colônias. Assim, o objetivo era a construção da História Natural das Colônias, um

²⁴⁰ Ver: PATACA, 2006, p. 295-393.

²⁴¹ Ibidem, p. 92.

²⁴² A curiosidade por novas plantas e por novos animais motivou a criação de desenhos e descrições. Contudo, isso carecia de um método científico que permitisse classificar e sistematizar as espécies. No século XVIII, o naturalista sueco Carl von Liné (1707-1778), em língua portuguesa, Lineu, inventou uma classificação racional das plantas e dos animais, atribuindo um nome genérico e um nome de espécie. Lineu dividiu os animais em mamíferos, aves, anfíbios, peixes, insetos e vermes. A partir da utilização do sistema classificativo do naturalista, o qual era realizado em latim, a comunicação entre os diferentes cientistas ficou facilitada (BRAGA, 2016, 554 e 560). Portanto, a adoção do sistema de Lineu surgiu da necessidade do Estado português em promover práticas administrativas em todo o Império que unificassem a linguagem científica. Contudo, não era tarefa fácil homogeneizar a nomenclatura. A descrição de animais e vegetais a partir dos órgãos reprodutores não foi adotada por todos os cientistas. Desse modo, outras formas de classificar também eram usadas (KURY, 2001, p. 115 apud KETTLE, 2010, p. 85).

²⁴³ A Casa do Desenho, ou Casa do Risco era um centro de formação para os desenhistas que partiriam para as Viagens Filosóficas do Grão Pará, Angola, Moçambique e Cabo Verde, designada também como aula de desenho em Portugal. Funcionava em anexo ao Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico do Palácio Real da Ajuda, e foi criado em 1780 (Ver: PATACA, 2001).

projeto amplo no qual Vandelli buscava a análise dos produtos naturais das colônias portuguesas e a publicação dos resultados obtidos²⁴⁴.

Figueirôa, Silva e Pataca, concluiu após intensa pesquisa sobre coleções e museus portugueses no século XVIII, que embora algumas das viagens filosóficas portuguesas já terem sido bastante estudadas, é necessário ainda um estudo mais detalhado sobre essas expedições. Nas palavras dele, “adivinhamos quase inesgotáveis as fontes disponíveis nos arquivos nacionais e brasileiros. Documentação certamente inédita, ou nunca lida na perspectiva do Museal, já que as viagens tem convocado estudos numerosos e competentes dos dois lados do Atlântico”²⁴⁵.

Portanto, diante da necessidade de impulsionar a economia e o constante perigo de invasão de nações rivais, a segunda metade do século XVIII foi marcada por preocupações de caráter científico: viagens, investigação sobre a Natureza e demarcação de limites das colônias²⁴⁶.

2.2.1 Observação e catalogação do mundo natural.

Após esta etapa os viajantes partiriam para as colônias. Durante a travessia eram realizados exames oceânicos pelos naturalistas que eram instruídos para isso. Estas observações seriam utilizadas posteriormente para a explicação da dinâmica terrestre e para o desenvolvimento da náutica²⁴⁷. Nessas circunstâncias,

este reconhecimento se associava aos planos de ocupação territorial com a criação de povoações próximas a fontes de água; ao desenvolvimento da navegação que escoaria a produção agrícola e industrial; ao desenvolvimento econômico, pois a água era utilizada como força motriz para as máquinas agrícolas e industriais²⁴⁸.

Havia assim uma clara preocupação com a investigação dos oceanos na sua complexidade, seja no estudo das águas, das marés, dos peixes, conchas, do fundo do mar ou tudo aquilo que o abrangesse. Na opinião de Pataca, a exploração dos oceanos constituiu um elemento chave. Portanto, “o conhecimento geográfico deste espaço era essencial para o

²⁴⁴ PATACA, 2006, p. 41.

²⁴⁵ BRIGOLA, 2003, p. 450 apud PATACA, 2006, p. 7.

²⁴⁶ KETTLE, 2010, p. 80

²⁴⁷ PATACA, 2006, p. 187.

²⁴⁸ Ibidem, p. 187.

desenvolvimento da navegação que se associava à expansão territorial e ao controle e segurança das colônias portuguesas”²⁴⁹.

Nesse sentido, as observações de história natural dos oceanos estavam ligadas ao estudo dos peixes para o desenvolvimento da pesca oceânica e ao estudo dos animais, conchas, água do mar e rochas para as explicações do funcionamento da Terra²⁵⁰.

Para tanto, os navios passavam por adaptações para o estudo da história natural e também para o transporte de espécies vegetais e animais vivos ou mortos, prática que necessitava ainda da construção de caixas e coberturas especiais nos navios para abrigá-las²⁵¹. Havia uma preocupação relacionada aos produtos que deveriam ser coletados e enviados, assim como um grande interesse em criar caixas que possibilitassem o melhor transporte e preservação das espécies que estavam sendo remessadas para o Reino.

Pataca chama atenção para o problema da disponibilidade de embalagens apropriadas para o envio de coleções, fato que determinava os tipos de produtos enviados que se limitavam a sementes, minerais e qualquer tipo de produto que não danificasse durante o transporte²⁵². Desse modo, tal dificuldade levava os naturalistas nos jardins botânicos da metrópole a criarem caixas e embalagens que fossem mais apropriadas para o transporte dos produtos.

Constatamos assim a preocupação dos naturalistas em relação ao transporte dos produtos pelo mar o que desencadeava uma série de instruções sobre as técnicas de acondicionamento e transporte das coleções.

O transporte dos vegetais servia para a aclimação das espécies. Prática que levava em consideração as características do solo e do clima. Por isso, uma planta quando importada para outro local, o jardineiro tentava cuidadosamente adaptar o solo e o clima de onde veio para que aos poucos se adaptasse ao novo ambiente²⁵³.

Ademais, constava nas Instruções a prática da pesca, de preparação dos peixes e de sua representação durante a travessia oceânica. Isso porque “a pesca oceânica, juntamente com o estudo dos peixes, serviria para o desenvolvimento da pesca”²⁵⁴. A pesca era realizada por meio de instrumentos como redes, arpões ou ainda por meio de armadilhas.

No que diz respeito as técnicas aplicadas à história natural, as melhores seriam aquelas que não danificassem os peixes. Além disso, a preparação era feita de acordo com o tamanho

²⁴⁹ PATACA, 2006, p. 189.

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 190.

²⁵² *Ibidem*, p. 45.

²⁵³ *Ibidem*, p. 205.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 210.

do animal: os menores eram conservados em espírito de vinho, enquanto que os maiores eram preparados em perfil pelo “*methodo de Scheffer*”, que consistia na retirada somente da pele do peixe, método também aplicado na preparação das aves²⁵⁵.

Ademais, algumas partes dos peixes ganhavam destaque, como as barbatanas, que eram essenciais para a classificação do animal. Além disso, “os peixes eram envernizados em seu exterior assegurando sua durabilidade e assemelhando-se muito com uma pintura”²⁵⁶.

A caça também esteve entre as atividades de interesse da Coroa. Nesse sentido, diversos animais foram transplantados da América portuguesa para o Reino. Flávio Costa mostra que algumas vezes esses animais eram embalsamados para objetivos científicos; outras vezes eram usados como presentes aos monarcas visitantes, e, por fim, o interesse no envio deste tipo de curiosidade natural era o econômico²⁵⁷.

Interessante notar também a influência dos fatores naturais, como o clima, a paisagem, e os fatores socioculturais nos resultados obtidos no campo. Deste modo, Pataca afirma que não há práticas padronizadas dos viajantes, nem uma previsibilidade sobre os resultados a serem alcançados²⁵⁸.

Além disso, as condições climáticas e também o vento aparecem como fator determinante do cotidiano das viagens durante as travessias. Com isso, as transições repentinas do clima determinavam o cotidiano da expedição. Pensando nisso, Ferreira destacou em suas Instruções que os primeiros oito dias de viagem em alto mar não deveriam ser feitas investigações marítimas devido ao mal-estar dos viajantes, tratava-se, portanto de um período de adaptação à travessia.

Desse modo, percebemos que as plantas e animais vivos também eram afetados pelas diferenças climáticas. Isso fez com que Fr. Veloso escrevesse em 1805 “*Instruções para o transporte por mar de árvores, plantas vivas, sementes e de outras diversas curiosidades naturaes*”. Nela encontramos recomendações sobre a época do ano mais apropriada para o transporte de vegetais das colônias para as metrópoles além das técnicas de transporte que remediasses os vegetais das diferenças bruscas de temperatura durante as travessias²⁵⁹.

Vemos assim que o clima era fator determinante para a ambientação de vegetais. Do mesmo modo que, paralelo a isso, o solo era essencial para o desenvolvimento da agricultura.

²⁵⁵ PATACA, 2006, p. 209.

²⁵⁶ Ibidem, p. 210.

²⁵⁷ COSTA JUNIOR, 2016, p. 47.

²⁵⁸ PATACA, 2006, p. 08.

²⁵⁹ Ibidem, p. 204- 205.

Com isso, “há uma associação entre o ambiente geográfico e as ocorrências e características físicas dos animais, vegetais e minerais”²⁶⁰.

Ademais, “as relações entre topografia, clima, situação geográfica e condições dos terrenos não se restringiam somente às características de animais e plantas, mas eram também determinantes das características dos homens”²⁶¹.

Havia ainda cuidados com o transporte dos animais por mar. Alguns viajantes, por exemplo, ofereciam poucos alimentos para aumentar, segundo eles, a resistência dos animais durante a travessia, além de serem acondicionados em gaiolas preparadas para essa finalidade. Escolhiam-se ainda bons capitães de tripulação que tivessem bastante cuidado com os animais²⁶².

Já a proximidade à costa mudava o roteiro da viagem e as práticas dos naturalistas, pois a partir daí a terra passava a ser o objeto de investigação. As costas representavam um ambiente geográfico diferente dos “sertões” e por isso, os naturalistas eram instruídos especificamente para as investigações nestes locais²⁶³. Desse modo, alguns eram preparados para observar pontos ao longo da costa, enquanto outros eram preparados para penetrar o continente.

Portanto, “a geografia do Atlântico será, [...], determinante em toda a conjuntura imperial e será o elo de ligação ou distanciamento entre as diversas colônias”²⁶⁴. Cabe-nos agora investigar como a Capitania do Maranhão foi influenciada pelas ideias iluministas e como as práticas de História Natural foram estabelecidas nesta região.

²⁶⁰ PATACA, 2006, p. 206.

²⁶¹ Ibidem, p. 207.

²⁶² Ibidem, p. 208.

²⁶³ Ibidem, p. 246.

²⁶⁴ Ibidem, p. 194.

CAPÍTULO 3 – FICO CERTO NO QUE V. EX^A. ME ORDENA [...] SOBRE A REMESSA QUE DEVO FAZER: AS PRÁTICAS DE HISTÓRIA NATURAL NA CAPITANIA DO MARANHÃO.

3.1 A natureza do Maranhão colonial.

Com tudo vai o Maranhão cada dia em crescimento, e a terra mostrando sua fertilidade e fecundia: e são feitas muitas roçarias de farinhas e outras culturas, e ha já muitas casas de telha, muitas boas olarias, muitas caças, pescarias, mariscos, frutas, mel, hortas, sal, e lenha, e algumas criações e outras cousas, [...], com que vivem contentes em grandíssima abundancia, e cada dia se vai ennobrecendo a Terra com Igrejas e outros edificios particulares [...]²⁶⁵.

O trecho em destaque faz parte da obra “Relação Sumária das Cousas do Maranhão – Dirigida aos pobres deste Reino de Portugal” publicada pela primeira vez no ano de 1624. É o primeiro livro a propagandar a natureza maranhense no século XVII. Enaltecendo a natureza e a fartura do Maranhão, a propaganda empenhada e sistemática de Silveira buscava atrair colonos para o povoamento desta região. A descrição do autor expressa uma visão comum entre os primeiros viajantes que descrevem uma natureza prodigiosa, rica em possibilidades para a exploração econômica do Império português.

Silveira relata as delícias, vantagens, comodidades e abundância que o Maranhão oferecia. Difundiu a idéia de uma região de terra farta, “porque têm boníssimas águas, muitos pescados, muito excelentes terras, muitas madeiras, muitas frutas, muitas caça”²⁶⁶. Silveira destacou: "Eu me resolvo que esta é a melhor terra do mundo, d’onde os naturaes são muito fortes, e vivem muitos annos e consta-nos, que, do que correrão os portuguezes, o melhor he o Brasil, e o Maranhão he o Brasil melhor, e mais perto de Portugal [...]"²⁶⁷.

A natureza maranhense também foi observada e descrita pelo missionário capucho Cristóvão de Lisboa entre os anos de 1624 e 1627. Inserido em um projeto de elaboração de uma História Natural e Moral do Maranhão, o códice *História dos animais e árvores do Maranhão* reúne a primeira coleção de 259 imagens de espécies singulares de animais e plantas da região.

²⁶⁵ SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação Sumária das cousas do Maranhão*. 8ª ed. São Paulo: Editora Siciliano, 2001, p. 136.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 113.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 154.

Segundo Madeiros o livro “é composto por estampas de bichos e plantas, um índice em ordem alfabética, e verbetes. O conjunto – textos e imagens - fornece vestígios da cidade e da natureza, e integra a narrativa visual num trabalho de *história natural e moral* [...]”²⁶⁸. Para o autor, a “mudança no olhar sobre a natureza, das narrativas textuais fantasiosas para a produção de imagens detalhadas, acompanha o movimento de racionalização crescente, que antecede o triunfo dos novos paradigmas científicos da modernidade estabelecidos na segunda metade do XVII”²⁶⁹.

Nesta etapa, a Natureza apresentou-se como elemento fundamental na execução do projeto de ocupação. Não há dúvidas de que a diversidade natural da região apresentada nestas obras já despertavam o interesse em países que financiavam expedições desde fins do século XVI e começo do século XVII para o Maranhão. Desse modo, diferente do que ocorre no século XVIII, naquele momento essas expedições buscavam “controlar, incentivar e ordenar diversos aspectos [...], como o povoamento, as atividades econômicas, o comércio e a reprodução da força de trabalho”²⁷⁰.

Desse modo, as expectativas concentravam-se em torno das riquezas da terra e também do cultivo e aclimação de plantas de outros lugares do Império²⁷¹. Para Cardoso, as tendências econômicas da primeira metade do século XVII, vão se efetivar no cultivo de produtos aclimatados (o açúcar); o extrativismo de produtos locais, ao modo das especiarias, como o cravo e canela nativos, pimenta da terra, anil americano etc; a plantação sistemática de produtos locais, principalmente as tentativas de cultivo do cacau nativo²⁷².

Se é certo que a exploração da droga marcava fundamentalmente a extensão do processo econômico, que o Estado amparava, concedendo mercês, favores, deixando de tributar a lavoura das espécies nativas, como das alienígenas, constitui também um campo de ação realizadora. Plantou-se, de acordo com o incentivo oficial, café, cacau, cana, algodão, cravo. E do mesmo modo porque se plantou cana, fabricou-se açúcar e aguardente²⁷³.

²⁶⁸ MALHEIROS, João Otavio. Cristóvão de Lisboa: olhar científico e registro de imagens na produção de conhecimentos sobre a natureza do Maranhão e Grão-Pará (1624-1635). In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social – ANPUH, Natal, 2013, p. 01.

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Acaí, 2010. p. 16.

²⁷¹ MONTEIRO, Alessandra C. Costa. **Em nome de Sua Majestade: Ocupação e Povoamento e Cultivo na região do rio Pericumã no século XVIII**. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2015, p. 28.

²⁷² CARDOSO, 2012, p. 248-249.

²⁷³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Belém: SECULT, 1994, p. 48.

A agricultura foi um forte instrumento de valorização econômica e povoamento. Para Reis, ao longo de todo o período colonial, o Estado teve sua economia baseada não apenas na coleta de drogas, mas na agricultura de gêneros locais como o cacau, baunilha, cravo, salsa além da cana-de-açúcar bem como de outros gêneros estrangeiros que foram adaptados ali²⁷⁴.

Segundo Cunha, diferentes atividades como a mineração e pecuária também foram importantes para a expansão colonial na medida em que promovia a interiorização dos colonos em busca de riquezas, bem como a criação do gado²⁷⁵.

Portanto,

o interesse dos portugueses para com o povoamento dessa área estava associado ao desenvolvimento de diversas atividades voltadas para a pecuária e agricultura que contribuiriam para os núcleos coloniais. Desse modo, a urgência da ocupação e defesa do território conquistado, bem como de sua exploração econômica levou a Monarquia portuguesa a iniciar a colonização por meio do sistema de concessão de terras, a fim de manter a ocupação e garantir a posse do território²⁷⁶.

Para Cardoso, as primeiras produções cartográficas feitas para a região, ajudaram a criar “a ideia de que a terra abrigava uma infinidade de riquezas ocultas, possivelmente gêneros de valor comercial na Europa”²⁷⁷. Ademais, duas vantagens estavam presentes nos relatos da época sobre o Maranhão: “sua localização geográfica, exatamente entre o Brasil e o Vice-Reinado do Peru; e a condição de seus caminhos fluviais [...]”²⁷⁸. Deste modo, a estratégia mais urgente da Coroa portuguesa para com o Maranhão neste período, foi “a ocupação produtiva e defensiva dos caminhos e acesso possíveis à grande fronteira entre o Norte do Estado do Brasil, o Peru e o Caribe”²⁷⁹.

Já o século XVIII configura-se como um período de efervescência do conhecimento. Nesse momento, vários setores mostraram-se empenhados em inventariar e descrever fosse no Reino ou nas colônias as potencialidades naturais. Como vimos, acreditava-se no poder da razão e do conhecimento acerca do universo como todo. Conforme Prestes, a natureza foi “invadida por grupos de observadores-coletores que procuram conhecer espécies novas, investigar seus

²⁷⁴ REIS, 1994, p. 48-50 apud CUNHA, 2009, p. 27.

²⁷⁵ CUNHA, Ana Paula Macedo. *Engenhos e Engenhocas: Atividade Açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)*, Belém, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Pará, 2009, p. 24. Disponível em: <http://www3.ufpa.br/pphist/images/dissertacoes/2009/2009_Ana_Paula_Cunha.pdf>.

²⁷⁶ MONTEIRO, 2015, p. 29.

²⁷⁷ CARDOSO, 2012, p. 56.

²⁷⁸ Ibidem, p. 67.

²⁷⁹ Ibidem, p. 363.

hábitos e localidades que habitam, coletá-las para as suas lições de anatomia, microscopia ou classificação”²⁸⁰.

Do mesmo modo, inserido nesse processo, a documentação para o Maranhão setecentista contém muitas descrições e/ou inventariação da fauna e flora maranhense produzidas no período em que Portugal buscava um maior conhecimento das potencialidades naturais deste lugar, e, nestes casos, é comum encontrarmos listas de animais e plantas da região, tema que abordaremos neste capítulo.

Portanto, buscamos a partir das correspondências saber de que maneira a fauna e a flora do Maranhão foi observada, catalogada, descrita e inserida, ou não, nas práticas da Filosofia Natural do período Iluminista, e de que maneira tais observações podem ter influenciado a construção de saberes acerca do Mundo Natural. Ademais, fazendo uso de uma fonte comumente utilizada pelo seu cunho político e econômico, busco ainda examinar as possibilidades da escrita de uma História Ambiental para o Maranhão Setecentista. Nesta linha, de que maneira a natureza aparece nesta documentação oficial?

3.2 Coletar, preparar e remeter: as práticas científicas no Maranhão setecentista.

Como a vontade que tenho de ser util a este Estado, e a minha Naçam, não permite que eu deixe de procurar por todos os caminhos, o que lhe poder ser proveitozo²⁸¹.

O fragmento da carta mostra o entusiasmo do governador do Maranhão, José Teles da Silva, consciente da necessidade de investir no conhecimento do mundo natural das colônias. Como veremos, trata-se de um momento em que a relação do homem com a natureza, envolvido na exploração das colônias, não era mais a do Renascimento. Nesse contexto, as correspondências trocadas entre as autoridades do Maranhão e a Coroa portuguesa evidenciam o esforço no fomento às investigações em História Natural na região, como também nos relevam que as práticas de coleta e envio de produtos naturais eram de responsabilidade também dos próprios governantes locais que recebiam a tarefa de enviar espécies naturais para as Quintas Reais e para o Museu da Ajuda em Lisboa.

Entretanto, outras pessoas também empenhavam-se no estudo da Filosofia Natural, como é o caso de Manuel Antônio Leitão Bandeira que após a posse do seu sucessor, João

²⁸⁰ PRESTES, 1997, p. 47.

²⁸¹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter uma planta semelhante à malva, e uma outra chamada de cramá (carma). AHU, Maranhão, Cx. 64, d. 5689. (28/10/1784).

Francisco Leal, achando-se livre das fadigas da vida pública, revolve trabalhar por algum tempo na História Natural do País. Para tanto, afirma que “se V. Ex.^a me considerar útil, mostrarei, que sou”²⁸².

A pesca das tartarugas aparece como uma das primeiras atividades de interesse da Coroa portuguesa. Em ofício de 10 de maio de 1771, Joaquim de Melo e Póvoas faz referência a exploração comercial das tartarugas e dá ordens aos diretores das vilas de Paço do Lumiar, Guimarães, São José de Ribamar, etc., para que se apliquem com toda eficácia os índios a esta pescaria. Conforme Póvoas, “huma Tartaruga se compoem de vários cascos, e entre elles huns tem melhores malhas que Outros, e da mesma Sorte, huns mais finos e outros mais grossos, e ainda q’ em bruto logo se conhece quais são os melhores [...]”²⁸³.

O governador lamenta, porém, a raridade e a inexistência de outras espécies de tartarugas nesta capitania. Segundo Póvoas, fica impossível informar a abundância do animal haja visto que na Villa Viçosa da Atotoya, local onde costuma aparecer um número maior de tartarugas, a quantidade nunca excedeu vinte.

A leitura destes documentos nos dão pistas de como funcionava o comércio destes animais. Neste contexto, os índios aparecem como os principais responsáveis pela prática da pesca. Desse modo, encontramos nestas cartas ordens para que se procurem nas povoações índios inteligentes para esta pescaria e “fação expedir todos os que forem capazes para ella”²⁸⁴.

Em fevereiro de 1772, em carta a Martinho de Melo e Castro, Joaquim de Melo e Póvoas informa ser este o tempo de início da pesca das tartarugas. Para tanto, adverte aos índios que aproveitem também os cascos dos peixes, “que são os brancos, ou amarellos, e que muitos desprezavão, e botavão fora [...]”²⁸⁵. O governador chama atenção ainda para o preço excessivamente caro, e adverte aos administradores que paguem somente mil e seiscentos réis. Contudo, esclarece que “a Tartaruga boa a pagão aqui mesmo a dous mil, e quatrocentos e a dous mil e seiscentos réis, para fazerem pentes, em que ganhão mt.^o bom dinheiro”²⁸⁶.

²⁸² CARTA... AHU, MA, Cx. 76, d. 6511.

²⁸³ OFÍCIO do [governador da capitania do Maranhão], Joaquim de Melo em Póvoas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, com referências aos gêneros agrícolas produzidos na capitania do Maranhão, ao estabelecimento de uma fábrica de pergaminhos e à exploração comercial de tartarugas. AHU, Maranhão, Cx. 45, d. 4398. (10/05/1771).

²⁸⁴ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a pesca das tartarugas. AHU, Maranhão, Cx. 45, d. 4454. (26/02/1772).

²⁸⁵ Ibidem.

²⁸⁶ Ibidem.

Portanto, compradas diretamente dos pescadores, o valor cobrado pelas tartarugas com melhores cascos era de aproximadamente dois mil réis enquanto que os animais com cascos inferiores pagava-se cerca de doze tostões. Conforme Póvoas, os mercadores que compravam os cascos mandavam fazer delas pentes muito grosseiros e “como aqui se uzão [...] ganhão assim mt^o bem nella pela grande sahida que tem [...]”²⁸⁷. Além disso, mandando marchetar de ouro, este era o maior enfeite dos índios e negros.

Entretanto, deste produto não há registros de remessas consideráveis feitos desta região. Somente em maio de 1771, o capitão do Navio São Lázaro, José de Oliveira, declara ter recebido de Póvoas um embrulho de cascos de tartaruga para entregar a Martinho de Melo e Castro para que mande fazer as experiências que julgar necessárias²⁸⁸.

Ademais, é recorrente nestas Cartas a afirmação por parte dos governadores sobre as ordens que recebem da Coroa para remeter os produtos de História Natural. Este é o caso de Joaquim de Melo e Povóas que manda das terras do Maranhão em 1774 “[...] duas Gayollas huma com huma Seriema e a outra com huma Rapoza”²⁸⁹; mostrando assim que não esquece da recomendação de “V. Ex.^a para mandar Aves e Bichos para as Quintas de S. Mag^e.”²⁹⁰, ainda que não como deseja, “mas fim como me he possível”²⁹¹.

As remessas desta região se destinavam principalmente para a “casa dos bichos”²⁹² e para os “Jardins Botânicos de Sua Magestade”²⁹³. Merece destaque a variedade de espécies que são enviadas embora a quantidade de marrecas seja a maior: urubus, lobos, porcos do mato, viados, cutias, marrecas, pacas, antas, mutuns, pombas, onças, quatis, papagaios, araras, raposas, guaxinis, gavião, etc. Além da diversidade de outros recursos naturais, como plantas, cascos de tartarugas, amostras de madeiras, folha de tacaco, entre outros.

Em 1773, Joaquim de Melo e Povóas ressalta os seus esforços e se queixa sobre os pássaros remetidos para a Corte, pois, apesar de adquirir muitos, “amayor parte delles tem aqui

²⁸⁷ OFÍCIO ... AHU-MA, Cx. 45, d. 4398.

²⁸⁸ RECIBO do [capitão do navio São Lázaro], José de Oliveira Bulhões, a declarar a posse de um embrulho de cascos de tartaruga, enviado pelo governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. AHU, Maranhão, Cx. 45, d. 4401 (14/05/1771).

²⁸⁹ OFÍCIO... AHU-MA, Cx. 47, d. 4619.

²⁹⁰ Ibidem.

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a entrega de uma onça ao capitão Feliciano dos Santos, para a "casa dos Bichos". AHU, Maranhão, Caixa 52, doc. 5005. (27/02/1778).

²⁹³ OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa, para a Corte, de um lobo enviado pelo governador de Bissau e de três barris de alteiras. AHU, Maranhão, Caixa 55, d. 5195. (05/05/1780).

morrido, e o peor hê que doz mais ezpeciaes. Entretanto, conserva “hum q’ [...] pairesse estar ezcapo, e pela sua grandeza, e lealdade serâ estimável”²⁹⁴. Algumas épocas do ano, porém, não eram favoráveis para o envio dos animais, por isso, prefere não remetê-lo “agora com os maiz, q’ tenho por me segurarem, q’ neste tempo poucoz chegão a esta Corte, de q’ farei Noz Navioz, q’ sahierem de Março por diante”²⁹⁵.

Em carta de 29 de dezembro do mesmo ano, Joaquim Póvoas fala do pedido da Coroa para que se enviem pica-flores, granadeiros, antas e tamanduar. Porém, Póvoas afirma que granadeiros não se conhecem nesta região, e supõe serem picapaus por “terem uma popa emcarnada mui bonita de que já remetti hum que nao chegou”²⁹⁶. O governador prossegue falando do seu esforço em adquirir com maior eficácia “destas, e das mais qualidades, que se poderem descobrir”²⁹⁷. Contudo, é constante as queixas relacionadas ao modo de alimentação dos animais o que dificultava unicamente o modo de se sustentarem como os “Picaflores que só comem das mesmas flores, que por isso tem este nome, e outros muitos que aqui há, q’ So Comem Pacovas ou bichinhos”²⁹⁸.

Já no ano de 1774 o governador informa a Coroa sobre o envio de “duas Onças huma maior e Outra mais pequena [...], hum Guaxini, doiz Mutuns, e onze Marrecas”²⁹⁹ para as Quintas reais. Contudo, ainda nesta data Povóas lamenta a morte da onça maior que “hindo-se passar [...] para a Gayolla mais bem acondicionada, morreo de raivosa ferrando os dentes em hum pao”³⁰⁰.

Em junho deste mesmo ano, Póvoas mais uma vez mostra-se preocupado em adquirir pássaros para as Quintas reais, mas revela seu “disabor de ver morrer os mais especiais, e as Antas que tinhão vindo da Parnayba”³⁰¹. Desse modo, entrega ao Capitão José de Oliveira

²⁹⁴ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre pássaros remetidos para a Corte. AHU, Maranhão, Caixa 47, doc. 4589. (27/09/1773).

²⁹⁵ Ibidem.

²⁹⁶ OFÍCIO do governador Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a aquisição de pássaros para enviar para a Corte. AHU, Maranhão, Cx. 47, d. 4594. (29/12/1773).

²⁹⁷ Ibidem.

²⁹⁸ Ibidem.

²⁹⁹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar o envio de bichos e aves para as quintas reais. Anexo: 1 cópia. AHU, Maranhão, Cx. 48, d. 4660. (20/09/1774).

³⁰⁰ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar a morte da onça grande que ia ser enviada para as quintas reais. AHU, Maranhão, Caixa 48, doc. 4661. (20/09/1774).

³⁰¹ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro a informar que continuam as diligências para adquirir pássaros para as quintas reais. AHU, Maranhão, Cx. 47, d. 4640. (08/06/1774).

Bulhões apenas sete mutuns, cinco inambus, quatro marrecas e duas araras. Revela também que os inambus são os perdizes desta terra e estima que estes cheguem vivos e se multipliquem no Reino “por ser estimável cassa”³⁰².

O interesse de Póvoas continua nos anos que se seguem e “guardando para o melhor tempo a remessa dos Bichos e Aves”³⁰³, envia a maior quantidade de animais em abril de 1775 onde foram remetidos o total de 39 animais por “parecer a Estação mais própria para que aly cheguem os ditos Bichos, e Aves”³⁰⁴. No ano seguinte, o governador envia através da corveta Nossa Senhora da Oliveira mais alguns animais, entre eles constam três “Papagayos mtº especiais”³⁰⁵.

Já em 1777 Póvoas podendo aqui adquirir poucos bichos e aves foram enviados apenas um viado, dois porcos do mato, uma cotia e três mutuns³⁰⁶. O último registro de remessa feito por ele é datado em fevereiro de 1778 quando o então governador entrega ao capitão Feliciano dos Santos uma onça com destino a Casa dos Bichos³⁰⁷.

Vemos assim que grande parte das correspondências falam da morte dos animais e da grande dificuldade de remetê-los para a Europa, alguns por conta da raridade, como é o caso de “huma Ave de rapina chamada aqui Orubutinga, a que outros dão o nome Orubû Rei [...] porque he hum passaro raro edifficulttozo de apanhar”³⁰⁸, outros por causa da morte dos bichos durante as viagens algumas vezes associada aos maus tratos e negligencias dos que tratam dos animais. Desse modo, algumas espécies apesar de apreciadas encontravam dificuldades em relação a seu transporte até Lisboa. Assim, não são raras as vezes que os governadores reclamam da morte desses animais.

Creya-me V.Ex.^a que tenho adquerido muitos; e que com grande desprazer meu tenho visto morrer os melhores; e Sempre hirey continuando na mesma dilligencia, remetendo todos os que poder alcançar Pássaros, inda que Sem esperança de poder

³⁰² OFÍCIO... AHU-MA, Cx. 47, d. 4640.

³⁰³ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre uma remessa de bichos e aves. AHU, Maranhão, Cx. 48, d. 4734. (26/04/1775).

³⁰⁴ Ibidem.

³⁰⁵ OFÍCIO do governador Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa de alguns animais para as quintas reais, pela corveta Nossa Senhora da Oliveira. AHU, Maranhão, Cx. 50, d. 4881. (03/05/1776).

³⁰⁶ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a enviar bichos e pássaros para as quintas reais. AHU, Maranhão, Cx. 51, d. 4940. (22/04/1777).

³⁰⁷ OFÍCIO... AHU-MA, Cx. 52, d. 5005.

³⁰⁸ OFÍCIO do governador José Teles da Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo um pouco de caácuã, uma onça e uma ave de rapina (urubutinga). AHU, Maranhão, Cx. 67, d. 5842.

adquirir Picaflores, tanto pela sua raridade, como pela impossibilidade de sua sustentação³⁰⁹.

Além disso, mal se conhecia o comportamento e os hábitos alimentares da maioria das espécies e também suas reações ao cativeiro durante a viagem marítima, resultando em muitas tentativas infrutíferas com a morte de vários animais, vitimados pela fome e frio entre outros fatores.

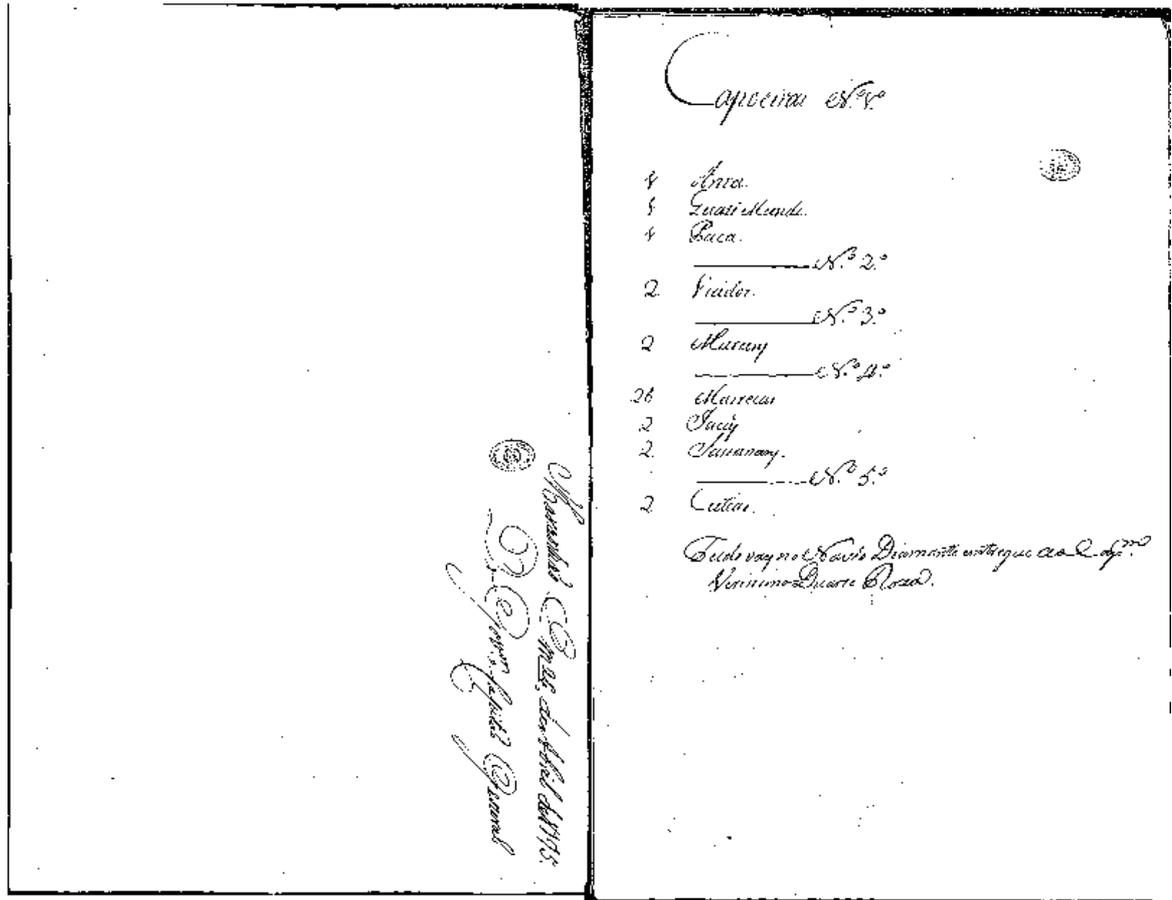
Em 1780, o governador do Estado do Maranhão, D. Antônio de Sales e Noronha, também escreve para Martinho de Melo e Castro sobre a ordem que tem para remeter para a Corte pássaros e animais, e a experiência que se deve fazer com a semente do linho cânhamo: “fico certo no que V. Ex^a. meordena [...] sobre a remessa que devo fazer de Pássaros e animais quadrupedes de toda aqualidade, agrandeza; e sobre a experiência que V. Ex^a. ordena se faça com a semente do linho cânhamo, que fica em meu poder”³¹⁰. Um ano mais tarde, atendendo tais ordens, envia pela Galera de Santo Antônio de Lisboa, duas Antas e um Gavião Real³¹¹.

³⁰⁹ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter relação dos pássaros enviados para as quintas reais. AHU, Maranhão, Cx. 47, d. 4615. (12/03/1774).

³¹⁰ OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. Antônio de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a ordem que tem para remeter para a Corte pássaros e animais, e a experiência que deve fazer com a semente do linho cânhamo. AHU, Maranhão, Caixa 56, d. 5224. (09/09/1780).

³¹¹ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, D. Antônio de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de duas antas e de um gavião real para a rainha, D. Maria I, na galera Santo Antônio de Lisboa. AHU, Maranhão, Cx. 57, d. 5306. (02/06/1781).

Lista de animais enviados para Lisboa.



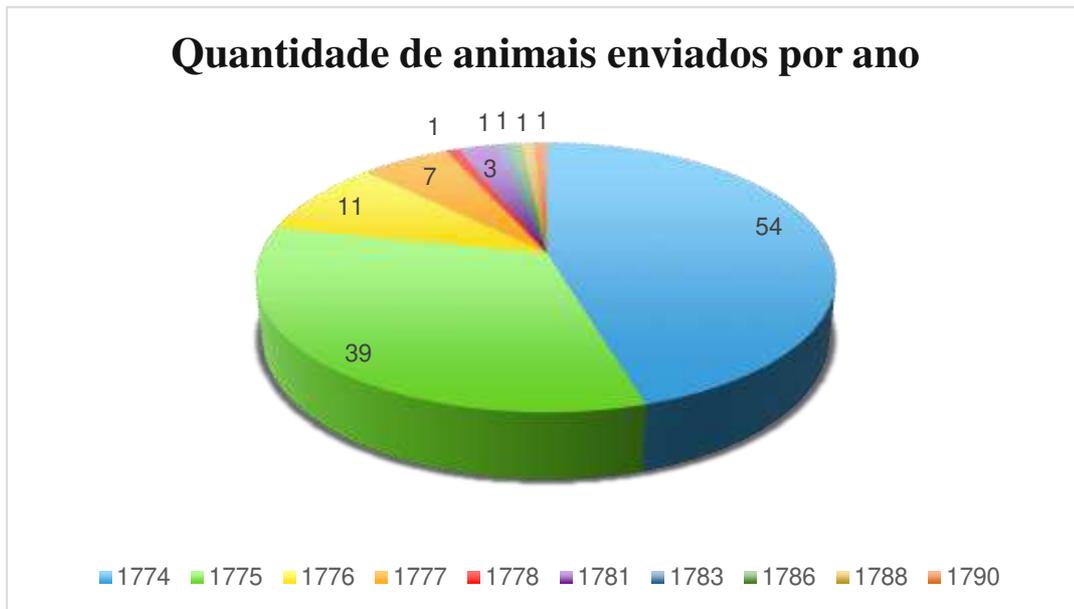
FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO/ DOC. 4615.

Havia nas correspondências a preocupação dos governadores em mostrar seus esforços para atender as ordens da Coroa. Isso fica evidente ao se destacar certas qualidades dos animais capturados como sendo os mais especiais, formosos, agradáveis, etc., mostrando o interesse dos governadores em fazer a “melhor remessa dos [...] Pássaros”³¹². Neste sentido, D. Antônio de Sales e Noronha, em fevereiro de 1783, destaca o envio de “hum Macaco branco, que foi apanhado nas Margens do Rio Gurupin, pertencente à Capitania do Pará, [...] huma espece singular, e que se encontra mais raraz vezes [...]”³¹³.

³¹² OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo amostras de pássaros da capitania. AHU, Maranhão, Cx. 47, d. 4563. (19/07/1773).

³¹³ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Antônio de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o navio Francesinha levar para Lisboa um macaco branco apanhado no rio Gurupin, no Pará. AHU, Maranhão, Cx. 59, d. 5449. (17/02/1783).

Do mesmo modo, José Teles da Silva, em ofício a Martinho de Melo e Castro, em 1786, informa o embarque de um casal de onças “da melhor especie e da qualidade mais feroz [...], apanhadas ainda bebendo leite”³¹⁴. Ainda no mesmo ano, faz o envio de “huma Onça pequena, huma ave de Rapina chamada aqui Orubutinga, a que outros dão o nome de Orubu Rei, [...] um passáro aqui mesmo raro, e dificultoso de apanhar”³¹⁵.



FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Conforme a análise do gráfico a maior quantidade de espécies enviadas para a Corte foi em 1774, ano em que foram remetidos o total de 54 animais. Com o passar dos anos percebemos que há um relaxamento em relação ao cumprimento das Ordens da Coroa portuguesa “para remeter todas as qualidades de bixos que houverem por esta América”³¹⁶. Contudo, exposta a uma leitura cuidadosa, a documentação nos revela que esta atenção foi desviada para a prática do cultivo de plantas tropicais.

Desse modo, em carta de 06 de Abril de 1788, Fernando de Noronha fala das “Ordens instrutivas”³¹⁷ que teve “a honra de receber de V. Ex.^a”³¹⁸ e informa sobre o envio de uma “[...]”

³¹⁴ OFÍCIO... AHU – MA, Cx. 67, d. 5903.

³¹⁵ OFÍCIO... AHU - MA, Cx. 67, d. 5842.

³¹⁶ OFÍCIO... AHU – MA, Cx. 75, d. 6466.

³¹⁷ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Fernando Pereira Leite de Foios, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa de um urubu real e de várias plantas tropicais para Lisboa. AHU, Maranhão, Caixa 71, d. 6149. (06/04/1788).

³¹⁸ Ibidem.

Ave denominada urubu Real, dando as prevençoeis para que se possa chegar a esta forte [...], levando o mesmo tres caxotes com Sete plantas [...], igualmente recomendadas para que V. Ex.^a Veja algum que resista a mudança do clima [...]"³¹⁹.

Da mesma forma, dois anos mais tarde, D. Antônio de Sales e Noronha manda para a Lisboa um lobo que havia chegado junto com a escravatura da Guiné enviado pelo governador de Bissau e três barris com alteiras “uma planta deste Paíz, que produz hum fruto exelente no gosto, e são para os Jardins Botânicos de S. Mag.^{de}”³²⁰.

Com menos frequência aparecem as madeiras como possível fonte de renda. Neste caso, os paus de arco para varais são algumas vezes solicitados pela Coroa portuguesa como ocorre em 26 de Abril de 1775, em que ordena que “mande na primeira Occazião Paos de Arco que bastem para doze partes de Varaes”³²¹. Entretanto, Joaquim de Melo Póvoas adverte que “hé preciso escolhelo de sorte, que não tenha nó” e sob essa condição “os mandey tirar, e hirao pelo primeiro Navio que vier”³²².

Ainda neste mesmo ano o governador embarca “os Paos de Arco [...], que constam do conhecimento junto; os quaes mandey primeiro examinar por um bom Carpinteiro, q’ me seguiu serem exellentes e sem nó algum”³²³. No documento analisado encontramos também a preocupação com o transporte e armazenamento da madeira que deu-se “debaixo de cuberta, enxuto, e bem acondicionadoz”³²⁴.

A exploração das árvores para a construção naval, também esteve entre as preocupações dos governadores. Em carta endereçada a Martinho de Melo e Castro no ano de 1780, D. Antônio de Sales e Noronha fala da ordem que recebeu para remeter amostras de madeiras para o Arsenal Real do Exército e cumprindo estas ordens encomendou as amostras das madeiras e assim que forem levando fará remessas delas e “[...] cada huma das dittas amostras levará o seu nome marcado ao forro [...]"³²⁵. Neste mesmo ano, “em virtude do aviso de V. Ex.^a, o governador faz embarcar [...] vinte toros de madeira de diferentes qualidades

³¹⁹ OFÍCIO... AHU- MA, Cx. 71, d. 6149.

³²⁰ OFÍCIO... AHU- MA, Cx. 55, d. 5195.

³²¹ OFÍCIO do [governador da capitania do Maranhão], Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre pau de arcos para os varais. AHU, Maranhão, Cx. 48, d. 4733. (26/04/1775).

³²² Ibidem.

³²³ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o embarque de paus de arco para varais, no navio São Luís. AHU, Maranhão, Cx. 49, d. 4815. (20/10/1775).

³²⁴ Ibidem.

³²⁵ OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. Antônio de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a ordem que tem para remeter amostras de madeira ao Arsenal Real do Exército. AHU, Maranhão, Cx. 56, d. 5225. (09/09/1780).

[...]”³²⁶, acompanhados do “[...] tamanho dos ditos toros, e os nomes que aqui tem as ditas madeiras”³²⁷.

Relação das amostras de madeiras enviadas para o Arsenal Real do Exército.

Relação das Amostras de madeiras, que por ordem de Mage. se remetem ao Arsenal Real do Exército, em Toros de des pedras de comprimento, e hum de largura.

Toros.	Nomes das Madeiras.
1.	Indujoba.
1.	Mucaramdubé.
1.	Cararuba.
1.	Paricuri.
1.	Sauro.
1.	Burajica.
1.	Indabá Mourim.
1.	Indaúba.
1.	Bicury.
1.	Indaúba.
1.	Miracambora.
1.	Guabijú.
1.	Lucupirana.
1.	Miracanga.
1.	Cuparuba.
1.	Lucupirana.
1.	Janary.
1.	Cumari.
1.	Aty.
1.	Indabá.

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO/ DOC. 5247.

³²⁶ OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo a relação das amostras de madeira embarcadas na galera Nossa Senhora dos Prazeres e Providência. AHU, Maranhão, Cx. 56, d. 5247. (24/11/1780).

³²⁷ Ibidem.

Em 1786 José Teles da Silva fala de árvores encontradas na região dos rios Mearim e Peria das quais se extraem “[...] excellentes madeiras [...] não só de construção, mais para as diferentes obras de Marceneiros, em que podem fazer um ramo de comercio[...]”³²⁸. Contudo, o governador queixa-se das práticas dos lavradores que levam a “imensa perda de preciosas madeiras; que todos os annoz se queimão nos Rossadoz”³²⁹. Silva lamenta tal “perda, que hé muito considerável”³³⁰ e acha necessário que não se “pode deixar de se sentir e ao mesmo tempo de merecer alguma atenção”³³¹ para tal prática.

Póvoas ao tratar sobre o cultivo do arroz e de outras especiarias esclarece que “o único modo que aqui há de se cultivar a Terra he rossarem-lhe o mato, e este estando Seco, Botar-lhe fogo; senão tem havido chuvas, e queima bem, fica a terra bem preparada [...]”³³².

Nessas circunstâncias, José Teles da Silva acredita que se neles se constituir mais “hum ramo do comércio desta Colônia para o Seu Reyno, oz lavradores não haviam de desprezar os beloz paoz, que indiferentemente vem queimar, e oz pouparão, livrando-oz destes estragos [...] pois ainda que nas Cartas de Sesmarias, oz paoz Reais são reservados para Sua Magestade; esta reserva não está em tanto rigor [...]”³³³.

Outros tipos de madeiras eram enviados para serem empregadas na tinturaria, como o pao d’ Espinho, próprio para “Tinturarês por Se extrahir dela uma bela Côr amarella”³³⁴. Além dessa, da madeira sassafrás também se retirava “huma exelente Côr amarela, fica, e muito Viva”³³⁵. Do mesmo modo, do chamado pau de candeia, se extraia a mesma cor, “da igual bondade da outra”³³⁶. Conforme José Teles da Silva, “daqui (do Maranhão) se pode mandar grande quantidade destas, assim como da outra, por Ser muita a Sua produção nesta Ilha”³³⁷ e “as piquenas experiências que aqui se tem feito, e que repetida e nas Fabricas dêsse Reyno mostrarão mais [...] as utilidades, que se podem tirar dellas”³³⁸.

³²⁸ OFÍCIO do governador José Teles da Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a relação que remete das melhores madeiras que existem no estado do Maranhão para a construção naval. AHU, Maranhão, Cx. 67, d. 5902. (08/09/1786).

³²⁹ Ibidem.

³³⁰ Ibidem.

³³¹ Ibidem.

³³² OFÍCIO... AHU – MA, Cx. 45, d. 4398.

³³³ Ibidem.

³³⁴ OFÍCIO do governador José Teles da Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo amostras de madeira para tinturaria, sassafrás e pau de candeia. AHU, Maranhão, Cx. 67, d. 5880. (11/06/1786).

³³⁵ Ibidem.

³³⁶ Ibidem.

³³⁷ Ibidem.

³³⁸ Ibidem.

Em setembro de 1786, José Teles da Silva informa que nas terras banhadas pelos rios Mearim e o Peria “[...] os imensos arvoredos, que cobrem este vasto terreno, e as exelentes madeiras, que podem fornecer estas árvores [...]”³³⁹, tem chamado a sua atenção. Já em carta datada de 1799 Dom Diogo de Sousa informa que não há “matas continuas depois de construsão, mais que nas margens do Rio Mearim, Grajaú e Parnaíba, onde ainda abitão os gentios [...]”³⁴⁰. Para Costa o fato de alguns documentos indicarem a inexistência de florestas contínuas com árvores de madeira para a construção podem ser indícios da falta de conservação das matas³⁴¹.

Vale ressaltar que, se um lado se enfatiza o potencial econômico das madeiras nativas, por outro, discussões e práticas relativas a preservação dessas matas foram também delineadas neste período. Com isso, a Coroa buscará algumas medidas para a conservação das florestas, como a “ordem de não derrubarem os moradores paus-reais”³⁴², “protegendo os pés de pau-brasil, para evitar sua ruína e destruição”³⁴³. Para Duarte, com esta medida desejava Portugal simplesmente restringir o uso da árvore para o benefício do Império português, por isso, a motivação deste ato não pode ser vista como uma política preservacionista³⁴⁴. Isso nos mostra que esses homens tinham concepções diferentes em relação à natureza que temos hoje.

O extrativismo mineral também despertava o interesse da Coroa Portuguesa. Nesta perspectiva, o salitre como o principal insumo para a produção da pólvora, tornou-se essencial à manutenção da soberania nacional portuguesa na Europa e nas colônias³⁴⁵. Entretanto, a documentação analisada não nos permitiu encontrar registros de remessas feitas desse produto no recorte temporal estabelecido. Contudo, há informações do minério encontrado nos sertões do Maranhão, como na administração de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual o governador do Estado Dom Fernando Antônio de Noronha manda amostras de quina, da folha do tabaco, de casulos da seda silvestre e quantidades do minério em um caixote com “hũa lata com hũa amostra do salitre”³⁴⁶.

³³⁹ OFÍCIO... AHU – MA, Cx. 67, d. 5902.

³⁴⁰ OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as diligências relativas às matas. AHU, Maranhão, cx. 102, d. 8265. (06/03/1799).

³⁴¹ COSTA JUNIOR, 2016, p. 46.

³⁴² OFÍCIO... AHU – MA, Cx. 102, d. 8265.

³⁴³ DUARTE, 2005, p. 69.

³⁴⁴ *Ibidem*.

³⁴⁵ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi* (Rio J.) vol.15, n. 29, Rio de Janeiro Jul/Dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000200498. Acesso em: 01/12/2016.

³⁴⁶ Ofício do governador e capitão-general, D. Fernando Antonio de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostra de quina, de folha de tabaco, de salitre e de casulos de seda silvestre. AHU, Maranhão, Cx. 100, d. 8078. (23/08/1798).

TABELA 1: RESUMO DOS PRODUTOS NATURAIS ENVIADOS DO MARANHÃO PARA LISBOA (1773-1790)					
PERÍODO	DOC.	INTEGRANTES	PROCEDÊNCIA	ANEXOS	OBS.
1773	4563	Joaquim de Melo Póvoas	Pássaros remetidos para a Corte.	–	Não consta no documento a lista dos pássaros enviados.
1774	4615	Joaquim de Melo Póvoas	18 pássaros enviados para a Corte.	Relação dos pássaros: 6- marrecas 3- pombas 4- saracurar 1- jacami 1- mutum 1- arara 1- sururina 1- (Ilegível)	
1774	4619	Joaquim de Melo Póvoas	Envio de aves e bichos para as quintas reais.	–	Animais enviados: uma siriema e uma raposa.
1774	4640	Joaquim de Melo Póvoas	Envio de aves e bichos para as quintas reais.	Relação de pássaros 7 mutuns 5 inambus 4 marrecas 2 araras	
1774	4660	Joaquim de Melo e Póvoas	Envio de bichos e aves para as Quintas reais.	–	Animais enviados: 2 onças; 1 guaxinim; 2 mutuns; 11 marrecas.
1775	4815	Joaquim de Melo Póvoas	Embarque de paus de arco para varais.		
1775	4734	Joaquim de Melo Póvoas	Envio de bichos e aves para as Quintas reais.	Relação dos animais 1- anta 1- paca 2- veados 26- marrecas 2- cutias 1- guati mundi 1- mutuns	Obs: 4 nomes de animais encontram-se ilegíveis

1776	4881	Joaquim de Melo Póvoas	Sobre a remessa de alguns animais para as quintas reais.	Relação de bichos e pássaros enviados: 1 onça 1 coati 1 porco Outro chamado taiamute 1 mutum 2 Jacamins 4 Papagayos	
1777	4940	Joaquim de Melo Póvoas	Envio de bichos e aves para as Quintas reais.	Relação de bichos enviados: 1- veado 2- porcos do mato 1- cotia 3- mutuns	
1778	5005	Joaquim de Melo Póvoas	Sobre a entrega de uma onça ao capitão Feliciano dos Santos, para a "casa dos Bichos".		
1780	5195	D. Antônio de Sales e Noronha	Sobre a remessa de um lobo enviado pelo governador de Bissau e de três barris de alteiras.		
1780	5247	D. Antônio de Sales e Noronha	Envio de vinte toros de madeira de diferente qualidades.	Relação das madeiras enviadas.	
1781	5306	D. Antônio de Sales e Noronha	Envio de duas antas e de um gavião real		
1783	5449	D. Antônio de Sales e Noronha	Envio de um macaco branco apanhado no rio Gurupin, no Pará.		
1784	5566	José Teles da Silva	Remessa de tabaco.		
1784	5665	José Teles da Silva	Referente à cultura do cânhamo, de que envia uma amostra.		
1784	5689	José Teles da Silva	Envio de uma planta semelhante à malva, e uma outra chamada de cramá (carma).		

1786	5842	José Teles da Silva	Remessa de um pouco de caácuã, uma onça e uma ave de rapina (urubutinga).		
1786	5903	José Teles da Silva	Envio de um casal de onças e uma urubutinga.		
1786	5880	José Teles da Silva	Envio de amostras de Madeira para tinturaria, sassafrás e pau de candeia.		
1788	6149	Fernando Pereira de Leite Foios	Remessa de um urubu real e de várias plantas tropicais para Lisboa.		
1790	6466	Fernando Pereira de Leite Foios	Remessa de um pássaro urubutinga.		
1788	6511	Manuel António Leitão Bandeira	Sobre a orictologia e mineralogia da América e riquezas dos reinos vegetal e animal existentes na capitania		

3.2.1 Reino Vegetal e a Agricultura.

Cuidando em adiantar e augmentar a Agricultura deste Estado, antigo, que me foi tão particularmente recomendado por V. Ex.^a e fazendo todo o possível para que a produção do Cânhamo produzisse o fim desejado, [...], espero consegui os meus intentos e introduzir nesta colônia a cultivação desta planta [...]³⁴⁷.

O fragmento da carta ilustra bem a preocupação colonial com o incentivo a agricultura. Dessa maneira, o reino vegetal também esteve entre as preocupações da Coroa portuguesa que buscava desenvolver a agricultura do Estado por meio da transplantação e cultivo das espécies. Conforme já apontamos, a agricultura era vista como uma saída considerada economicamente eficiente para as pretensões da Coroa. Com isso, algumas plantas ganhariam destaque, como o anil, o cânhamo e o tabaco.

³⁴⁷ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, referente à cultura do cânhamo, de que envia uma amostra. AHU, Maranhão, Cx. 63, d. 5665. (13/09/1784).

Nesse contexto, Manuel Antonio Leitão Bandeira, ao tratar em carta remetida para Martinho de Melo e Castro sobre a orictologia e mineralogia da América e as riquezas do reino vegetal e animal existentes nesta capitania, descreve o Maranhão como um lugar excelente para a cultura do anil e do tabaco. Conforme Bandeira, “dirigindo-se a sua cultura e industria a dar lhe succo e fermentação, exederia muito o da Virgínia [...]”³⁴⁸.

Em setembro de 1780, D. Antônio de Sales e Noronha fala das ordens que recebeu para fazer a experiência com a semente do linho cânhamo e para isso se compromete a buscar pessoas “curiozas e inteligentes da planta do dito linho, para ver se com effeyto se introduz nesta Capitania a sua importante cultura [...]”³⁴⁹.

Neste mesmo ano, atendendo tais ordens, Noronha apresenta a Martinho de Melo e Castro a relação das pessoas para as quais distribuiu a semente de linho de cânhamo e a quantidade distribuída. Assim, dá a cada pessoa uma quarta da semente para fazerem as experiências e recomenda que busquem terras úmidas para esta sementeira. Conforme o governador, “inda resta uma grande porsão da mesma Semente”³⁵⁰, que espera distribuir por outras pessoas que achar com “curiosidade, e capacidade e se empregarem com zello na introdução desta Planta que [...] se consegui não deixará de ser de grande importância”³⁵¹ para a economia do Estado.

Quatro anos mais tarde, o sucessor de Noronha, José Teles da Silva queixa-se da sua experiência mal sucedida com a plantação do Cânhamo. Nesta ocasião, remete apenas um pouco da planta colhida em uma de suas plantações. Contudo, “animado das esperanças [...] pertendia mandar-lhe huma mayor quantidade [...]”³⁵², como prova de que suas experiências iam tendo bom sucesso. Conforme Silva,

estou porém quaze desenganado de conseguir o que intentava, segurando-me huma das pessoas em que tinha mayor confiança, que todas as suas diligências foram nesta parte muitas, e que na plantação que a fizera com todo o cuidado, e trabalho nada colheira³⁵³.

³⁴⁸ CARTA... AHU, MA, Cx. 76, d. 6511.

³⁴⁹ OFÍCIO... AHU – MA, Cx. 56, d. 5224.

³⁵⁰ OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. Antônio de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo uma relação das pessoas pelas quais se distribuiu semente de linho de cânhamo e mencionando a respectiva quantidade distribuída. AHU, Maranhão, Cx. 56, d. 5233. (25/09/1780).

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² OFÍCIO... AHU - MA, Cx. 64, d. 5689.

³⁵³ *Ibidem*.

Para o governador, o insucesso com o cultivo desta planta estava atrelado ao terreno ou ao clima infrutíferos desta região. Entretanto, José Teles da Silva tendo vontade de ser útil ao Estado do Maranhão e a sua nação, descobre uma planta semelhante a Malva – planta da qual as nações do Norte e principalmente os burgueses se serviam das cordagens. Da referida planta envia “hum bocado de corda jovem breada [...], e dois molhos emcapados da mesma planta preparada que, ou misturada com o canhamo [...]”³⁵⁴ seria útil a fábrica de Cordaria.

Silva remete para a Corte amostras para fazer as experiências necessárias, pois havendo aqui uma grande quantidade desta planta e se for de bom uso, podendo plantar ainda mais, “[...] de alguma sorte recompensará a falta do Canhamo, visto que este Pais não he favoravel a sua produçam [...]”³⁵⁵. Entretanto, apesar do Maranhão não se mostrar propício a seu cultivo, o governador revela que mantém ainda, por suas próprias custas, dois homens que trouxe do Reino empregados na cultura do cânhamo, “[...] a fim de lhê ter hum total, e ultimo dezengano [...]”³⁵⁶.

O governador José Teles da Silva manda ainda “[...] hum caixotinho com humas tranças da mesma planta [...]”³⁵⁷, e de outra que, segundo ele, a natureza produz aqui em grande quantidade e que os naturais da terra chamam de Crauã. Nestas circunstâncias, fazendo as experiências necessárias será possível saber se esta planta também “[...] toma tam o breu, assim como a da chamada Malva [...]”³⁵⁸.

Nos anos que se seguem, Silva continua mostrando-se interessado em “adiantar e augmentar a Agricultura deste Estado”³⁵⁹. Para tanto, faz ainda o possível para que a plantação do Cânhamo produzisse o fim desejado.

De todas as experiências, que tenho feito nesta plantação, a de que remeto a amostra, foi a mais bem sucedida apesar de haver perdido a semente, talvez por effeito do [...] calor do clima, razão porque as pessoas que se tem encarregado desta sementeira, e que me dão boas esperanças do sucesso [...] me dizem que a semente deve ser semeada logo, que aqui chegar, isto la no fim das agoas que daqui lá pelo São João³⁶⁰.

Em outro documento datado de 1784, José Teles da Silva volta a informar a Coroa o fato de não ter logrado todo o efeito esperado das tentativas que fez com a plantação da

³⁵⁴ OFÍCIO... AHU - MA, Cx. 64, d. 5689.

³⁵⁵ Ibidem.

³⁵⁶ Ibidem.

³⁵⁷ Ibidem.

³⁵⁸ Ibidem.

³⁵⁹ OFÍCIO... AHU - MA, Cx. 63, d. 5665.

³⁶⁰ Ibidem.

cânhamo. O governador lamenta que nenhuma das plantas chegaram a altura que devia “[...] pois logo aos dois palmos se entreva [...] pelas muitas chuvas [...]”³⁶¹. Entretanto, Silva faz referência a uma de suas plantações localizadas na Ribeira do Itapecuru, local onde o terreno mostrou-se propício para plantação, de onde pegou uma pequena amostra para remeter³⁶².

José Teles revela seus esforços para que se mande também desta capitania a Cochonilha (erva da qual insetos do mesmo nome se alimentam e dos quais se extrai uma tintura). Conforme Silva, embora já tenha descoberto esta planta em alguns sítios, é possível cultivar o que a natureza não puder produzir. Contudo, o governador alerta que para um bom resultado é necessário que os administradores animem os cultivadores.

O meo Naturalista já anda por fora e espero pello q. elle me tem mand.^o dizer q. a sua viagem não seja inutil [...], e a mt.^a curiosidad.^o; pois me aviza de ter alguns productos desconhecidos deste Estado, que daria passos m.^{to} mais avançados se não fosse a natural perguiza desta gente³⁶³.

O anil também aparece como um produto possivelmente rentável ao Império português. Entretanto, o governador José Teles queixa-se que apesar das experiências com sua plantação não faz o envio deste produto “por não terem sahido capazes as proporções”³⁶⁴. Apesar disto, mostra-se interessado em introduzir nesta colônia o cultivo do anil, “para a qual o terreno hé muito próprio, porque a natureza por si mesmo sem cultura o produz em grande quantidade”³⁶⁵.

Já em fevereiro de 1786, Silva fala dos seus esforços investidos desta vez na cultura do cauã, do qual mandou plantar um grande roçado, além de dar ordens aos demais lavradores para também plantarem em suas roças de modo que possam satisfazer as ordens da Coroa. Neste momento, o governador remete apenas um pouco do Cauã, uma porção que conseguiu naquela estação que, conforme ele, não era própria para essa planta, havendo naquela época somente o cauã que os índios plantavam e colhiam para as suas precisões³⁶⁶.

Era de interesse ainda, a cultura do tabaco, que preparado como imitação ao produzido na Virgínia – estado norte-americano – poderia ser fabricado sem grandes custos. Nessas

³⁶¹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar o início da obra da comunicação da ilha de São Luís do Maranhão com o continente, e sobre a produção de anil, cânhamo e cochonilha. AHU, Maranhão, Cx. 63, d. 5645. (17/07/1784).

³⁶² Ibidem.

³⁶³ Ibidem.

³⁶⁴ OFÍCIO... AHU – MA, Cx. 63, d. 5665.

³⁶⁵ Ibidem.

³⁶⁶ OFÍCIO... AHU - MA, Cx. 67, d. 5842.

circunstâncias, em março de 1784, Silva faz a remessa de um caixote de tabado, porém, não estando no tempo da colheita deste gênero, não foi possível remeter o melhor como o da Virgínia, “[...] mas somente do modo porque aqui o costumão preparar”³⁶⁷.

Meses mais tarde, agora satisfeito com os resultados, José Teles tem o gosto de remeter uma amostra de tabaco, segundo ele, do melhor, “preparado do modo [...] porque o Dicionário Inglês das Artes e Ciências diz que se prepara o da Virgínia [...]”³⁶⁸. Fazendo algumas observações sobre esta planta, o governador conclui que o “[...] terreno desta Ilha hé muito proprio para a sua plantação [...]”³⁶⁹, além de mencionar a variedade do tabaco encontrado: “[...] cinco especes de folha, daz quaes a melhor hé a que agora remeto a V.Ex.”³⁷⁰.

Dom Fernando Antonio de Noronha ao remeter uma amostra de tabaco para a Corte em agosto de 1778, na administração de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, diz acreditar que dando-lhe um melhor método de cultura esta folha imitaria o da Virgínia, julgando-lhe superior a toda que tem visto na nossa America³⁷¹.

3.2.2 *Por uma História Ambiental do Maranhão setecentista.*

A História Ambiental nos permite atentar não só para a economia ou a política, mas também para a natureza, que, neste contexto, serviu de cenário para ambas. Uma natureza “travestida dos ideais de civilização e progresso por uma mentalidade herdada do movimento ilustrado luso-brasileiro”³⁷².

Souza entende que “o esgotamento de determinado recurso natural, como o ouro, pode levar a uma [re]organização econômica, social e política e a uma [re]modelação do ambiente natural”³⁷³. Com isso, a necessidade dos recursos naturais para o alavancamento da ciência e da economia de Portugal, é um claro exemplo do papel e do lugar da natureza na vida humana. Por outro lado, a destruição das matas e a imensa perda de “preciozas madeiras; que [...] se

³⁶⁷ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e do Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a enviar um caixote de tabaco. AHU, Maranhão, Cx. 61, d. 5584. (07/03/1784).

³⁶⁸ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter tabaco preparado como o da Virgínia. Anexo: 1 cópia, com respectivo conhecimento. AHU, Maranhão, Cx. 63, d. 5666. (13/09/1784).

³⁶⁹ *Ibidem*.

³⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷¹ OFÍCIO... AHU – MA, Cx. 100, d. 8078.

³⁷² SOUZA, 2013, p 15.

³⁷³ *Ibidem*, p. 18.

queimão nos Rossadoz”³⁷⁴ mostram os impactos da vida humana sobre a natureza. Ou seja, nas palavras de Souza, a interação entre natureza e sociedade é um processo histórico de via de mão dupla.

Como vimos, foi possível encontrar nas correspondências a descrição de lugares sem matas contínuas, bem como queixas das práticas dos lavradores que estabelecendo uma agricultura rudimentar e devastadora roçavam o mato, “e este estando Seco, Botar-lhe fogo [...]”³⁷⁵ levando a perda de preciosas madeiras. Contudo, se a análise das correspondências podiam nos aproximar de uma devastação do ambiente, como resultado do uso e apropriação da natureza maranhense, o que de fato a documentação nos mostrou foi o processo de apropriação da natureza pelo homem, cujos efeitos da sua intervenção só serão perceptíveis na longa duração.

Entretanto, a esgotabilidade não era fator desconhecido dos agentes políticos. Nesse sentido, alguns naturalistas já travavam intensos debates acerca da devastação da natureza³⁷⁶. Entretanto, Horta chama atenção para o risco de anacronismos ao “acreditar nesses sinais de cuidado com a natureza como uma “origem” do nosso ambientalismo contemporâneo”³⁷⁷. Prestes acredita que o motivo destas preocupações “é a economia ameaçada pela escassez de um recurso natural, e não o ambiente em si mesmo”³⁷⁸.

Desse modo, não havia de fato uma preocupação ecológica neste período. Embora encontremos alguns homens da ciência preocupados com problemas ambientais que já se constituíam a seu tempo, como por exemplo, o corte indiscriminado de árvores ou as queimadas, isso não implica afirmar que esses homens sejam os precursores da ciência ecológica que só vai se desenvolver no século XIX. Entretanto, Franco acredita que “embora esta crítica da devastação da natureza produzida no Brasil dos séculos XVIII e XIX não deva ser vista como precursora do debate atual, as suas reflexões ganham relevância teórica e projeção histórica”³⁷⁹.

Ademais, concorde com a ideia de Drummond, que nega o fato de a experiência humana ter se desenvolvido sem a imposição de limites naturais, vimos que, essenciais nesse processo, o clima e o solo ditavam as épocas de plantio, assim como a produtividade agrícola. Essa ótica mostra-se particularmente interessante uma vez que as cartas nos mostram que o ambiente

³⁷⁴ OFÍCIO... AHU- MA, Cx. 67, d. 5902.

³⁷⁵ OFÍCIO... AHU- MA, Cx. 45, d. 4398.

³⁷⁶ SOUZA, 2011, p. 07

³⁷⁷ DUARTE, 2005, p. 72.

³⁷⁸ PRESTES, 1997, p. 127.

³⁷⁹ FRANCO, 2003, p. 394.

interferiu de maneira significativa na introdução das práticas científicas no Maranhão. Fato que fazia os naturalistas guardarem para o melhor tempo a remessa dos bichos e aves, assim como queixarem-se da experiência mal sucedida com a plantação do Cânhamo talvez “por efeito do [...] calor do clima”, ou “pelas muitas chuvas”³⁸⁰.

Vemos assim que o clima era fator determinante para a ambientação de vegetais. Do mesmo modo que o solo era essencial para o desenvolvimento da agricultura. Com isso, há uma ligação entre o ambiente geográfico e características físicas dos animais, vegetais e minerais. Desse modo, entendemos que as sociedades são forçadas a se adaptarem às condições geográficas locais, isto é, ao solo, clima e água.

Há uma relação dialética entre os seres humanos e a natureza, e o espaço geográfico vai além da dinâmica do espaço físico e, hoje, o grande desafio que se coloca é compreender a inter-relação entre sociedade e natureza³⁸¹. Dessa forma, entendemos que o ambiente é um misto entre o social e o físico. Trata-se de entendê-lo não como palco dos acontecimentos mas como produto e produtor das relações sociais a partir das práticas de exploração.

Para Souza, “a intrínseca ligação entre política e negócios afetava diretamente a relação com a natureza”³⁸². Assim, pensar as práticas de exploração da natureza neste momento torna-se importante na medida em que podemos constatar aspectos do Estado e sociedade frente ao seu mundo natural.

Portanto, não encontramos indícios que nos permitam afirmar com precisão uma devastação no Maranhão setecentista. No entanto, tal como lembra Martinez “ao renovar a visão do passado, a História Ambiental pode ainda, descortinar uma visão crítica do presente”³⁸³. Nesse sentido, tal discussão foi importante uma vez que nos permitiu atentar tanto para os impactos do homem sobre a natureza, quanto para o papel e o lugar do ambiente natural na vida humana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

³⁸⁰ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar o início da obra da comunicação da ilha de São Luís do Maranhão com o continente, e sobre a produção de anil, cânhamo e cochonilha. AHU, Maranhão, Cx. 63, d. 5645. (17/07/1784).

³⁸¹ GIOMETTI, A. B. R.; PITTON, S. E. C.; ORTIGOZA, S. A. G. Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território. Conteúdos e Didática de Geografia – Unesp, p. 34.

³⁸² SOUZA, 2011, p. 07.

³⁸³ MARTINEZ, 2006, p. 26.

Com a introdução da História Natural na capitania do Maranhão a apropriação da natureza vai emergir enquanto principal fator de projeção científica e econômica. Ao fornecer informações que beneficiavam a atividade agrícola e o comércio, as descrições possibilitaram o conhecimento de novos produtos e fontes de matéria-prima³⁸⁴ que serviriam para o desenvolvimento do comércio e da ciência. Tratava-se de conhecer, classificar e dominar o território e suas potencialidades estreitando os laços entre Portugal e seus domínios.

O incentivo a pesquisa sobre o mundo natural era baseado numa filosofia naturalista-utilitarista, isto é, a preocupação da administração lusitana era uma política que aliasse o conhecimento da natureza a ganhos econômicos. Nesse contexto, não restam dúvidas que a integração do Estado ao projeto de uma História Natural intensificou a exploração da sua natureza.

No decorrer desta pesquisa, buscamos ainda identificar o papel atribuído a natureza na dimensão da História Natural do Maranhão. Além disso, essencial nesse processo, a História Ambiental permitiu-nos atentar também para a natureza que, travestida de ideais iluministas, neste recorte espacial e temporal tornou-se fundamental.

Assim, alguns historiadores ao constatarem que o estudo das formas de interação entre homem e meio ambiente, numa perspectiva temporal extensa, constitui um importante viés para a compreensão das transformações ecológicas e sociais, novos temas, fontes e metodologias foram postos em pauta. Sob uma perspectiva interdisciplinar, problemáticas e períodos já consolidados passaram a ser revisitados a partir desse novo olhar.

Nessas circunstâncias, embora vistas frequentemente sob a ótica econômica e política, as correspondências analisadas mostraram-se extremamente ricas na medida em que possibilitaram extrair a visão acerca da exploração da natureza do Maranhão colonial. Contudo, esses documentos apesar de fornecerem indícios destas práticas, não nos permitem falar com segurança e sem anacronismos dos efeitos da intervenção do homem sobre o ambiente, uma vez que estes são mais perceptíveis na longa duração.

É certo que neste momento o europeu se encantava com a exuberante flora e fauna trazida das terras do Novo Mundo e em que multiplicavam-se os herbários, jardins e coleções de espécimes, tanto oficiais quanto privados. Também é ali que se começa a sentir os danos que o homem é capaz de causar na natureza³⁸⁵. Contudo, estamos convencidos de que a História Ambiental do Maranhão a que nos propusemos, no recorte espacial e temporal estabelecido,

³⁸⁴ KETTLE, 2010, p. 83.

³⁸⁵ PRESTES, 1997, p. 15.

não deve ser a história da devastação no sentido dos dias atuais. Entretanto, deve ser de fato a história da formação e consolidação de uma postura perdulária e dilapidadora frente aos recursos naturais desta região.

Para Prestes, nos primeiros tempos da colonização não encontramos nas descrições uma preocupação com a natureza tomada em si. Segundo esta autora, “não é a natureza que está ameaçada mas a sua prestação de benefícios ao homem”³⁸⁶. Prestes acredita que o definidor das relações homem-natureza foi um utilitarismo antropocêntrico que perdurou por todo renascimento³⁸⁷.

Do mesmo modo, influenciados pelo Iluminismo, alguns intelectuais racionalistas se destacaram na elaboração de uma crítica ambiental brasileira no século XVIII, “não por manifestarem um especial interesse pelo valor estético ou intrínseco da natureza, mas, sim, pelo seu valor político e instrumental para o progresso”³⁸⁸. Com isso, entendemos que preservar o meio natural não tinha relação com seu valor intrínseco, o contato do conquistador europeu com os recursos naturais e sua prática exploratória não isentou o meio ambiente de consequências drásticas³⁸⁹.

Portanto, escrever uma História Ambiental do Maranhão na segunda metade do século XVIII, consiste, pois, em considerar que as riquezas naturais da região estão diretamente ligadas a sua formação histórica. Por outro lado, a ânsia pela apropriação e exploração da natureza desencadeou, nas palavras de Souza, uma conduta perdulária e utilitária frente ao recursos do ambiente natural que se não teve seus efeitos imediatos, acabou funcionando como legitimadora da devastação que assistimos atualmente.

³⁸⁶ PRESTES, 1997, p. 15.

³⁸⁷ Ibidem, p. 35.

³⁸⁸ FRANCO, 2003, p. 391.

³⁸⁹ DUARTE, 2005, p. 31.

REFERÊNCIAS

1) Manuscritos

Arquivo Histórico Ultramarino (Caixas do Maranhão – Avulsos)

OFÍCIO do [governador da capitania do Maranhão], Joaquim de Melo em Póvoas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, com referências aos géneros agrícolas produzidos na capitania do Maranhão, ao estabelecimento de uma fábrica de pergaminhos e à exploração comercial de tartarugas. AHU, Maranhão, Cx. 45, d. 4398. (10/05/1771).

RECIBO do [capitão do navio São Lázaro], José de Oliveira Bulhões, a declarar a posse de um embrulho de cascos de tartaruga, enviado pelo governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. AHU, Maranhão, Cx. 45, d. 4401 (14/05/1771).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a pesca das tartarugas. AHU, Maranhão, Cx. 45, d. 4454. (26/02/1772).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo amostras de pássaros da capitania. AHU, Maranhão, Cx. 47, d. 4563. (19/07/1773).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre pássaros remetidos para a Corte. AHU, Maranhão, Caixa 47, doc. 4589. (27/09/1773).

OFÍCIO do governador Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a aquisição de pássaros para enviar para a Corte. AHU, Maranhão, Cx. 47, d. 4594. (29/12/1773).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter relação dos pássaros enviados para as quintas reais. AHU, Maranhão, Cx. 47, d. 4615. (12/03/1774).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar o envio de aves e bichos para as quintas reais. AHU, Maranhão, Caixa 47, d. 4619. (26/04/1774).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro a informar que continuam as diligências para adquirir pássaros para as quintas reais. AHU, Maranhão, Cx. 47, d. 4640. (08/06/1774).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar o envio de bichos e aves para as quintas reais. Anexo: 1 cópia. AHU, Maranhão, Cx. 48, d. 4660. (20/09/1774).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar a morte da onça grande que ia ser enviada para as quintas reais. AHU, Maranhão, Caixa 48, doc. 4661. (20/09/1774).

OFÍCIO do [governador da capitania do Maranhão], Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre pau de arcos para os varais. AHU, Maranhão, Cx. 48, d. 4733. (26/04/1775).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre uma remessa de bichos e aves. AHU, Maranhão, Cx. 48, d. 4734. (26/04/1775).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o embarque de paus de arco para varais, no navio São Luís. AHU, Maranhão, Cx. 49, d. 4815. (20/10/1775).

OFÍCIO do governador Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa de alguns animais para as quintas reais, pela corveta Nossa Senhora da Oliveira. AHU, Maranhão, Cx. 50, d. 4881. (03/05/1776).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a enviar bichos e pássaros para as quintas reais. AHU, Maranhão, Cx. 51, d. 4940. (22/04/1777).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a entrega de uma onça ao capitão Feliciano dos Santos, para a "casa dos Bichos". AHU, Maranhão, Caixa 52, doc. 5005. (27/02/1778).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de duas antas e de um gavião real para a rainha, D. Maria I, na galera Santo António de Lisboa. AHU, Maranhão, Cx. 57, d. 5306. (02/06/1781).

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa, para a Corte, de um lobo enviado pelo governador de Bissau e de três barris de alteiras. AHU, Maranhão, Caixa 55, d. 5195. (05/05/1780).

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a ordem que tem para remeter para a Corte pássaros e animais, e a experiência que deve fazer com a semente do linho cânhamo. AHU, Maranhão, Caixa 56, d. 5224. (09/09/1780).

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a ordem que tem para remeter amostras de madeira ao Arsenal Real do Exército. AHU, Maranhão, Cx. 56, d. 5225. (09/09/1780).

OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo uma relação das pessoas pelas quais se distribuiu semente de linho de cânhamo e mencionando a respectiva quantidade distribuída. AHU, Maranhão, Cx. 56, d. 5233. (25/09/1780).

OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo a relação das amostras de madeira embarcadas na galera Nossa Senhora dos Prazeres e Providência. AHU, Maranhão, Cx. 56, d. 5247. (24/11/1780).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o navio Francesinha levar para Lisboa um macaco branco apanhado no rio Gurupin, no Pará. AHU, Maranhão, Cx. 59, d. 5449. (17/02/1783).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e do Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a enviar um caixote de tabaco. AHU, Maranhão, Cx. 61, d. 5584. (07/03/1784).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a informar o início da obra da comunicação da ilha de São Luís do Maranhão com o continente, e sobre a produção de anil, cânhamo e cochonilha. AHU, Maranhão, Cx. 63, d. 5645. (17/07/1784).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, referente à cultura do cânhamo, de que envia uma amostra. AHU, Maranhão, Cx. 63, d. 5665. (13/09/1784).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter tabaco preparado como o da Virgínia. Anexo: 1 cópia, com respectivo conhecimento. AHU, Maranhão, Cx. 63, d. 5666. (13/09/1784).

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter uma planta semelhante à malva, e uma outra chamada de cramá (carma). AHU, Maranhão, Cx. 64, d. 5689. (28/10/1784).

OFÍCIO do governador José Teles da Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo um pouco de caácuã, uma onça e uma ave de rapina (urubutinga). AHU, Maranhão, Cx. 67, d. 5842. (13/02/1786).

OFÍCIO do governador José Teles da Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo amostras de madeira para tinturaria, sassafrás e pau de candeia. AHU, Maranhão, Cx. 67, d. 5880. (11/06/1786).

OFÍCIO do governador José Teles da Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a relação que remete das melhores madeiras que existem no estado do Maranhão para a construção naval. AHU, Maranhão, Cx. 67, d. 5902. (08/09/1786).

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Fernando Pereira Leite de Foios, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa de um urubu real e de várias plantas tropicais para Lisboa. AHU, Maranhão, Caixa 71, d. 6149. (06/04/1788).

CARTA de Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a orictologia e mineralogia da América e riquezas dos reinos vegetal e animal existentes na capitania. AHU, Maranhão, Cx. 76, d. 6511. (10/09/1790).

OFÍCIO do governador e capitão-general, D. Fernando Antonio de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostra de quina, de folha de tabaco, de salitre e de casulos de seda silvestre. AHU, Maranhão, Cx. 100, d. 8078. (23/08/1798)

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as diligências relativas às matas. AHU, Maranhão, cx. 102, d. 8265. (06/03/1799).

2) Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500-1700 e os caminhos antigos e povoamento do Brasil. 5. Ed. Brasília: Editora da UnB, 1963.

ALMEIDA, Jozimar Paes de. História Ambiental: constituindo um campo de estudos. In. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

ALMEIDA, A. V; PAPAVERO, N; TEIXEIRA, D. T. Animais enviados para Portugal, entre 1754 e 1805, pelos governadores da capitania de Pernambuco. *Arquivos do NEHiLP*, São Paulo, v. 2, pp. 1-72, 2014.

AMORA, Zenilde Baima; LIMA, Átila de Menezes. Debates Acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: Elementos para a Análise Espaço-Temporal. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, v. 2, n.2, pp. 51-72, 2012.

ARRUDA, Paulo H. de M. As Reformas Pombalinas na Universidade de Coimbra: algumas considerações. In. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Paraná, 2009, p. 5571. Disponível em: < http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3341_1811.pdf >. Acesso em: 24/01/2017.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 5, n. 44 maio/ago, 2010, p. 282.

BRAGA, Isabel Drumond. Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII, vol. 22, n. 41, p.551-565, set-dez., 2016.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales 1929 – 1989, A Revolução Francesa da Historiografia (1929-1968). São Paulo: UNESP, 2º Edição, 1992.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, pp. 141-155, Abril e Outubro de 2007.

CABRAL, Maria Socorro Coelho. *Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão*, São Luis, SIOGE, 1992.

CAMARGO, Téa. Colecionismo, Ciência e Império. In: CEDOP – IV Jornada Setecentista, pp. 576-587. 2005.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626), *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338, 2011.

CARDOSO, Alírio. Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655). 2012. 436 f. Tese de Doutorado - Universidade de Salamanca, 2012.

CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. Verney e a questão do Iluminismo em Portugal. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CARVALHO, Rómulo de. A história natural em Portugal no Século XVIII. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CASTRO, I. E; CORRÊA, R. L; GOMES, P. C.C. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas – 2ª ed.* – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Belém: Acaí, 2010.

CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da. Natureza Ilustrada: Estudos sobre Filosofia Natural no Brasil ao longo do século XVIII: História e Ciência: Ciência e Poder na Primeira Idade Global, Porto, 2016, p. 142-179.

_____. Estudos de Filosofia Natural: O olhar europeu sobre a fauna e a flora do Novo Mundo ao longo do século XVIII, In. IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna, Porto, 2015.

COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira. UM MARANHÃO ILUSTRADO? História e natureza na correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2016.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. A Longa Duração e as Estruturas Temporais em Fernand Braudel: de sua tese O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II até o artigo História e Ciências Sociais: A longa duração (1949 – 1958). Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis, 2009.

CUNHA, Ana Paula Macedo. *Engenhos e Engenhocas: Atividade Açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)*, Belém, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Pará, 2009. Disponível em: <http://www3.ufpa.br/pphist/images/dissertacoes/2009/2009_Ana_Paula_Cunha.pdf>.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia de Letras, 1998.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 1997.

_____. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: História e Natureza. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

FALCON, Francisco J. C. Luzes e Revolução na Colônia. *Estud. av.* vol.2 no.2 São Paulo May/Aug, 1988, p. 80.

FIGUEIRÔA, Sílvia. F. de M; SILVA, Clárete Paranhos da; PATACA, Ermelinda Moutinho. Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11(3): 713-29, set.-dez. 2004.

GIOMETTI, A. B. R; PITTON, S. E. C; ORTIGOZA, S. A. G. Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território. *Conteúdos e Didática de Geografia – Unesp*.

GOVASKI, Patrícia. Teodoro de Almeida e a Filosofia Natural em Portugal, na segunda metade do século XVIII, In: *Revista Cantareira - edição 19 / jul-dez, 2013*.

GRESPLAN, Jorge. *Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIMARÃES, Natally Nobre. O homem que viajava: o caráter dos homens que empreitaram a aventura científica do Século das luzes a partir da experiência Portuguesa. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, 2007, p. 68.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. Viagens filosóficas pela América portuguesa. In. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011*.

_____. História e História Natural: a escrita da época moderna. In. *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003*. p 03. Disponível em: < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.139.pdf> >. Acesso em: 19/12/2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KETTLE, Wesley Oliveira. UM SÚDITO CAPAZ NO VALE AMAZÔNICO (OU LANDI, ESSE CONHECIDO): Um outro significado da descrição das plantas e animais do Grão- Pará. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

KLANOVICS, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de. História Ambiental no Sul do Brasil: apropriações do mundo natural. São Paulo: Alameda, 2012.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. Revista esboços, n 13, UFSC, 2003.

LEONARDI, Victor. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: UnB/Paralelo 15, 1999.

LEONARDI, Victor. Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil. Editora Universidade de Brasília e Editora Paralelo 15 - Brasília DF, 1996.

LIMA, Péricles Pedrosa. Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/514/3/20177_ulfl064849_tm.pdf>. Acesso em: 22/12/2016.

LOPES, Jecson Girão. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. *Geografia Ensino & Pesquisa*, vol. 16, n. 2, maio/ ago. 2012.

MACEDO, Helder A. Medeiros de. Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, jan-jun, 2007.

MALHEIROS, João Otávio. Cristóvão de Lisboa: olhar científico e registro de imagens na produção de conhecimentos sobre a natureza do Maranhão e Grão-Pará (1624-1635). In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social – ANPUH, Natal, 2013.

MARTINEZ, Paulo Henrique (org); História Ambiental Paulista: temas, fontes, métodos. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

_____. História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, Alessandra C. Costa. Em nome de Sua Majestade: Ocupação e Povoamento e Cultivo na região do rio Pericumã no século XVIII. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2015.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1788)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PAPAVERO, N; TEIXEIRA, D. M. Remessa de animais de Santa Catarina (1691) para a “Casa dos Pássaros” no Rio de Janeiro e para o Real Museu da Ajuda (Portugal). *Arquivos de Zoologia*, São Paulo, v. 44, n. 4, pp. 185-209, 2013.

PAPAVERO, N; TEIXEIRA, D. M. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). *Arquivos de Zoologia*, São Paulo, v. 42, n. 2, pp. 83-131, 2011.

PATACA, E.M. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de história natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, pp. 125-138, 2011.

PATACA, E.M; PINHEIRO, R. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan- jun. 2005, pp. 58-79.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Terra, água e ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808). Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi (Rio J.)* vol.15, n. 29, Rio de

Janeiro Jul/Dez. 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000200498. Acesso em: 01/12/2016.

PIMENTA, Rodrigo; MERLO, Patrícia. Reformas pombalinas nas primeiras letras: inovações e continuidades. In: XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, NATAL, 2013.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reflexões sobre a Contribuição da Geografia Histórica e da Geohistoria na Renovação dos Pensamentos Geográfico e Histórico no Século XX. In: Anais do I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico 27, 28, 29, 30 de Abril, Universidade Federal de Uberlândia, 2008, fl. s/n.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense LTDA, 1957.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. A investigação da natureza no Brasil colônia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Belém: SECULT, 1994.

RIBEIRO, Guilherme. *História, Tempo e Política na Longa Duração: Considerações Críticas ao Redor de Escritos Sobre a História e Gramática das Civilizações*, de Fernand Braudel. *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 2, n. 2, pp. 70-95, 2013.

_____. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr.-jun. p. 605-639, 2015.

_____. Fernand Braudel e a geo-história das civilizações. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jan.-mar. 2011, p. 67-83.

RIBEIRO Júnior, José. Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Fernand Braudel e as Ciências Humanas. Londrina: Eduel, 2013.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SECCO, Lincoln. Geo-História. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 13, ano 05, Julho, 2008.

SILVEIRA, Simão Estácio da. Relação Sumária das cousas do Maranhão. 8ª ed. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

SIMONI, Yuri. **O natural não natural:** a concepção de criação da Natureza pelo homem moderno e sua inserção na cidade (séculos XVIII e XIX). In. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

SOUZA. Fabíula Sevilha de. Temas e Métodos para uma História Ambiental do Brasil Império, In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

VERRAN, Rossana Samarini. Inventário científico do Brasil no século XVIII: a contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da natureza e dos índios. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

VILLALTA, Luiz Carlos. Reformismo Ilustrado, Censura e Prática de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.